

MARIA ISABEL SILVA DE MORAIS (AUTORA)
ARMINDO QUILLICI NETO (ORGANIZADOR)

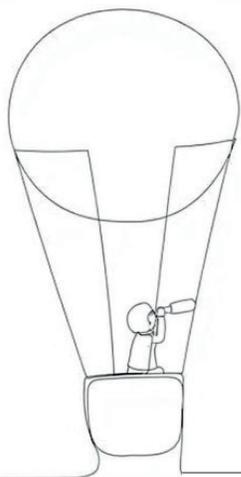
AOS PÉS DA MONTANHA QUE CHORA

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE ITAJUBÁ,
SUL DE MINAS GERAIS (1988-2015)



EDITORA
SCHREIBEN

MARIA ISABEL SILVA DE MORAIS (AUTORA)
ARMINDO QUILLICI NETO (ORGANIZADOR)



AOS PÉS DA MONTANHA QUE CHORA:

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE ITAJUBÁ,
SUL DE MINAS GERAIS (1988-2015)


EDITORA
SCHREIBEN

2025

© Da autora – 2025
Editoração e capa: Schreiber
Imagem da capa: Freepik
Revisão: a autora
Livro publicado em: 03/08/2025
Termo de publicação: TP0682025

Conselho Editorial (Editora Schreiber):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)
Dr. Daniel Marcelo Loponte (CONICET – Argentina)
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR – Uruguai)
Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (URI)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência e da apresentação das tabelas, quadros, mapas, fotografias e referências é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiber
Linha Cordilheira - SC-163
89896-000 Itapiranga/SC
Tel: (49) 3678 7254
editoraschreiber@gmail.com
www.editoraschreiber.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M827 Moraes, Maria Isabel Silva de.
Aos pés da montanha que chora : a história da educação especial de uma escola estadual de Itajubá, Sul de Minas Gerais (1988–2015) / Maria Isabel Silva de Moraes; organização de Armindo Quillici Neto. – Itapiranga : Schreiber, 2025.
172p. : il. ; e-book ; 16 x 23 cm.
E-book no formato PDF.
ISBN: 978-65-5440-481-5 [versão impressa]
EISBN: 978-65-5440-480-8 [versão digital]
DOI: 10.29327/5624976
1. Educação especial – História – Minas Gerais. 2. Educação inclusiva. 3. Escola pública. 4. Itajubá (MG). I. Quillici Neto, Armindo. II. Título.

CDD 371

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

*“Escrevo para procurar meu ser e estar no mundo...
Nas minhas palavras, liberto essa voz do meu silêncio, ecoando no espaço
e no tempo, até chegar a outras margens... até quebrar outros silêncios.”
(Trecho da crônica “A voz do meu silêncio”)*

*A todas as pessoas com deficiência e neurodivergência,
àqueles que enfrentam os desafios cotidianos,
muitas vezes, em silêncio.*

Dedico!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 – AOS PÉS DA MANTIQUEIRA E ÀS MARGENS DO SAPUCAÍ, EU SENTEI E ME REDESCOBRI	11
2 – INTRODUÇÃO	15
2.1 A TRAVESSIA METODOLÓGICA.....	20
3 – DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO: DA BASE CONCEITUAL AOS DIREITOS	25
3.1 DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO.....	25
3.2 A HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA: CONCEITOS, BASES SOCIAIS E LEGAIS.....	25
3.3 A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: EDUCAÇÃO ESPECIAL OU EDUCAÇÃO INCLUSIVA?.....	31
3.4 AS LINHAS HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: BRASILEIRA E MINEIRA.....	38
3.5 O ESTADO DA ARTE: EDUCAÇÃO ESPECIAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS E ACADÊMICAS.....	42
3.5.1 Repositório UFMG.....	44
3.5.2 Universidade Federal de Uberlândia (UFU).....	45
3.5.3 Universidade Federal de Lavras (UFLA).....	45
3.5.4 Universidade Federal de Viçosa (UFV).....	45
3.5.5 Revista de História e Historiografia da Educação (UFPR).....	46
3.5.6 Revista Brasileira de História da Educação (UEM).....	46
3.5.7 Revista História da Educação (UFRGS).....	46
3.5.8 Revista História e Ensino (UEL).....	47
3.5.9 Cadernos de História da Educação (UFU).....	47

4 – A EDUCAÇÃO ENTRE AS MONTANHAS SUL MINEIRAS.....	49
4.1 SUL DE MINAS: ENTRE BELEZAS E TRADIÇÃO.....	49
4.2 ITAJUBÁ E SEU LUGAR NA HISTÓRIA.....	52
4.3 A LOCOMOTIVA DA EDUCAÇÃO NA MANTIQUEIRA: A PÁTRIA AMADA NACIONAL E O SALVE DO SUL DE MINAS.....	56
4.4 ITAJUBÁ: AS MONTANHAS A ENFEITAR E SUAS PERSONALIDADES.....	59
4.5 A EDUCAÇÃO ESPECIAL AOS PÉS DA MANTIQUEIRA.....	66
5 – O CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL PARA “NOVO TEMPO”	73
5.1 O CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL PARA “NOVO TEMPO”.....	74
5.2 DOS FUNDAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS.....	74
5.2.1 As linhas do Rio Sapucaí	75
5.2.2 O lugar além das margens.....	80
5.3. DOS FUNDAMENTOS ESTRUTURAIS.....	83
6 – A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA ESTADUAL NOVO TEMPO DE ITAJUBÁ (1988 - 2015).....	91
6.1 HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO: DOS DOCUMENTOS ÀS PESSOAS.....	91
6.2 A NASCENTE DO NOVO TEMPO - O QUE DIZEM AS FONTES?.....	96
6.2.1 Da organização das atividades internas.....	99
6.2.2 Das práticas escolares e pedagógicas.....	102
6.2.3 Dos sujeitos - quem faz a “Novo Tempo”	106
7 – AS LINHAS INSTITUCIONAIS DA MARGEM E MONTANHA: DISPUTAS E CONTRADIÇÕES.....	117
7.1 O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA	118
7.2 AS DISPUTAS NA ARENA DA NOVO TEMPO.....	120
7.2.1 Das questões socioeconômicas e estruturais.....	123
7.2.2 Das questões de gênero	129
7.2.3 Do processo de discriminação e exclusão.....	132
7.3 AS CONTRADIÇÕES SUL MINEIRAS E A REALIDADE ITAJUBENSE.....	137

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	147
FONTES	160
JORNAL	160
APÊNDICE A - CADASTRO DE TODAS AS ESCOLAS ESTADUAIS DA REDE DE ENSINO MG	161
ANEXO A - A HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA	163
ANEXO B - CAPA DE UM DOS TRABALHOS ENCONTRADOS NO ESTADO DA ARTE DA UFMG	166
SOBRE A AUTORA E ORGANIZADOR	167
ÍNDICE REMISSIVO	169

APRESENTAÇÃO

A presente obra coletiva intitulada “AOS PÉS DA MONTANHA QUE CHORA: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE ITAJUBÁ, SUL DE MINAS GERAIS (1988-2015)”, é fruto da pesquisa realizada para o Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

Os estudos na linha de História e Historiografia da Educação, se iniciaram em 2022, tendo a qualificação ocorrida em 12 de abril de 2024 e a defesa em 08 de maio de 2025, sendo orientada pelo Prof. Dr. Armino Quillici Neto.

O interesse, com a divulgação deste texto, é estimular que mais, profissionais e estudantes popularizar possam desenvolver suas pesquisas na área da História da Educação Especial.

Desejamos boa leitura e pesquisa!

AOS PÉS DA MANTIQUEIRA E ÀS MARGENS DO SAPUCAÍ, EU SENTEI E ME REDESCOBRI

*“Não aceito mais as coisas que não posso mudar,
estou mudando as coisas que não posso aceitar.”
(Angela Davis)*

Aqui, inicio os passos para meu doutoramento, revelando minha condição de pessoa com deficiência (PcD) não aparente. Os “mascaramentos sociais” imputam seu preço. Nas interações, a maior parte das pessoas diz: “Você não tem cara de autista!”. Contudo, apenas quem compartilha do meu cotidiano e bastidores sabe o quão “custoso” é minha preparação para a rotina, seja de trabalho, estudo ou lazer.

Atualmente, tenho 46 anos e sou de um tempo em que não se falava muito sobre autismo. Com necessidade educacional especial, as altas habilidades sempre foram mais evidentes, o que me tornava ainda mais invisível como PcD.

Não tive adaptações para meu processo de ensino-aprendizagem, uma vez que era considerada de alto desempenho. A vida solitária e em isolamento diziam o contrário, já que era tratada com ansiedade e depressão desde a adolescência.

Permita-me contar um pouco mais das minhas fontes pessoais para que entenda:

Nascida no interior de São Paulo (na região de Ribeirão Preto), fui entregue em adoção por ter mãe biológica em situação de vulnerabilidade (questões de saúde mental).

Ao ser visitada por vários casais que, ao conhecerem a história de minha genitora, desistiram, aos seis meses de vida, eu enfrentei a primeira barreira de preconceito.

E em certo momento, durante uma visita institucional no lar espírita em que morava com minha mãe biológica, conheci minha mãe Terezinha. Desse modo, em menos de dez dias, eu me tornei a filha caçula de um casal mineiro que já tinha três filhos adultos.

Deram-me as melhores possibilidades, desde sempre.

Minha irmã mais velha estudava psicologia à época e, ao ver minha desenvoltura com símbolos, jogos de memória e vocabulário avançado para a idade, começou a conversa com minha mãe sobre “meu QI mais alto”.

Meus irmãos mais velhos assumiram o papel de tutores educacionais, me apresentando a literatura, música, cinema, teatro e arte, desde a infância.

Instalou-se um paradoxo: em casa, eu era ótima; na escola, tinha dias de irritação e outros de apatia. O barulho dos colegas e as brincadeiras me deixavam exausta. Os dias de parquinho eram para ajudar a professora na organização da classe, pois não suportava a textura da areia, o sol quente e os gritos dos colegas.

Em dias mais difíceis, eu me mordida, deixando marcas nos braços. Todos esses comportamentos foram deixando minha mãe mais tensa.

Ao iniciar minha jornada no fundamental, precisei mudar de escola e realizar um exame de nivelamento e BINGO! A diretora da nova instituição detectou as altas habilidades, abordando o assunto com minha família.

Foi um bálsamo para mim... deixei de ser tão cobrada por querer fazer as tarefas no meu tempo... o que me dava um certo alento, mesmo com a dificuldade de fazer amigos e de ser considerada “excêntrica”. As crianças queriam brincar na quadra, correr, fazer educação física... eu queria o silêncio da biblioteca e laboratórios.

Entendendo que era uma pessoa “diferente”, fui buscando me adaptar e encontrei nos estudos um hiperfoco confortável. Concluí o Ensino Médio e me graduei em Fisioterapia. Ao me formar, apresentei dificuldades de adaptação para clinicar e escolhi uma área técnica, a Fisioterapia do Trabalho, na qual pudesse trabalhar em “home office”, na maior parte do tempo.

Com acurado senso crítico e técnico, tornei-me perita e assistente técnica e terminei o Mestrado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) no mesmo ano, em 2007.

Além da perícia, desenvolvi o gosto pela sala de aula, sobretudo das disciplinas com turmas menores (Anatomia, Fisiologia, Patologia para cursos técnicos e graduação em saúde).

Em 2012, não conseguia mais interagir com os alunos e empresas, precisando novamente me adaptar. Diante disso, fui trabalhar em editoras, bancas de concursos públicos, até chegar a ser servidora na Universidade Federal de Uberlândia – UFU, onde me dediquei por oito anos na Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD).

De 2013 a 2016, voltei ao banco universitário, cursando Serviço Social por me interessar pelas leituras de formação histórica, cultural e social do Brasil. Além desse gosto, sair para estudar me dava a interação e organização de tempo de que precisava para morar sozinha.

Em 2020, no auge da pandemia, trabalhando em home office, retomei meus estudos para concurso e, em 2022, quando as provas presenciais foram

retomadas, fui aprovada no cargo de Assistente Social em duas Universidades Federais (Itajubá e Viçosa).

A Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) nomeou-me no dia 28 de março de 2022, poucos dias depois de ter iniciado meu primeiro semestre do Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU).

Em ambas as oportunidades, eu concorri no regime de cotas para pessoas com deficiência, algo inédito na vida! Posso dizer que a maior barreira até hoje é a aceitação da minha condição.

Em toda minha trajetória acadêmica e profissional, não quis exercer esse direito por medo de passar por situações constrangedoras e vexatórias. No entanto, apenas as pessoas mais próximas sabiam dos meus prejuízos sociais, emocionais e afetivos.

Eu já tinha perdido muito e era o momento de me reconstruir e desafiar.

Conversei com meu orientador e família. Após terem apoiado, vendi mobília, coloquei minha mudança (composta de roupas, livros e poucos utensílios domésticos) no carro, meus dois gatos (Guru e Gita) nas caixas de transporte e dirigi 650 km até Itajubá.

Cheguei no feriado de Tiradentes e iniciei minhas atividades como Assistente Social no dia 25 de abril de 2022. Por acreditar na educação e reverenciá-la na minha vida, a primeira ação que tive após a posse foi pedir para ser fotografada ao lado de Nise da Silveira e Paulo Freire, feitos em grafite no muro da instituição.

Estava feito! Desafio lançado e em curso. Eu trabalharia com estudantes, em maior escala, e faria assessoria para o setor de gestão de pessoas e saúde do servidor.

Figura 1 - Dia da posse e exercício como Assistente Social na UNIFEI - Itajubá/MG



Fonte: autoria própria.

Muitos podem se perguntar: o muro da UNIFEI tem tantas personalidades... por que decidiu ser registrada ao lado dessas?

Respondo, com ares de orgulho (do vento da Mantiqueira e da minha trajetória até aqui...): Nise, como médica e ser humano, foi capaz de compreender as pessoas na sua vulnerabilidade. No registro, é como se ela me acolhesse de tal modo a encostar em seu ombro... ou como um abraço amigo. E mesmo que Paulo Freire dispense apresentações, debaixo de sua destra, eu sigo a esperar...

Dias depois desse memorável registro, estava nomeada na portaria para o Núcleo de Educação Inclusiva (NEI), esfera deliberativa, consultiva e interventiva da Educação Especial na perspectiva da Inclusão da UNIFEI.

Temos alunos PcD e neurodiversos, em sua maior parte, autistas de suporte um e dois, com quem divido minha experiência de vida, lutas e conquistas.

Considero-me merecedora e vencedora, porém tenho a consciência de que não sou “régua para ninguém”.

Fato é que me sinto inteira, viva, identificada, reconhecida e pertencendo.

Nesse processo, além de mim, fui lapidando o objeto de pesquisa do Doutorado e me deparei com a necessidade de falar sobre Educação Especial na cidade que me acolheu: Itajubá.

Entre os picos e vales da Serra da Mantiqueira, tantas vozes das pessoas com deficiência ecoam. E uma dessas é a minha...esvaindo sonoramente de um lugar diverso e plural. Aos poucos, vou percebendo que o doutoramento é mais do que esperava, ele é um processo de “ser e vir a ser” e do fazer ciência pela perspectiva feminina, desconstruída e ressignificada.

A pesquisa corre pelas minhas linhas como o Sapucaí faz com Itajubá, a fruir (de fruição!) de/em mim, desvinculando a binaridade “ciência *versus* emoção”. Neste memorial, conto minha travessia... aqui, registro que a pesquisa tem parte de mim e eu, dela.

Entendo que fazer ciência, também, é uma maneira de justiça social. Entendo que minha caminhada até aqui foi repleta de realizações, com bastidores marcados pelo isolamento, a vulnerabilidade, a violência simbólica e o bullying.

Nessa trilha de vida, na qual fui moldada para ser funcional e resiliente, me sinto como Angela Davis: estou mudando as coisas que não posso aceitar!

Minha espiral histórica é bem próxima dos alunos e alunas da Escola Estadual Novo Tempo de Itajubá, Minas Gerais... que eu saiba honrá-la nesta tese.

INTRODUÇÃO

“Talvez, não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que queremos ser, não somos o que iremos ser, mas, graças a Deus, não somos o que éramos!”.

(Martín Luther King)

Esta pesquisa, situada no âmbito da linha de História e Historiografia da Educação brasileira, tem como vertente a história das instituições escolares, e focaliza, como objeto de estudo, a Escola Estadual Novo Tempo, instituição pública de Educação Especial, localizada no município de Itajubá, estado de Minas Gerais, região sul mineira.

Tal instituição foi parte de um conjunto de ações desenvolvidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) para tornar possível a escolarização das pessoas atendidas. Em 1982, a APAE recebeu autorização para iniciar as atividades escolares e, em 1987, a vinculação à Escola de Educação Especial de Itajubá.

Como a APAE possuía vertentes terapêuticas e sua proposta pedagógica era o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência intelectual e múltipla a partir de atividades, metodologias e interações institucionais, não havia espaço e estrutura para atender à Carta Magna/1988. Então, a Associação ganhou como aliado o movimento comunitário e social (pais, beneméritos itajubenses e sul mineiros e Rotary Club), que se valeram de influências políticas para mudar da APAE para utilizar salas da Escola Estadual Wenceslau Braz, também conhecida como Escola Agrotécnica.

Isso aconteceu em 1989, como forma de atender à prerrogativa da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso três: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino”.

Em sua gênese, a instituição era chamada Escola Especial de Itajubá e, com a primeira reforma, em 2006, antes da inauguração das novas instalações, foi realizada uma pesquisa à comunidade que escolheu: Novo Tempo.

Assim, a Escola Especial de Itajubá Escola Estadual Novo Tempo teve como finalidade de sua criação, no ano de 1987, prestando serviços de educação para formação de jovens e adultos que vinham de diversas cidades e regiões em busca de oportunidade.

Além dessa referência temporal inicial, faz-se essencial indicar o lócus em que se dá a pesquisa: Itajubá, região montanhosa do sul, aos pés da Serra da Mantiqueira e crivada pelo Rio Sapucaí.

Desse modo, como o sul de Minas é atravessado pela serra e suas várias cachoeiras, o presente estudo transpassou a pesquisadora de forma a motivá-la a debruçar-se sobre o tema da história da Educação Especial.

Foi um processo de tecer a tese que colocou a pesquisadora também a refletir sobre sua própria trama de vida, corroborando na prática a fala da Prof.^a Dr.^a Marilena Chauí, no XI Congresso Brasileiro de História da Educação, em julho de 2022: O pesquisador empresta à sua ciência partes de si mesmo.

Da segregação e marginalização dos hospitais psiquiátricos aos bancos da escola, a história da Educação Especial tem nuances e peculiaridades que devem ser relatadas. Nesse aspecto, mirar o passado, em seu todo ou partes, atribui possibilidade de intervir no presente e melhor construir o futuro.

Para demonstrar uma linha histórica para organização de determinados elementos a serem estudados e compreendidos na instituição pesquisada, a espiral foi escolhida como representação gráfica para considerar a complexidade de determinados eventos. Além da simbologia de evolução e movimento, a espiral histórica permite representar o tempo narrado, simultâneo e vivido com a memória das fontes utilizadas na proposição desta tese (Arcenio; Azevedo, 2021).

Assim, além da Constituição Federal de 1988, destacam-se avanços para a área do direito social da educação, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015.

Esses marcos legais e ações de afirmação foram frutos da luta dos movimentos sociais, familiares, educadores e as próprias pessoas com deficiência (PcD). Para continuar nessa trilha, estudos e pesquisas na linha da História das Instituições Escolares precisam ser ampliados, a fim de buscar a elucidação dos fenômenos acerca da Educação Especial.

Para tanto, esta tese dedica-se a analisar as motivações sociais e políticas para a criação e organização da Escola Novo Tempo de Itajubá, bem como os aspectos estruturais, socioambientais e humanos para a comunidade da cidade e região.

E mais especificamente, discorrer sobre o processo de discriminação e exclusão dos estudantes e trabalhadores da área; descrevendo os indicadores socioambientais e institucionais e analisando as imbricações e interseccionalidade no espaço escolar como arena de disputa social.

Buscando demarcar o estudo histórico da instituição, tem-se como recorte temporal o período que compreende a época das primeiras salas dentro da Escola Agrotécnica (1988), a promulgação da Lei nº 13.146, em julho de 2015 - A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também chamada de Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Esse último marco foi escolhido por se tratar da legislação mais importante sobre o tema dos direitos das pessoas com deficiência, principalmente, as garantias nos campos da educação e trabalho.

A ideia de pesquisar a Escola Estadual Novo Tempo de Itajubá partiu do interesse em conhecer a espiral histórica institucional que se mantém até o tempo presente. Com isso, notou-se que Minas Gerais é um estado que mantém o arcabouço e práticas anacrônicas no tocante à educação da pessoa com deficiência.

Nesse sentido, embora o estado mineiro tenha passado por reformas educacionais e administrativas no século XIX e início do XX, vale lembrar que esse ente federativo possui três fases bem demarcadas da Educação Especial até os dias de hoje.

Essas ocorrências e influências são múltiplas e vão desde as salas anexas das escolas “de formação trabalhista e de artefatos” (intitulada rede Wenceslau Braz), passando pelas institucionalizações e testes psicométricos até a matrícula na escola especial e/ou regular, sem restrição (Borges; Campos, 2018; Cardoso, 2006; Carvalho; Gonçalves Neto; Carvalho, 2016; Domingos, 2011; Goffman, 2013).

Nesse complexo cenário, se urdiu saber: quais são os aspectos e motivos pelos quais Minas Gerais mantém a Educação Especial nesses moldes?

Feita a provocação, a presente pesquisa busca investigar o seguinte problema: como foi a espiral histórica educacional da Escola Estadual Novo Tempo, entre os anos de 1988 e 2015, tendo em conta sua história institucional, relação social e dos sujeitos envolvidos nesse processo?

À guisa de responder a isso nesse cenário sul mineiro e elucidar os fatores políticos, ideológicos, ambientais e sociais que permeiam tal indagação, destacam-se dois pontos: o detalhamento e percurso da pesquisa, bem como o recorte temporal em que ela se dá.

O primeiro ponto trata-se da compreensão do percurso histórico na História da Educação, fundamentado por parâmetros legais como Constituição Federal de 1988 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015. Já o segundo e tão importante quanto o anterior, se baseia na premissa de Barros (2005):

A escolha de um recorte qualquer de tempo historiográfico não deve, por outro lado, ser gratuita. [...] a escolha de um recorte temporal historiográfico não deve corresponder a um número propositalmente [...], mas sim a um problema a ser examinado ou a uma temática que será estudada (Barros, 2005, p. 116).

Dessa maneira, como em pesquisas da linha de História da Educação, é o problema que define o recorte temporal, a Constituição Federal de 1988 e o ano de promulgação da LBI.

Além disso, faz-se importante ressaltar que a análise se concentra na influência dessa legislação na organização e no pensamento educacional da Escola Novo Tempo, compreendendo os vários fatores imbricados nesse percurso, como as questões socioambientais, políticas, ideológicas e sociais.

No tocante a esses quesitos, foram considerados: a formação da elite itajubense, a cidade como espaço urbano, o lugar e o território, as disputas sociais e o processo de marginalidade e exclusão que envolve a Educação Especial.

Além disso, também serão levados em conta: as normas internas, a cultura institucional, a formação docente e administrativa, os alunos e as relações de interação desses sujeitos, entre si e nesse ambiente.

Nesse intento, os autores a seguir foram utilizados para amparar a temática pesquisada e suas interseccionalidades, como Aranha (2001), Foracchi (1982), Yamamoto (2001), Pomier Layrargues (2018, 2020), Meneses (2011), Nosella e Bufa (2008, 2009), Sanfelice (2006, 2007), Santos (2004) e Saviani (2004, 2008).

E por que escolher uma escola estadual entre as montanhas mineiras? O sul de Minas é maior que as serras e mais do que as paisagens bonitas, os doces, as trilhas e as cachoeiras.

Foi terra disputada pelos bandeirantes, cobiçada capitania com grandes riquezas auríferas e influência católica. Entre cruzada de ferrovias, trens e transporte, a região destacou-se por políticos, militares, pensadores, intelectuais, trabalhadores e estudantes.

É terra de congregações cristãs, das escolas domésticas, das formações para o trabalho nas escolas de artífices e arena de embates políticos na Era Vargas. Influenciada pelo pensamento colonialista e eurocêntrico, teve seu processo educacional construído sobre o alicerce de intelectuais e professores europeus. No campo do trabalho, permeada pelo positivismo, com o desenvolvimento de forças produtivas direcionadas para a reprodução do labor.

Nesse cenário, nos períodos de força de trabalho escassos em função de revoluções e embates, os pretos e mestiços, imigrantes de classe proletária eram recrutados às fazendas para alargar as produções ou como industriários.

O mesmo ocorreu com as pessoas com deficiências consideradas aptas a socializarem. Estas eram designadas e formadas para preencherem os postos de trabalho e as demais banidas para hospitais psiquiátricos e os porões das casas centenárias, onde se dava o isolamento familiar (Aranha, 2001; Arbex, 2013; Pacheco *et al.*, 2007).

As questões do processo produtivo e ocupação dos postos de trabalho nos séculos XIX e início do XX já foram objeto de pesquisa nos campos de saber das ciências sociais, de forma geral (Silva; Faria, 2012).

No campo da educação, essa temática passa a ser estudada através do viés racial, como é o caso do artigo publicado, no ano de 2022, pela Revista de História da Educação: “Minas é muitas”: negros e brancos nas escolas do Sul de Minas, no século XIX (Fonseca; Batista, 2022).

Contudo, ainda há muitos passos a percorrer nessas trilhas sul mineiras quando o assunto é educação e deficiência. Por isso, dessas terras, Itajubá e seus mais de cento e quatro anos foi o lócus escolhido para verificação do processo educacional de PcDs.

Importante salientar que, mesmo de posse desses conhecimentos históricos e sociais da região, percorrer essa linha da Educação Especial entre a Mantiqueira e a margem do Rio Sapucaí é uma tarefa desafiadora e cheia de possibilidades.

O vai e vem das montanhas na linha do horizonte intriga a pesquisadora, fazendo refletir e escolhendo como tema a compreensão da história da educação da pessoa com deficiência e suas implicações.

A formação como Assistente Social me aproxima da História da Educação associada à perspectiva marxista, possibilitando o recuo histórico de forma a permitir que o presente seja compreensível pela ótica do passado.

Nesse sentido, este estudo se justifica a partir da escassez de pesquisas e produções acadêmicas acerca da História da Educação Especial, principalmente, do ponto de vista institucional.

Para compreender o presente e trabalhar propostas de políticas públicas que, de fato, possam incluir as pessoas com deficiência nos espaços escolares, faz-se essencial esse olhar para esse passado.

No retrovisor da trilha das montanhas da Mantiqueira, esta pesquisa propõe ampliar o entendimento das contribuições históricas e sociais da Escola Novo Tempo no cenário itajubense e sul mineiro.

Para nortear a pesquisa, as seguintes questões foram formuladas: qual o papel social da E.E. Novo Tempo? A localização da E. E. Novo Tempo reforça o processo de discriminação e exclusão dos alunos? Quais ideias ou influências estão presentes nessa história institucional? As peculiaridades encontradas nas fontes coadunam com a formação social e política da região? Quais são as contradições mineiras e a realidade itajubense?

Assim, além de responder aos anseios da tese de doutoramento, nestas linhas, há a intencionalidade de contribuir com pesquisas históricas, sobretudo, em instituições escolares nas esferas locais, regionais e nacionais, dando voz às pessoas com deficiência, seu processo educacional e de inclusão social.

A escolha do objeto de investigação se deu pelos seguintes motivos: 1) A inediticidade no campo da História da Educação; 2) A natureza interseccional entre instituições escolares: o educandário Instituto Dom Bosco (depois, Escola de Horticultura e Colégio Agrícola de Wenceslau), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e a E.E.E.E. Novo Tempo, sendo todas itajubenses. Certa feita, trata-se de uma pesquisa voltada para a visibilidade PcD como possibilidade de construção identitária, equânime capaz de participação cidadã.

Por fim, primado o caráter relevante e inediticidade do tema para a linha da História da Educação, destaca-se o fato desta narrativa se dar por um sujeito social que vivencia a condição de pessoa com deficiência, sendo autista (Quillici Neto; Morais, 2023).

2.1 A TRAVESSIA METODOLÓGICA

A pesquisa que aqui se apresenta é de natureza aplicada, de abordagem qualitativa e objetivo descritivo. Para tanto, os métodos utilizados foram pesquisa bibliográfica e documental (Gil, 2008; Minayo, 2003).

Inicialmente, a pesquisa bibliográfica se deu por meio de análise do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, que possibilitou o acesso a várias publicações.

Na Hemeroteca, não foi encontrado nenhum documento ou fonte do período desejado e, sim, cartas das minas e impostos de Itajubá e fotos do município de Itajubá, em meados do século XX – precisamente, os anos 1930-31.

Após tal etapa, realizou-se pesquisa bibliográfica em periódicos, repositórios e trabalhos acadêmicos, buscando publicações e trabalhos realizados sobre história das instituições escolares, a história da deficiência, marginalização, inclusão e exclusão, bases legais e direitos da pessoa com deficiência.

Tais buscas tiveram como objetivo realizar, primeiro, filtro de publicações de maneira a analisar contextos nos âmbitos nacional, estadual e municipal.

A seguir, foi realizada pesquisa bibliográfica para composição de estado da arte sobre o tema de estudo, na qual se utilizou como descritores: História da Educação, Educação Especial e História da Educação Especial.

Tais expressões nortearam as buscas em revistas/periódicos selecionados e repositórios de Universidades Federais mineiras, descritos em seção específica no capítulo um desta tese.

Destaca-se, aqui, que não foram encontrados registros de estudos sobre a História da Educação Especial ou História da Instituição Escolar de Itajubá, no catálogo de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o que atribui pertinência e legitimidade desta pesquisa, enfatizando as contribuições de valores educativo, cultural e social no local.

Concomitantemente a isso, foram realizadas, além dos contatos por correio eletrônico, duas reuniões com servidoras da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Itajubá, a fim de apresentar o projeto e receber informações sobre o processo de acesso aos arquivos da Escola Novo Tempo.

Feito isso, os documentos solicitados foram preenchidos pela pesquisadora e enviados à SRE, que abriu processo administrativo para encaminhamentos da Secretaria Superior do Estado.

Na ocasião, a pesquisa era intitulada “A perspectiva histórica da Educação Inclusiva em instituição escolar do Sul de Minas: integração e inclusão para além das montanhas de Itajubá, Minas Gerais” e apenas com a elaboração do roteiro de leituras, escrita e de visitas, ao observar o espaço e território em que a escola se encontra, notou-se relevância em estudar as implicações sociais e humanas no cotidiano de criação, implantação e desenvolvimento da escola e região.

Na data de 18 de maio de 2023, foi recebido o termo de autorização com parecer favorável para as visitas na escola e o acesso aos arquivos. Assim, o contato com a direção da escola e as visitas ocorreram para a busca das fontes propostas.

A fase documental do estudo possibilitou esquematizar o mapeamento de diferentes fontes a fim de analisar variados aspectos relativos à origem, implantação e desenvolvimento da instituição pesquisada.

Em função de sua localização geográfica (apresentada mais detalhadamente no capítulo três desta tese), a Escola Novo Tempo ficou exposta às intempéries climáticas e humanas: as altas do canal do rio Sapucaí, que causavam (e causam) inundações e tempestades. Essas desventuras assolaram a infraestrutura nas décadas de 90 e 2000, danificando os arquivos da instituição.

Ademais, na esfera humana, a frequência de invasões e assaltos também inviabilizou a guarda do acervo da escola, preservando sua história e memória.

Ante às regularidades estaduais de guarda de documentos, outro prejuízo para o acervo foram os descartes de materiais realizados.

Embora tais fatores tenham influenciado no acervo de documentos e fontes, os servidores administrativos e a equipe pedagógica disponibilizaram o que chamam de “livrão”, um caderno grande que permitiu registro e a transcrição de parte da história da escola, além de pastas e cadernos disponíveis na secretaria da instituição.

A partir de fontes materiais e digitais, foi reconstituída a linha histórica que permitiu a pesquisa e a tese. Além do acesso ao livro de registro e seu teor que será descrito no capítulo quatro, outras fontes foram consideradas, como atas, regimento interno, projeto pedagógico, livros de matrículas de 1988 a 1998, o caderno de registro de visita e caderno de registro de posse e exercício, compondo a materialidade da pesquisa.

Para mais, foram pesquisadas legislação educacional (regimento e projeto pedagógico), registros de projetos e a imprensa escrita. E nas fontes digitais, os demais documentos, como ficha cadastral do aluno.

Sobre as fontes documentais, é essencial destacar que a investigação e crítica dos documentos ocorre de forma pessoal, atentando para a analogia do “Documento monumento”, como versa Le Goff, em 2003:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (Le Goff, 2003, p. 472).

Nessa perspectiva, os documentos não possuem neutralidade, visto que são produções humanas, fabricadas em um espaço e tempo, por sujeitos prendados de representações, sentimentos e opiniões.

Diante disso, a fim de demonstrar essas impressões deixadas nas fontes e documentos, foi realizada a análise histórica das fotografias (iconográficas e iconológicas). A análise iconográfica descreve a imagem como ela aparece, enquanto a análise iconológica interpreta a imagem (Joly, 1996).

Nesta pesquisa, as fotografias dos capítulos dois e três utilizadas como fontes históricas apontam as análises iconográficas e iconológicas, considerando os elementos constitutivos da imagem, como sujeitos, vestimentas, posturas corporais, traços ambientais e arquitetura (Kossoy, 2001).

Tais verificações se deram a partir da identificação de elementos-chave os quais permitem, além de questionar e refletir, revelar a observação dos fatos sociais e culturais do período histórico em questão, analisar emoções e intenções e, a posteriori, estabelecer conexões com outros elementos e fontes da tese (Joly, 1996; Kossoy, 2001).

Ainda sobre a crítica das fontes, pode-se elucidar que se utilizou critério temporal e pessoal para a classificação e organização destas. Dessa maneira, foi decidido o que era ou não fonte sobre a Escola Estadual Novo Tempo.

Ao evidenciar a história da “Novo Tempo” como objeto de estudo, faz-se necessário ressaltar que a pesquisa não se limita à análise das fontes e, também, na base teórica em que se alicerça.

Percorrer essa linha da Educação Especial aos pés da Mantiqueira e a margem do Rio Sapucaí é uma tarefa desafiadora e cheia de possibilidades. Como a região também é conhecida pelas atrações de turismo ecológico e rural, iniciaremos a trilha pelos caminhos do Brasil, Minas e Itajubá.

A partir da análise do âmbito local, pretende-se compreender as características da Educação Especial e qual seu papel no processo de inclusão/exclusão das pessoas com deficiência em Itajubá, Minas Gerais.

Mesmo que tais indagações sejam respondidas ao longo desta tese, sugere-se que o leitor respire fundo e aprecie a paisagem a partir da disposição e estruturação da tese para culminar no conhecimento histórico da educação no sul de Minas.

Assim sendo, a elaboração desta pesquisa é apresentada ao longo das seguintes seções: introdução, cinco seções, além das considerações, referências, anexos e apêndice.

Na seção três - “A educação e suas configurações para as pessoas com deficiência” -, se estabelece a linha histórica e as bases sociais para a compreensão das deficiências, suas classificações, além das lutas e bases legais para a Educação Especial e a perspectiva da Educação Inclusiva.

Ainda nessa primeira seção, destaca-se a especial histórica da educação das pessoas com deficiência no Brasil e, sobretudo, em Minas Gerais. Após a narrativa geral, a espiral continua no sentido de destacar os primeiros feitos para garantir o direito à educação PcD em Itajubá, sul de Minas.

Encerrando essa capitulação, tem-se uma pesquisa de estado da arte com objetivo de destacar as produções acadêmicas e de conhecimentos, apresentando a relevância da tese e o norte para o desenvolvimento das análises.

Na quarta seção - “A educação entre as montanhas sul mineiras” - retrata um breve contexto regionalizado, o papel de Itajubá no cenário brasileiro, sua formação social e econômica, os pensadores e intelectuais locais, bem como a participação das forças armadas no processo de desenvolvimento do município.

Além disso, o referido teor inicia o debate sobre a Educação Especial em solo itajubense, aos pés da Mantiqueira, no qual o objeto de pesquisa se fundou e desenvolveu suas atividades educacionais.

Nesse sentido, foram formuladas as considerações iniciais para que, em seguida, na seção cinco, “O contexto socioambiental para ‘Novo Tempo’” destacasse as questões socioambientais que incidem sobre o processo de inclusão/exclusão das pessoas com deficiência na Escola Estadual estudada.

A sexta seção versa sobre a história da Educação Especial na cidade de Itajubá, sob a perspectiva da Escola Estadual Novo Tempo.

Nele, são contemplados: a estrutura física da escola, os recursos humanos, o corpo docente, as turmas e as atividades de ensino. As fontes foram reunidas de forma a apresentar os resultados de análises desde a fundação escolar até o ano 2015.

Ainda traz reflexões sobre o papel social na desconstrução ou reforçamento dos preconceitos e exclusão, aspectos institucionais e o contexto escolar como uma arena de disputa.

A seção sete “As linhas institucionais da margem e montanha: disputas e contradições” apresenta a tese construída ao longo da pesquisa tecendo a realidade da Educação Especial mineira até a institucionais, sob um olhar crítico.

Ainda, traz reflexões sobre o papel social na desconstrução ou reforçamento dos preconceitos e exclusão, aspectos institucionais e o contexto escolar como uma arena de disputa.

Na sequência, a seção considerações traz as ponderações construídas durante o estudo, atentando para o objeto de análise em seu contexto histórico, social, político e cultural.

Isso posto, a pesquisa aqui enunciada sobre a História da Educação Especial, com ênfase na História das instituições escolares, contempla a Escola Estadual Novo Tempo, instituição pública de Educação Especial, localizada no município de Itajubá, Minas Gerais, no entorno da Serra da Mantiqueira e o Rio Sapucaí, região de biodiversidade e lindas paisagens.

DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO: DA BASE CONCEITUAL AOS DIREITOS

“A história não quer se repetir – o amanhã não quer ser outro nome do hoje – mas, a obrigamos a se converter em destino fatal quando nos negamos a aprender as lições que ela, senhora de muita paciência, nos ensina dia após dia.”
(Eduardo Galeano)

Nesta seção, são abordados os conceitos, bases sociais e legais da história da deficiência, a educação para PcD, diferenciando Educação Especial e Inclusiva.

Discorre-se, também, sobre um paralelo da Educação Especial no Brasil, no estado de Minas Gerais e no município de Itajubá.

Ao final, como forma de abordar a relevância da pesquisa no âmbito da História da Educação, apresenta-se o estado da arte, considerando produções científicas e acadêmicas.

3.1 DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO

No rastro de compreender a Educação Especial no sul de Minas Gerais e na perspectiva da história das instituições, esta tese inicia sua espiral histórica traçando uma linha mestra sobre definição de deficiência, a construção histórica, social e cultural, os modelos de abordagem das deficiências e as bases legais do direito social da educação para a PcD.

3.2 A HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA: CONCEITOS, BASES SOCIAIS E LEGAIS

A Organização Mundial da Saúde definiu a deficiência como: qualquer perda ou anormalidade relacionada à estrutura ou à função psicológica, fisiológica ou anatômica (OMS, 1997).

Quatro anos depois dessa definição, a OMS (2001) versa que, no contexto da saúde, incapacidade é um termo abrangente para deficiências, limitações em atividades e restrições à participação. Esse termo denota os aspectos negativos da interação entre um indivíduo (com um estado ou condição de saúde) e os fatores contextuais (ambiente e relações pessoais, por exemplo).

Essas definições corroboram com o modelo médico previdenciário, no qual se considera necessária a classificação da deficiência a partir de diagnósticos. Entretanto, mesmo que haja classificação (física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial ou múltipla) para determinado sujeito seja, ou não, pessoa com deficiência (Diniz, 2012).

Desse modo, buscando compreender a deficiência em seus aspectos e determinantes, deve-se, primeiro, estabelecer em quais bases sócio-históricas se dá a Educação Especial.

Para esse intento, sob a óptica histórico crítica, provoca-se: por que a definição e o tipo de deficiência importam?

Há, nessa tentativa de resposta, dois caminhos que culminam no mesmo destino: o trinômio preconceito-discriminação-exclusão.

A primeira “trilha-resposta” é postulada por modelos históricos, sociais e culturais que entendem a deficiência como condição estática e inscrita nas relações, emergindo uma produção existencial impregnada por diferenças étnicas, códigos linguísticos e religião.

Nesse caminho, a autora Silva (2006, p. 111) declara, em seu artigo “A deficiência como expressão da diferença”, publicado na Educação em Revista: “a diferenciação e individuação que dão substância à emancipação humana ainda são promessas, pois o indivíduo que se diferencia é um outro negado socialmente, frequentemente perseguido para ser moldado, incluído e adaptado”.

Já a segunda possibilidade de resposta, apresentada por Diniz (2012), se estrutura a partir de modelos que compreendem conceitos como: corpo com deficiência e sem deficiência, normal e anormal.

A partir desses conceitos trazidos por Diniz (2012), se estabelece o modelo médico e o modelo social, de maneiras paradoxais, como formas de construir os estudos, a estrutura social e o identitário da pessoa com deficiência.

O modelo médico é circunscrito pela funcionalidade (ou não) e, sob esse juízo, se estabelece a aptidão/inaptação para a educação, trabalho e relações sociais. Nessa circunstância, são os termos: lesões, doenças e critério anatômico-funcional para pesquisas e propostas interventivas, como maneira de indicar a superação da deficiência.

Nesse modelo, é a classe médica e paramédica quem, por meio de seus laudos e relatórios, determina se o sujeito é, ou não, produtivo.

Se a PcD não estiver apta para atender ao ordenamento político e econômico capitalista, pode ser reabilitada para a normalização ou destinada às instituições segregadoras, cujo objetivo é promover o afastamento do convívio social.

Nesses meandros e ao longo da história da deficiência, vê-se marcas fundamentalistas, como é o caso da pseudociência chamada eugenia (ou

eugenismo), a qual consiste em crenças e práticas com objetivo de criar seres humanos ideais por meio do controle genético da população.

Embora isso derive do fim do século XIX, a classificação entre “os bem nascidos” deflagrou sua influência na área médica até os tempos atuais, deixando seu rastro, em termos mundiais, nos campos de concentração da Segunda Guerra e, mais próximo geograficamente, em Barbacena, Minas Gerais, local onde ocorreu o holocausto brasileiro, por exemplo.

Esse processo social de discriminação e exclusão é estruturalmente retroalimentado por produtos de racismo e sexismo. Para melhor explicar essas imbricações, far-se-á uso da linha histórica e da linguagem utilizada no decorrer dos tempos.

No artigo “A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma”, de Pacheco e Alves (2007), descreve-se um percurso histórico ressaltando as principais temáticas que envolvem o assunto: marginalização, assistencialismo, educação, reabilitação e inclusão social.

O estudo estabelece uma linha temporal que explica como as deficiências eram compreendidas por meio do olhar de diversas culturas, como:

Nas primeiras tribos ameríndias (como os antigos habitantes da mata colombiana), durante mudanças geográficas, os idosos e pessoas com deficiências eram deixados para trás;

Na Idade Medieval, as deficiências eram vistas como maldições, o que levava à objetificação dessas pessoas, pois eram utilizadas em rituais de sacrifícios humanos;

Na Grécia antiga, com a valorização do corpo e do belo por meio das artes, as deficiências passaram a ter conotação valorosa, caso fossem provenientes de cicatrizes e sobrevivência às guerras. Assim, os guerreiros sobreviventes recebiam cuidados, enquanto as crianças que nasciam com alguma deficiência eram deixadas à própria sorte;

No Cristianismo, a visão do homem tornou-se mais racional, concebendo tudo como manifestação divina e isso atribuiu às pessoas com deficiência a posição de meritocracia, ou seja, passaram a ser “merecedoras de cuidados”.

Nesse texto sobre a história da deficiência e seu significado, destacam-se os cenários de pós-guerra (I e II Guerras Mundiais), nos quais pessoas com deficiência passam a compor a força de trabalho necessária para a manutenção da engrenagem do capital;

O artigo “Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente”, de Monteiro *et al.* (2016), versa, de forma didática, o que foi organizado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Como as PCDs eram vistas - Relação com o período histórico

Período Histórico	Como a deficiência era vista
Idade Antiga	Na Roma Antiga, eram tidos como feiticeiros e bruxos; Em Esparta, como seres de menos valia; Merecedores de abandono e morte.
Idade Média	Considerados possuídos pelo demônio e eram queimados como as bruxas. A população ignorante encarava o nascimento de pessoas com deficiência como castigo de Deus.
Cristianismo	As pessoas com deficiência “ganham” status humano, sendo dignas de amor e cuidado.
Idade Moderna	Os castigos de Deus, possessão e menos valia vão dando espaço para os conhecimentos científicos – Consideradas pessoas doentes e, por isso, careciam de cuidados (Período influente para a base do Modelo Médico de deficiência).
Idade Contemporânea	Mesmo sob o arcabouço de ideias da Revolução Francesa e da Declaração de Direitos Humanos, eram encaminhados para as instituições psiquiátricas apartadas da sociedade.

Fonte: adaptação de Monteiro *et al.* (2016).

Como é a perspectiva brasileira da deficiência? Dos países ameríndios, o Brasil apresenta alguma peculiaridade ou segue o *script* do processo de colonização?

Seguimos a espiral, perpassando pela história das pessoas com deficiência no Brasil e em Minas Gerais, compreendida entre 1988 e 2015.

Para compreender como se deram as normativas, legislações e iniciativas de ações para a inclusão atuais, faz-se necessário compreender o processo histórico e como este foi marcado por desamparo, abandono, preconceitos, discriminação e exclusão.

Desde os primórdios, o Brasil silenciou e ocultou suas pessoas com deficiência, negando direitos fundamentais. Isso pode ser constatado na prática de internação psiquiátrica e asilar, situação de descaso e desumanidade que ocorria em muitas instituições de saúde em vários lugares do país, como o Hospital Psiquiátrico do Juqueri, em São Paulo.

Em Minas Gerais, localizada no Campo das Vertentes, destacou-se a cidade de Barbacena. De clima ameno, próximo à Serra da Mantiqueira, o município abrigou o Hospital Colônia, cenário no qual se deu o Holocausto Brasileiro.

Criada, inicialmente, para o tratamento da tuberculose, essa instituição hospitalar abrigava as pessoas que não atendiam aos padrões normativos da

época: aquelas que faziam uso de álcool e drogas, mulheres vítimas de estupro e gestações indesejadas, prostitutas, homossexuais (homens efeminados e mulheres de forte opinião) e desafetos (inimigos políticos, casos de desavença em partilha de bens), dentre outros.

Os internos eram submetidos a eletrochoques, banhos gelados, abuso e violência sexual. Dormindo no chão forrado com palha, sem alimentação digna, roupas e higiene, morreram, nos pavilhões do Hospital, da fundação (em 1903) até a década de oitenta, mais de 60 mil pessoas.

Ao lado do Colônia, foi construído o Cemitério da Paz, no qual os corpos, quando não eram traficados para as faculdades de medicina ou dissolvidos em ácido, encontravam destinos em covas rasas (Arbex, 2013).

As reportagens “Nos porões da loucura”, o filme “Em nome da razão” e, mais recentemente, o livro *Holocausto Brasileiro*, de Luciana Arbex, de 2013, retrataram a situação vivenciada por muitas pessoas com deficiência em Minas Gerais.

A dedicatória na obra de Arbex versa os horrores do cenário: este livro é dedicado a milhares de homens, mulheres e crianças que perderam a vida num campo de concentração chamado Colônia.

Nas muitas unidades do país onde se praticavam as internações tais quais as do *Holocausto Brasileiro*, a prevalência de pessoas pretas, pardas e com deficiência era maior, se comparada a outros determinantes, sendo mais um marcador social para a discriminação e exclusão.

O processo discriminatório e segregatório pela prática de internação de pessoas com deficiência perdurou por várias décadas. Situações como essas ocorriam em muitas outras instituições, sendo, posteriormente, denunciadas pelos próprios internos, quando conseguiam receber alta, e os profissionais que ali trabalhavam.

Esses esforços, juntamente com o movimento de Reforma Sanitária ocorrido no Brasil, levaram ao chamado Movimento Antimanicomial, que culminou nos fechamentos das instituições psiquiátricas de longa permanência e redirecionou o modelo assistencial em saúde mental.

O fortalecimento dessas ações foi maior com a promulgação da Lei n. 10.216, de 2001, que versa sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, bem como redireciona o modelo assistencial em saúde mental (Lüchmann; Rodrigues, 2007).

Com os avanços na luta antimanicomial, os movimentos sociais e a participação das PCDs, essa comunidade foi se identificando e encontrando, cada vez mais, amparos legais.

Contudo, mesmo com esse progresso no âmbito político, os aspectos culturais e sociais que demarcam discriminação e preconceito ainda podem ser

percebidos no desenvolvimento de cada legislação importante para as pessoas com deficiência.

Importante destacar que os dispositivos legais são fontes históricas, frutos do tempo de sua elaboração e promulgação, portanto, devem ser analisados sob essa égide.

Nesse sentido, a linguagem utilizada nos termos e expressões foram reflexos sociais expressos na letra da lei. Explicando melhor, o vocábulo é construído e desenvolvido no decorrer dos tempos históricos e evoluído a partir dos tempos (Mota; Bousquat, 2021).

As expressões são alteradas à medida em que seu uso é debatido pelos movimentos sociais representantes das pessoas com deficiência, a fim de que os dispositivos legais tragam o texto e a convenção de utilização dos termos de forma a minorar o preconceito.

Continuemos a espiral, agora, falando sobre os termos utilizados para se referir às pessoas com deficiência, que variaram de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 2 - A lei e o seu tempo

A lei e seu tempo	Expressão utilizada para se referir à pessoa com deficiência:
Na Lei n. 4024/1961 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961	Excepcionais
Na Lei 5692/1971 - Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus	Deficiências físicas ou mentais e superdotação
Na CF/88 – Constituição Federal	Pessoas portadoras de deficiência
Na Lei 7853/89 - Apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	Pessoa com Necessidade Especial
Na Lei 9394/1996 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996	Deficiências físicas ou mentais e superdotação
No Plano Nacional Viver sem Limites e Na LBI/2015	Pessoas com deficiência - PCDs

Nota: o quadro demonstra que cada legislação elaborada e promulgada tem as características políticas, sociais, culturais do seu tempo e seu impacto na linguagem.

Fonte: autoria própria (2024).

Considerando o recorte temporal desta tese, a expressão PcD variou quatro vezes, o que configura desenvolvimento nessa área do conhecimento e um dos motivos para estudá-la na intersecção da História da Educação e História das Instituições.

Isso evoca a espiral histórica presente nos conceitos, definições e significados da deficiência. Desde a obra “Fundamentos de defectologia”¹, de Vygotsky, até as perspectivas e práticas da Educação Especial e na perspectiva inclusiva até a formação política da comunidade PcD para o “nada sobre nós, sem nós” (Gesser; Böck; Lopes, 2020).

Lev Vygotsky foi um psicólogo e teórico da aprendizagem, que deixou importantes contribuições para a educação, como a valorização da interação social e a importância do professor como mediador.

Criador do conceito de zona de desenvolvimento iminente (ZDI)², uma de suas contribuições mais importantes para o processo de ensino aprendizagem, Vygotsky versa que o desenvolvimento cognitivo e o aprendizado acontecem por meio da interação com outras pessoas e com o meio.

Um dos campos que mais corroborou para esse desenvolvimento foi o da educação e, sobre isso, discorre-se a seguir.

3.3 A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: EDUCAÇÃO ESPECIAL OU EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Com foco nos direitos sociais, a Carta Magna Brasileira de 1988 (Constituição Federal da República Federativa do Brasil – CF/88) destaca a educação de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Seu texto, para além de um marco histórico brasileiro, intersecciona a educação ao fundamento da isonomia e equidade.

Pelo prisma da isonomia, pode-se assegurar a igualdade material que assegura às pessoas oportunidades iguais, considerando suas diferentes condições.

Nesse sentido, isonomia é comumente compreendida na afirmativa: “tratar desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”, o que amplia o direito de educação das pessoas com deficiência, sob a tutela da CF/88 (Brasil, 1988).

Já a equidade trata-se de um princípio que consiste em dar às pessoas o que elas precisam, de modo que todos tenham acesso às mesmas oportunidades, de forma imparcial.

Estabelecendo um paralelo entre ambas, isonomia é um princípio que busca a igualdade perante a lei, enquanto equidade é um conceito que reconhece as diferenças individuais e busca corrigir desigualdades.

1 Defectologia é o estudo do desenvolvimento e da aprendizagem de pessoas com deficiências. O termo deriva do inglês “*defectology*” e significa, literalmente, “estudo do defeito”. Mesmo não sendo utilizado mais, aqui, destaca-se pelo marco histórico da obra e pela simbologia da expressão.

2 A Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI) é um conceito que se refere ao campo de aprendizagem entre o que uma pessoa já sabe fazer e o que pode aprender com ajuda.

A legislação prevê que a Educação Especial seja uma tarefa cotidianamente desafiadora. Para melhor elucidar, trata-se de uma modalidade de ensino que tem como objetivo atender educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação. Ela é oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, com recursos e serviços especializados para garantir o acesso e a permanência desses alunos na escola.

Embora existam grupos e estudos explorando essa área do conhecimento, muito disso se refere ao saber e prática pedagógica e às questões de Estado e Política. Quanto à linha de História e Historiografia, a Educação Especial ainda busca um lugar ao sol (Bezerra; Furtado, 2017).

Para compreender como se dão os processos políticos, sociais e culturais, o olhar histórico e historiográfico é imprescindível. Para conceber o direito da educação, sobretudo para pessoas com deficiência, faz-se necessário compreender o acesso, os processos de discriminação e exclusão através dos tempos.

Nesta seção, apresentam-se conceitos sobre a Educação Especial, a linha temporal com legislações e mudanças compreendidas no período de 1988 a 2015, bem como considerações acerca desse processo de maneira a basear a Educação Especial no Brasil, em Minas Gerais e no sul desse estado.

Dezessete anos antes da CF/88, a legislação educacional passou por uma reforma cujos efeitos foram difusos, inclusive, no que tangia à Educação Especial. A partir da Lei nº 5.692/1971, chamada também de Lei da Reforma, a Educação Especial passou a ter um viés profissionalizante para a pessoa com deficiência, sob a argumentação de garantia de subsistência e inclusão social.

Veiga-Neto, em seu texto intitulado “Incluir para saber. Saber para excluir”, publicado em 2016, faz uso de referenciais como Michel Foucault e Zygmunt Bauman, para o debate da construção da educação dos “anormais”. Se utilizando desses termos provocativos e os comparando, o autor problematiza:

[...] as operações de inclusão como, entre outras coisas, uma forma de ativar o biopoder e, com isso, potencializar os nexos entre os gestores da burocracia do Estado e os novos experts que surgiram a partir do século XVIII. Nessa perspectiva, são feitas algumas referências às questões éticas e econômicas e aos dispositivos culturais que incluem artefatos e práticas de expertise envolvidos nas políticas de inclusão (Veiga-Neto, 2016, p. 22).

As fontes desta pesquisa servirão para esse entendimento acerca da Educação Especial no sul mineiro. Contudo, antes disso, delimita-se um pouco mais o recorte do objeto de pesquisa como escola especial.

Mas, afinal, quais foram as principais mudanças para estabelecer a Educação Especial que conheceremos na E.E.E.E Novo Tempo?

No primeiro recorte, a educação nasce como direito social na CF/88, porém, apenas em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(LDB), além da alteração do termo “portador de deficiência” para “necessidades especiais”, ampliou-se o público atendido, não restringindo somente à deficiência.

De acordo com a LDB (1996), o público-alvo da Educação Especial é composto por alunos com deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), altas habilidades ou superdotação. É para essas pessoas que escolas como a Novo Tempo foram criadas e são mantidas, até o tempo da história presente (após breves críticas históricas, se destaca o Quadro 4, intitulado “Linha histórica da política e legislação da Educação Especial”, que apresenta um panorama educacional do período definido na pesquisa.

Passados quarenta e quatro anos da LDB/71, fruto de movimentos sociais, agenda política e ações de afirmação, a educação ganha, nos artigos 27 e 28, o delineamento voltado para as pessoas com deficiência.

Ainda assim, nota-se que o apelo para a funcionalidade e formação para o trabalho permanecem. Mas, afinal, de onde vêm essas influências? Do modelo em que se concebe a deficiência.

Já foram descritas, em seções anteriores, definições da OMS. Essa perspectiva, de forma geral, refere-se ao modelo médico, baseado em laudos, relatórios e avaliações.

A partir desse entendimento, a capacidade ou funcionalidade (CIF) ganha materialidade na avaliação física e/ou neurológica da deficiência. A partir disso, na esteira do modo de produção capitalista, terapias isoladas ou interdisciplinares têm como propósito “adequar e instrumentalizar” as pessoas com deficiência para o trabalho.

Com isso, o valor produtivo se mistura ao valor pessoal, coisificando e sujeitando as PcDs numa métrica: quanto mais funcionais, maior o valor agregado em sua tarefa/atividade laboral; em face ao adoecimento e/ou acidente encaminha-se para reabilitação³ (Barêa, 2009; Borges; Campos, 2018; Foracchi, 1982).

Eis a roda continuando a girar, num ciclo vicioso cujo objetivo é a exploração do trabalho (Ciavatta, 2019; Marx, 2013, 2017).

Esse olhar perpassou os tempos, modelou espaços e não espaços de preconceito, discriminação e exclusão das pessoas com deficiência, como a narrativa do Hospital Colônia em Minas Gerais e de Juqueri, em São Paulo.

Entrelaçado nas lutas dos movimentos sociais e no crescimento de profissões de cunho psicossocial (como a Psicologia e o Serviço Social), o modelo médico vai sendo questionado para a construção de um modelo capaz de ampliar a visão funcional do sujeito.

3 No modelo médico, além da dis/funcionalidade, a PcD não é vista como um sujeito, considerando que há um construto identitário, familiar, social, cultural e político que a envolve e influencia.

Tem-se a gênese do modelo social pelo qual as pessoas com deficiência são compreendidas em integralidade, sob a luz dos aspectos biológicos, sociais, ambientais, psicológicos e físicos. Entende-se, desse modo, que a deficiência é uma forma de existir no mundo, se vinculando ao conceito mais amplo de qualidade de vida (Diniz, 2012; Lopes; Solvalagem; Busse, 2020).

Dessa maneira, o espaço escolar e suas atividades formadoras para o trabalho e funcionalidade passam a apresentar possibilidades de construção de novos saberes, adaptados ou não, para e através das pessoas com deficiência. Eis a Educação Especial sob a perspectiva da Educação Inclusiva.

Essa abordagem, mais atual, tem caráter formativo e pedagógico, com trabalhos transversais nas demais modalidades educacionais (educação no campo, educação de jovens e adultos). Seguindo o modelo social da deficiência, ela compreende a fase inicial da Educação infantil até a Educação Superior e tem como proposta a modificação dos espaços para o acolhimento da diversidade.

A principal diferença entre Educação Especial e Inclusiva é que, enquanto o público-alvo da primeira é limitado, voltado para pessoas com deficiência, a segunda abordagem reconhece que todos são diferentes dentro do ambiente escolar.

Como o objeto de pesquisa “Novo Tempo” delimitado como Educação Especial, de 1988 a 2015, destaca-se suas características, tempo histórico e abordagens no quadro que segue:

Quadro 3 - Características da Educação Especial

Educação Especial
Objetivo de proporcionar educação especializada compatível com as necessidades das “crianças excepcionais”; Caráter assistencialista, ofertada com base filantrópica ou religiosa (principalmente, Igreja Católica); Não havia preocupação escolar, pois era voltado ao atendimento clínico e assistencial; Muitos centros de Educação Especial vinculados a hospitais psiquiátricos; Segregacionista - Não incluía a pessoa com deficiência e, sim, avaliava para minimizar problemas.

Fonte: autoria própria (2024).

Seja sob o domínio do modelo médico e da transição para o modelo social da deficiência, a legislação educacional acompanhou essas mudanças.

Em destaque, as linhas principais para a comunidade de pessoas com deficiência de 1988 a 2015, de acordo com a sistematização cronológica das normativas, políticas e ações direcionadas para Educação Especial no Brasil.⁴

⁴ O quadro compreende o período do recorte temporal da tese. A linha histórica cronológica completa se encontra na seção Anexo B.

Quadro 4 - Linha Histórica da política e legislação da Educação Especial

Ano	Ementas
1961	Lei nº 4.024/1961 – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define que o atendimento educacional aos “excepcionais” deve ser assegurado, preferencialmente, no âmbito do sistema geral de ensino.
1971	Lei nº 5.692/1971 (Lei da Reforma) – Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, altera-se a LDB de 1961 e assegura-se que o “tratamento especial” deveria ser destinado aos portadores de “deficiências físicas, mentais em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”.
1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – O art. 206, inciso I, da CF/1988 estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino. E garante, a partir do art. 208, inciso VII, como dever do Estado, a oferta do Atendimento Educacional Especializado ao educando, em todas as etapas da educação básica.
1989	Lei nº 7.853/1989 – Preconiza a inclusão no sistema educacional da Educação Especial como modalidade educativa nas escolas públicas e privadas.
1990	Lei nº 8.069/1990 – O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”; Declaração Mundial de Educação para Todos – Influência para a formulação das políticas públicas da Educação Inclusiva; Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien) – Objetiva promover transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola.
1994	Declaração de Salamanca – Influencia diretamente na formulação das políticas públicas de Educação Inclusiva; Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade – Ideia de que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater às atitudes discriminatórias; Política Nacional de Educação Especial – Essa Política orienta o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum.
1996	Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - art. 59: Os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; além disso, assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.
1999	Decreto nº 3.298/1999 – A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da Educação Especial ao ensino regular.

<p>2001</p>	<p>Resolução CNE/CEB nº 2/2001 – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, determinam, em seu Art. 2º, que os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos;</p> <p>Lei nº 10.172/2001 – o Plano Nacional de Educação (PNE) aponta um déficit referente à oferta de matrículas para estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao Atendimento Educacional Especializado. Por isso, essa legislação estabelece objetivos e metas para que os sistemas de ensino forneçam o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;</p> <p>Decreto nº 3.956/2001 – Promulgação da Convenção da Guatemala, de 1999, no Brasil, a qual afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas;</p>
<p>2002</p>	<p>Resolução CNE/CP nº 1/2002 – As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, na perspectiva da Educação Inclusiva.</p> <p>Lei nº 10.436/2002 – Reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão; inclui a disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia;</p> <p>Portaria nº 2.678/2002 do Ministério da Educação (MEC) – Aprova o projeto da Grafia a Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.</p>
<p>2003</p>	<p>Programa Educação Inclusiva, implementado pelo MEC – Propõe o direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo processo de formação de gestores e educadores.</p>
<p>2004</p>	<p>O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular – Documento publicado pelo Ministério Público Federal, que tem como objetivo disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de estudantes com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular;</p> <p>Decreto nº 5.296/2004 – Regulamentação das Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000 e impulsionou a inclusão educacional e social, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.</p>
<p>2005</p>	<p>Decreto nº 5.626/2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), visando o acesso à escola aos estudantes surdos, dispõe sobre a inclusão de Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor de Libras, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.</p> <p>Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S Federal) – Organização de centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o Atendimento Educacional Especializado, para a orientação às famílias e a formação continuada dos professores, constituindo a organização da política de Educação Inclusiva de forma a garantir esse atendimento aos estudantes da rede pública de ensino;</p> <p>Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – Dentre as suas ações, o Plano objetiva contemplar, no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem acesso e permanência na educação superior.</p>

2007	<p>Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) – Tendo como eixos a formação de professores para a Educação Especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC;</p> <p>Decreto nº 6.094/2007 – Diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, em que deve-se assegurar um sistema de Educação Inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, garantindo o acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.</p>
2008	<p>Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008 - estabelece o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica.</p> <p>Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI) de 2008 - visa garantir a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino.</p>
2009	<p>Resolução CNE/CEB nº 04/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica, determinando-se o público-alvo da Educação Especial, define o caráter complementar ou suplementar do AEE, prevendo sua institucionalização no projeto político pedagógico da escola.</p>
2010	<p>Resolução CNE/CEB nº 04/2010 – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, preconizando que os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado - AEE, complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos;</p> <p>Decreto nº 7084/2010 – Programas nacionais de materiais didáticos, estabelece, no artigo 28, que o Ministério da Educação adotará mecanismos para promoção da acessibilidade nos programas de material didático destinado aos estudantes da Educação Especial e professores das escolas de educação básica públicas.</p>
2011	<p>Decreto nº 7611/2011 – Diretrizes para Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado. Estabelece o duplo cômputo das matrículas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, além da definição do Atendimento Educacional Especializado complementar ou suplementar à escolarização e os demais serviços da Educação Especial, além de outras medidas de apoio à inclusão escolar;</p> <p>Decreto nº 7612/2011 – A fim de promover políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência, dentre as quais, aquelas que efetivam um sistema educacional inclusivo, nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, instituiu-se o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite). Além disso, destaca-se as disposições sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado, garantindo um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, com base na igualdade de oportunidades e sem discriminação.</p>
2012	<p>Lei nº 12.764/2012 – A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista. Além de consolidar um conjunto de direitos, essa lei, em seu artigo 7º, veda a recusa de matrícula a pessoas com qualquer tipo de deficiência e estabelece punição para o gestor escolar ou autoridade competente que pratique esse ato discriminatório.</p>

2014	Lei nº 13.005/2014 – O Plano Nacional de Educação (PNE) preconiza a garantia do atendimento às necessidades específicas na Educação Especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades, objetivando universalizar, para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na faixa etária de 04 a 17 anos, o acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino, podendo ser realizado por meio de convênios com instituições especializadas, sem prejuízo do sistema educacional inclusivo.
2015	Estatuto da pessoa com deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - trata de diversos aspectos relacionados à inclusão das pessoas com deficiência.

Fonte: Brasil (2008, p. 1-6), adaptado pela autora (2024).

Buscando sustentação teórica sobre Educação Especial e Educação Inclusiva, nesta seção, foram utilizados os estudiosos: Mantoan (2003), Monteiro (2006), Mendes (2010), Miranda (2008), Kassar (2011), Sánchez-Huete, J. C. e Díaz-Pino (2023), Bueno (2004).

A partir desse breve histórico de símbolos, simbologias, tradições e trajetórias apresentado aqui, é possível refletir sobre alguns pontos: 1) O preconceito e discriminação para com a pessoa com deficiência como algo estruturante e estrutural socialmente; 2) A narrativa histórica da deficiência está relacionada à recuperação, normatização e padronização do corpo e sua funcionalidade; 3) A educação como fonte de integração da PCD.

Para melhor compreender, é essencial estabelecer linhas históricas da Educação Especial no Brasil e no estado de Minas Gerais, como ponto de partida (ou chegada!) para o entendimento das bases sociais, políticas, econômicas e culturais que se engendram para a formação da engrenagem da história institucional da EEEE Novo Tempo.

3.4 AS LINHAS HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: BRASILEIRA E MINEIRA

A partir de apontamentos das Teorias da Educação, Bianchetti (1995) discute aspectos históricos da Educação Especial e suas transformações sociais através do tempo, destacando a grande conquista da luta pelo direito social da educação, a educabilidade do deficiente e sua integração como meio e fim.

Ainda assim, entende-se que a inclusão da pessoa com deficiência ainda está longe do necessário, sobretudo, na escola.

Para melhor compreensão disso, faz-se importante correr a linha histórica do desenvolvimento da Educação Especial no Brasil, passando pela concepção médico-assistencial até o campo de disputa dos espaços institucionais de educação.

Mendes (2010), em seu artigo “Breve histórico da Educação Especial no Brasil”, discorre sobre os institutos (Instituto Benjamin Constant e o Instituto dos Surdos-Mudos no Rio de Janeiro) e hospitais (como o Juliano Moreira, na Bahia) do final do século XIX, passando pela Primeira República.

Nesse último período, destacam-se as práticas higienistas e eugenistas na saúde e na educação, o Brasil passa a contar com o ideário do movimento escolanovista.

Essa moção tinha por princípios: a crença no poder da educação, o interesse por pesquisas científicas, a motivação em mitigar as desigualdades sociais e no estímulo à autonomia e liberdade da criança.

No Brasil, os escolanovistas eram adeptos de reformas educacionais que fortalecem a educação como direito, por meio do ensino público, laico e gratuito, como meio efetivo de combater as questões sociais, dentre elas, a inclusão das pessoas com deficiência.

O movimento da Escola Nova trouxe suas contribuições para a Educação Especial, por exemplo, o desenvolvimento da psicologia escolar e educacional por meio do uso de testes de inteligência para identificar deficientes intelectuais (Mendes, 2010; Miranda, 2008).

Em Minas Gerais, alguns pensadores e educadores desse movimento se destacaram, como a professora e psicóloga de nacionalidade russa e formação francesa, Helena Antipoff.

Ela iniciou seus trabalhos com a criação do Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais, em 1929, e disseminou a proposta de organização da educação primária na rede regular de ensino composta de classes homogêneas.

No campo da Educação Especial, foi responsável pela gênese de serviços de diagnósticos, classes e escolas especiais, em destaque a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1932), a qual passou a se expandir por todo Brasil em 1945.

O período do Estado Novo foi marcado por reformas educacionais que traziam em seu bojo a formação para o trabalho e a consolidação de um sistema que reforçou a estratificação social, com escolas para a elite e para a classe popular.

Além das reformas, dois outros pontos a serem destacados: a APAE do Rio de Janeiro, de 1954, e a LDB, de 61. Fruto da iniciativa da norte americana Beatrice Bemis (mãe de uma pessoa com Síndrome de Down), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Rio foi a pioneira a ser considerada escola especial, utilizando como arcabouço a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que trazia em seus artigos 88 e 89 a “educação dos excepcionais”.

Estimulada pela iniciativa carioca, a primeira APAE mineira surgiu no ano de 1956, na cidade de São Lourenço.

Assim, na década de 60, foram fundadas as APAEs Mineiras, principalmente, nas regiões Sul e Triângulo, ampliando-se nas décadas seguintes a criação de novas APAEs nos municípios dessas regiões.

Em 15 de abril de 1961, fruto da mobilização de lideranças políticas (desembargador Dr. Ivan Andrade Moraes, o juiz do Tribunal de Alçada Dr. Agostinho de Oliveira Júnior e o deputado estadual Paulo Campos Guimarães), profissionais e sociedade civil, realizada por Helena Antipoff, fundou-se a APAE-BH.

Inspirados pela unidade de São Lourenço e da capital, em meados de 1968, tal empreendimento chegou a Itajubá, atrelado às Irmãs da Previdência de GAP, via colégio particular.

Após um ano de formação e organização, a APAE Itajubá teve as suas atividades iniciais registradas em 03/03/1969 e a inauguração oficial em 15/03/1969. Trazida à luz, por Laura Gorgulho, diretora do Colégio Sagrado Coração de Jesus, e a professora Solange Aurora Cavalcanti, que articula seu funcionamento inicial em sala anexa a um grupo escolar.

Na história do tempo presente, com 54 anos, a APAE Itajubá é referência na região, sobretudo, por seu projeto de APAE Rural, caracterizado por uma sede em fazenda na qual se oferece desde equoterapia até oficinas de produção de receitas culinárias locais.

Compreender como foi o surgimento das APAEs e como se espalharam em território nacional, sobretudo, no estado mineiro, é essencial para a construção da espiral histórica desta tese, a história institucional da Escola Novo Tempo.

As APAES e as escolas de Educação Especial são o arcabouço da educação para as pessoas com deficiência. Para demonstrar isso no cenário mineiro e sul mineiro, foi realizada uma pesquisa quantitativa de escolas especiais e APAEs por mesorregião, tendo como resultado os dados descritos no quadro a seguir:

Quadro 5 - Número de Escolas Estaduais de Educação Especial e APAEs por mesorregião

Mesorregião	Microrregiões	Municípios (nº)	EEEE	APAEs
Campo das Vertentes	Barbacena, Lavras, São João del-Rei	36	02	19
Central Mineira	Bom Despacho, Curvelo, Três Marias	30	-	21
Jequitinhonha	Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina, Pedra Azul	51	-	12
Metropolitana de Belo Horizonte	BH, Conceição do Mato Dentro, Conselheiro Lafaiete, Itabira, Itaguara, Ouro Preto, Pará de Minas, Sete Lagoas	105	11	61
Noroeste de Minas	Paracatu, Unai	19	-	10
Norte de Minas	Bocaiuva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas	89	02	32
Oeste de Minas	Campo Belo, Divinópolis, Formiga, Oliveira, Piumhi	44	04	23
Sul e Sudoeste de Minas	Alfenas, Andrelândia, Itajubá, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião do Paraíso, Varginha	146	03	90
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba, Uberlândia	61	05	52
Vale do Mucuri	Nanuque, Teófilo Otoni	23	01	6
Vale do Rio Doce	Aimorés, Caratinga, Governador Valadares, Ganhães, Ipatinga, Mantena, Peçanha	102	01	32
Zona da Mata	Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Muriaé, Ponte Nova, Ubá, Viçosa	142	05	61

*EEEE – Escola Estadual de Educação Especial.

Fonte: Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (2024) e Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais (2023).

Diante desse demonstrativo, verifica-se que Minas são muitas. No ranking territorial nacional, é o quarto lugar e o segundo em quantidade de habitantes vivendo em algum dos 853 municípios (IBGE, 2022). Por mais que as diretrizes

estaduais da educação sejam seguidas de forma padronizada por meio dos programas públicos atuais, o estado de Minas Gerais abriga mais peculiaridades que o sotaque e a culinária.

Na Educação Especial, por exemplo, há que se destacar que a Rede Estadual de Ensino é mantenedora de 23 escolas em todo o Estado e a Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais (FEAPAES/MG) assessora a Rede Mineira de 450 Apaes, constituindo a maior rede Apaeano do Brasil, segundo dados atuais (FEAPAES, 2023; Minas Gerais, 2023).

Estabelecer essas relações numéricas é essencial para a verificação de determinantes sociais. A exemplo disso, nota-se menor número da relação APAEs por região e nenhuma escola especial da rede estadual no Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, regiões mais vulneráveis de Minas Gerais.

A mesorregião sul e sudeste mineiro é uma das maiores, composta por cento e quarenta e seis cidades, destacando-se pelo número de noventa APAEs e três Escolas Especiais, de acordo com o Quadro 5, o qual cruza informações da Federação de APAEs e Secretaria de Educação Estadual de Minas Gerais.

A história das APAEs mineiras, sobretudo, sua influência em Itajubá, trouxe ao município associações para estabelecimento da Educação Especial para a região.

Além da representatividade das atividades rurais aos pés da Mantiqueira, a APAE Itajubá teve, no ano de 1982, atividades pedagógicas capazes de fortalecer o projeto pedagógico para o surgimento de uma Escola Especial na qual se originaria, em 1987, a EEEE Novo Tempo, objeto de pesquisa desta tese.

É sobre tais bases sociais importantes que este estudo científico se fundamenta, buscando responder às seguintes inquietações: Qual a contribuição social da EEEE Novo Tempo para o município de Itajubá e região? A Educação Especial, em Itajubá, é base para a Educação Inclusiva? Entre seus muros e à margem do Sapucaí, existe Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva? Quais os fatores envolvidos no processo inclusão/exclusão dos alunos com deficiência? Existem ideias de eugenia, o nacionalismo e a finalidade da formação para o trabalho nos processos educacionais presentes?

3.5 O ESTADO DA ARTE: EDUCAÇÃO ESPECIAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS E ACADÊMICAS

Para demonstrar a relevância e inediticidade da pesquisa apresentada nesta tese, será apresentado, nesta seção, o estudo da arte sobre a história da Educação Especial.

Segundo Ferreira (2002), “estado da arte” ou “estado do conhecimento” é uma pesquisa de caráter bibliográfico, capaz de mapear e discutir uma produção

acadêmica em diferentes campos do conhecimento, em diferentes épocas, lugares, formas e condições, visto que têm sido produzidas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

No caso de “Aos pés da montanha que chora: a História da Educação especial de uma Escola Estadual de Itajubá, sul de Minas Gerais (1988-2015)”, a presente tese se baseia no estudo da História das Instituições, uma vez que analisa como objeto de pesquisa a Escola de Educação Especial Novo Tempo de Itajubá, sul de Minas Gerais.

Para as verificações, foi utilizado o recorte temporal de 1988 a 2015 e como grande área do conhecimento a História da Educação. De forma a trazer materialidade a isso, traçou-se um roteiro para pesquisa de estado da arte:

1. Foram designados como descritores - Educação Especial, Educação Inclusiva e História da Educação Especial;
2. Foram considerados periódicos importantes da História da Educação, sendo destacados cinco deles: A Revista de História e Historiografia da Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Revista Brasileira de História da Educação da Sociedade Brasileira de História da Educação do Paraná - UEM (Maringá); Revista História da Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Revista História & Ensino da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Cadernos de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU);
3. Foram pesquisados os repositórios das Universidades Federais mineiras: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Sobre o último item, a escolha das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) se baseou no trabalho de Chiarini, Vieira e Zorzini (2012) sobre as Universidades Federais Mineiras. A UFMG, UFU, UFLA e UFV foram escolhidas a partir dos resultados de produção acadêmica-científica e grupos de pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, que abarcam a Educação.

Além disso, a UFU é a instituição que abriga o Programa de Pós-Graduação em Educação, ao qual estão vinculados a pesquisadora desta tese e seu orientador. Elucidados os critérios de descritores, bases e temporalidade, seguem os resultados da pesquisa do estado da arte. Para facilitar a sistematização das pesquisas realizadas nos repositórios das instituições e periódicos selecionados, seguem as relações bases/descriptores, com destaque para o número de produções e relevância.

3.5.1 Repositório UFMG

Na pesquisa realizada no Repositório Institucional da UFMG, utilizando o descritor “Educação Especial”, fazendo a busca por trabalhos acadêmicos e considerando o recorte temporal de 1988-2015, encontramos 516 produções científicas (teses, dissertações, trabalhos de conclusão de graduação e pós-graduação e monografias). Porém, apenas uma se configura como Educação Especial na perspectiva histórica: “A constituição da Educação Especial destinada aos excepcionais no sistema público de ensino do Estado de Minas Gerais na década de 1930”, de Andrea Morato Monteiro Fernandes, dissertação defendida em 2008.

Na mesma base, o descritor “Educação Inclusiva” norteou a busca de 398 produções científicas. Dentre estas, destaca-se: “A inclusão socioeducacional e diversidade: debate conceitual e desenvolvimento histórico-legal no Brasil após 1988”, Tese de Lara Ferreira de Lima, de 2012. Já com o descritor “História da Educação Especial”, foram encontradas 14 produções científicas e, para a combinação dos descritores “História da Educação” e “Educação Especial”, 145, sem que alguma destacasse como objeto a História da Educação Especial.

Dessa forma, para os descritores utilizados, no período de 1988 a 2015, foram encontradas 1073 produções científicas. Delas, 1070 apresentam, em parte de sua estrutura, a História da Educação Especial e 02 apresentam como objeto de pesquisa, sendo reunidas, em ordem cronológica, no quadro a seguir.

Quadro 6 - Produção científica do campo do saber de História e Historiografia da Educação da UFMG, de 1988 a 2015

Defesa (Ano)	Título	Universidade	Autor(a)	Tipo de produção
2008	A constituição da Educação Especial destinada aos excepcionais no sistema público de ensino do estado de Minas Gerais na década de 1930.	UFMG	FERNANDES, Andrea Morato Monteiro	Dissertação
2012	Inclusão socioeducacional e diversidade: Debate conceitual e desenvolvimento histórico-legal no Brasil após 1988.	UFMG	LIMA, Lana Ferreira de	Tese

Fonte: autoria própria (2024).

Além das produções evidenciadas, é importante ressaltar que a UFMG possui uma característica interessante: o Programa de Pós-Graduação em Educação apresenta ênfase na área “Conhecimento e inclusão social” (em anexo - capa da tese de Lana Ferreira Lima).

3.5.2 Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Na pesquisa realizada no Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), dentro do acervo da Faculdade de Educação (FACED), destacam-se os seguintes descritores e produções.

Com a utilização do descritor “Educação Especial”, foram encontradas 136 produções científicas. A pesquisa com o descritor “Educação Inclusiva” trouxe 52 trabalhos e “História da Educação Especial” direcionou para 12.

E na busca combinada de “História da Educação” e “Educação Especial”, considerando o recorte temporal de 1988-2015, encontramos 85 produções científicas.

Como fruto da pesquisa ao repositório da UFU, foram encontradas 285 produções nas quais, em parte do texto, é apresentado percurso histórico, político ou de prática educativa na Educação Especial, sem que essa temática se mostre como objeto central dos estudos.

3.5.3 Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Na busca realizada no Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras (UFLA), pesquisando em toda a base a partir do descritor “Educação Especial”, foram encontradas duas produções acadêmicas, de 2011.

No entanto, nenhuma das duas se relaciona, direta ou indiretamente, com a História da Educação Especial e / ou com a História da Educação Inclusiva.

Já com o descritor “Educação Inclusiva”, considerando o recorte temporal de 1988-2015, encontramos quatro produções acadêmicas, sendo uma delas em Língua Inglesa. Porém, nenhuma das produções aborda o tema da História da Educação Especial e / ou da História da Educação Inclusiva.

Importante destacar que não foram encontradas produções com o descritor “História da Educação Especial” ou com a combinação “História da Educação” e “Educação Especial”.

3.5.4 Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Na busca realizada no Repositório Institucional da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em toda sua base, considerando recorte temporal de 1988-2015, foram encontradas:

Para o descritor “Educação Especial”, 54 produções científicas; descritor “Educação Inclusiva”, encontramos 24; nenhuma ocorrência para o descritor “História da Educação Especial” foi encontrado e, para a combinação dos descritores “História da Educação” e “Educação Especial”, 12. De todas

essas produções, não se evidenciaram tema/objeto delimitado para a História da Educação Especial e / ou a História da Educação Inclusiva. Os trabalhos abordam, em parte de seu texto, o histórico e a legislação brasileira como aporte teórico para debate na área de práticas pedagógicas e políticas na Educação Especial e Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

3.5.5 Revista de História e Historiografia da Educação (UFPR)

Na busca realizada na Revista de História e Historiografia da Educação, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), utilizando os descritores “Educação Especial”, “Educação Inclusiva”, “História da Educação Especial” e a combinação “História da Educação” e “Educação Especial”, considerando o período de 1988 a 2015, não foi encontrada nenhuma produção.

3.5.6 Revista Brasileira de História da Educação (UEM)

Na busca realizada na Revista Brasileira de História da Educação – Sociedade Brasileira de História da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, considerando o período 1988-2015:

Para os descritores “Educação Inclusiva”, “História da Educação Especial”, “Educação Especial” e a combinação dos descritores “História da Educação” e “Educação Especial”, não foram encontradas produções. Foi testada a retirada das aspas para pesquisa - História da Educação Especial, considerando o recorte temporal. Diante disso, encontramos 6 estudos, mas nenhum se relaciona com a História da Educação Especial e / ou a História da Educação Inclusiva.

3.5.7 Revista História da Educação (UFRGS)

A base da Revista História da Educação, da UFRGS, considerando o recorte temporal 1988-2015, não apresentou resultados para os descritores “Educação Inclusiva”, “História da Educação Especial”. Também não houve ocorrência para as combinações “História da Educação” e “Educação Especial” e “História da Educação” e “Educação Especial”. Apenas o descritor “Educação Especial” apresentou resultado: artigo “Educação de surdos e governamentalidade linguística no Estado Novo (Brasil, 1934-1948)”, de Pedro Henrique Witches e Maura Corcini Lopes, publicado em 2015.

3.5.8 Revista História e Ensino (UEL)

O periódico não apresentou resultados para os descritores no período de 1988-2015.

3.5.9 Cadernos de História da Educação (UFU)

Na busca, utilizando os descritores “Educação Inclusiva”, “História da Educação”, “História da Educação Especial” e a combinação “História da Educação” e “Educação Especial”, não foram encontrados trabalhos no período destacado.

Apenas o descritor “Educação Especial” apresentou resultado no campo do saber da História da Educação - Miranda (2008): aborda o desenvolvimento histórico da Educação Especial no Brasil.

O artigo focaliza as relações entre os deficientes e a educação brasileira, com o objetivo de resgatar o histórico da Educação Especial no Brasil, desde a implementação de políticas educacionais de caráter assistencial/filantrópico até 2009 (momento atual da inclusão, quando publicado).

A seguir, são organizadas as produções em periódico, em ordem cronológica:

Quadro 7 - Produções científicas dos periódicos de História e Historiografia da Educação

Periódicos	Ano	Produções
Revista de História e Historiografia da educação (UFPR)	-	-
Revista Brasileira de História da Educação (UEM)	-	-
Revista História da Educação (UFRGS)	2015	“Educação de surdos e governamentalidade linguística no Estado Novo (Brasil, 1934-1948)”
Revista História e Ensino (UEL)	-	-
Cadernos de História da Educação (UFU)	2008	“Educação Especial no brasil: Desenvolvimento histórico”

Fonte: autoria própria (2024).

Como fruto das buscas dos descritores e combinações, nos repositórios UFMG, UFU, UFLA, UFV e nos periódicos listados nos itens 1.4.5 a 1.4.9, no período de 1988 a 2015, foram encontradas, no total, 1310 produções científicas. Dessas publicações, foram destacadas quatro que possuem como objeto de estudos relacionado com a linha da História e Historiografia da Educação, conforme os quadros 5 e 6 supracitados.

Os 1306 trabalhos tratavam de outras searas da Educação, como políticas e legislações, saberes e práticas pedagógicas, destacando apenas em parte do texto, trecho/seção/capítulo no qual versa História da Educação Especial.

Esses dados levantados na estrutura de estado da arte coadunam com as pesquisas de Bezerra e Furtado (2017) e Cardoso e Martínez (2022).

O primeiro artigo “A produção sobre História da Educação Especial nos Congressos Brasileiros de História da Educação (CBHES): um lugar em construção”, de 2017, que apresentou as publicações dos Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação como base, destacando as produções do Congresso no período de 2000 a 2015 (ano da LBI).

O segundo estudo, de Cardoso e Martinez (2022), denominado “História e historiografia da Educação Especial brasileira: um balanço da produção em artigos científicos (2015-2020)”, aborda a História e Historiografia da Educação Especial por meio de um balanço da produção de artigos científicos na área (Portal de Periódicos da Capes, no Google Acadêmico e em revistas especializadas).

É importante ressaltar que, assim como as bases selecionadas nesta tese e nos artigos supracitados, as produções científicas ocorrem após 2015, demonstrando que a Lei Brasileira de Inclusão teve impacto positivo na sociedade e na academia. Assim, além de confirmar o recorte temporal desta tese, é essencial mencionar que ela cumpre seu papel de relevância e inediticidade.

Na certeza da continuação dessa trilha do conhecer sobre a História da Educação Especial pela perspectiva da História Institucional, a seção três teve como propósito a apresentação das bases conceituais e legais da deficiência e sua relação com a educação, ainda nisso caracterizou os processos brasileiro e mineiro, dando, por fim, fundamento de relevância a esta pesquisa e tese, por meio da apresentação do estado da arte.

A segunda parte da linha que costura a Educação Especial entre o Sapucaí e a Mantiqueira se conforma na seção quatro, no qual se apresenta o cenário itajubense para a Educação Especial, sua formação cultural, política e social, suas personalidades ilustres, de forma a abordar as peculiaridades que estão associadas à história da EEEE Novo Tempo.

A EDUCAÇÃO ENTRE AS MONTANHAS SUL MINEIRAS

“Forma-se o caráter no trabalho, na iniciativa, na perseverança contra as dificuldades, dando-se-lhe independência e personalidade.”
(Wenceslau Braz Pereira Gomes)

Segundo Carvalho, Gonçalves Neto e Carvalho (2016), as reformas do ensino constituíram uma característica importante no estado de Minas Gerais, modificando as bases escolares e pedagógicas.

Atravessadas pela influência do movimento escolanovista, as “muitas Minas Gerais” se conformam numa visão de educação coerente com ideais republicanos para instituir um ensino mais científico e racional no estado (Fonseca; Batista, 2022). Eis um projeto modernizador à mineira!

Das terras mineiras, destaca-se a região sul: berço do presidente Wenceslau Braz, nascido em São Caetano da Vargem Grande (atual Brazópolis) e sua esposa, Maria Carneiro Santiago, nascida em Itajubá.

Em união de famílias, nasce a aliança entre trabalho, política e educação, tendo na epígrafe desta seção uma de suas frases mais marcantes, Wenceslau Braz é parte do mosaico histórico que originou a Educação Especial na localidade.

Para continuar o embasamento para a espiral histórica de Itajubá, aqui são descritas as características sul mineiras, em destaque a itajubense, tendo em vista que esse município abriga a instituição objeto deste estudo: a E.E.E.E. Novo Tempo.

4.1 SUL DE MINAS: ENTRE BELEZAS E TRADIÇÃO

O sul de Minas Gerais é uma das regiões mais encantadoras do estado e do país, conhecido por sua beleza natural, tradições culturais e hospitalidade. Com uma paisagem marcada por montanhas, vales e rios, a região tem clima ameno, típico das áreas de serra. No inverno, as temperaturas são mais baixas, especialmente, nas cidades mais altas, como Monte Verde e Maria da Fé.

A economia regional é diversificada, com destaque para a agropecuária e o turismo. Há cultivo de milho, feijão, batata, leite e a produção de café é uma

das principais atividades, colocando a região como um dos maiores polos de alta qualidade do mundo (Oliveira; Pimenta, 2019).

Atualmente, têm crescido as produções de vinho de Andradas, o tradicional pé de moleque de Piranguinho e o premiado azeite de oliva de Maria da Fé (Giovanini, 2006).

O turismo é uma das forças motrizes da região. Cidades como São Lourenço, Caxambu e Poços de Caldas atraem visitantes pelas suas estâncias hidrominerais, onde é possível desfrutar de águas com propriedades medicinais. Outros municípios, como Gonçalves e Monte Verde, são famosos pelo turismo de aventura e gastronomia típica (Giovanini, 2006).

O sul de Minas também é rico em história e cultura. Cidades como Tiradentes e São João del Rei, Congonhas do Campo e Baependi preservam a arquitetura colonial e guardam traços da época do Brasil Colônia (Almeida, 2016).

Região marcada pela exploração, colonização e a busca por novas terras e riquezas durante o período colonial do Brasil. Como era uma pouco conhecida e habitada por povos indígenas (guarani e puri), recebeu as primeiras expedições de bandeirantes a partir de 1670 (Costa, 1970; Marinho, 1977; Massena, 1904).

Mas somente em 1674, o bandeirante Fernão Dias Paes Leme colocou no mapa da expedição “Bandeira dos Paulistas” para explorar a região, e foi por meio dessa expedição que o Sul de Minas começou a ser conhecido e explorado.

Fernão Dias, ao lado de outros bandeirantes, avançou pelo interior escolhendo um local para pouso (hoje, o município de Pouso Alegre), enfrentando dificuldades naturais e a resistência dos povos indígenas, abrindo os primeiros caminhos e povoações na região (Costa, 1970; Marinho, 1977; Massena, 1904).

A chegada de colonos e a exploração de recursos minerais impulsionaram o desenvolvimento de pequenas vilas e o crescimento da agricultura, com destaque para o cultivo de café.

Além dos bandeirantes e povos tradicionais, a igreja católica no sul de Minas merece destaque como forte influenciadora na formação cultural, histórica e social da região, que se reflete até os dias atuais.

Desde esses momentos da colonização, com a chegada dos bandeirantes e a exploração das riquezas minerais, a Igreja Católica desempenhou um papel central tanto na organização da sociedade quanto no fortalecimento da identidade local.

As igrejas e capelas erguidas na região, muitas das quais ainda existem, são testemunhos da grandiosidade da presença católica. Arquitetonicamente, elas seguem os estilos barroco e rococó, que marcaram a arte religiosa no Brasil durante o período colonial (Kossov, 2001).

Da arena das questões sociais e políticas regionais, os clérigos e padres, frequentemente, inspiraram autoridade nas disputas locais, direcionando o comportamento dos governantes e dos habitantes, ocupando o centro da administração das capelas e paróquias.

A Igreja também foi determinante na área da educação, uma vez que, durante os séculos XVIII e XIX, as instituições religiosas monitoraram as escolas nas cidades e vilas, sendo responsáveis pela formação intelectual da população. A educação era voltada, sobretudo, para os princípios católicos, o que ajudava a manter a moralidade e as normas sociais da época.

Ademais, a Igreja contribuiu com a formação de uma elite intelectual e cultural, especialmente, nas cidades de maior expressão, como São João del Rei, onde se formaram importantes figuras religiosas e intelectuais da região (Azzi, 1983).

No campo educacional, as escolas não eram instituições formais e regulamentadas, a alfabetização e formação ocorriam em espaços domésticos nos quais, com a supervisão de um mestre ou professor (tutor), os filhos das famílias abastadas estudavam para ler, escrever e desenvolviam conteúdos nas áreas de matemática, história, geografia e, especialmente, religião.

Sob a égide católica, as escolas domésticas do Sul de Minas tiveram um papel importante na história da educação da região, uma vez que estavam relacionadas à educação de meninas e mulheres que, naquele contexto histórico, recebiam uma formação diferente da dos meninos. Enquanto os meninos tinham uma formação mais voltada para os estudos científicos e administrativos, as meninas eram ensinadas em casa, principalmente, pelas mães ou por tutores contratados, a cultivar habilidades consideradas necessárias para o papel da mulher na sociedade da época, como bordado, música e os bons modos sociais e domésticos.

Esse ensino preparava as jovens para serem esposas e mães exemplares, que sustentavam os valores e as tradições da família. Aqui, releva-se a pesquisa realizada por Silva (2021) destacando, na perspectiva histórica-educacional, a gênese e desdobramentos da Escola Doméstica de Brazópolis, de 1927 a 1932.

Tal estudo delineou e caracterizou os elementos dessa primeira escola doméstica de Minas Gerais: a proposta europeia de educação feminina na Primeira República (escolarizar a mulher para o lar e a educação da prole); a relação tensa entre República e Igreja; e a expansão escolar. Nota-se, ainda, apontamentos sobre a relação da Igreja com a elite política e civil na institucionalização da Escola Doméstica com intuito de formar mulheres para o lar e a maternidade, reduzir casos de divórcios e modernizar a região, possibilitando seu desenvolvimento econômico e social (Silva, 2021).

Além da educação, a política e o trabalho formavam um tripé para destacar o Sul de Minas para os governos estaduais e nacionais. Dentre intelectuais e políticos, a cidade interiorana de Itajubá criou atores sócio-políticos como o presidente Wenceslau Braz e Theodomiro Santiago. Para melhor compreender a importância desses e seus feitos para a Educação e Educação Especial, acompanhe as próximas seções!

4.2 ITAJUBÁ E SEU LUGAR NA HISTÓRIA

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, Itajubá é o município localizado na mesorregião do Sul de Minas, com área territorial de 294,835 km² e população de 93073 pessoas.

Distante, aproximadamente, 42 quilômetros de Santa Rita do Sapucaí (conhecida como Vale do Silício mineiro), é a terceira melhor cidade do estado para se viver, estacando PIB per capita de R\$33.809,39 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 0,787.

Figura 2 - A cidade de Itajubá na história do tempo presente



Fonte: Site da viação Santa Cruz (2018)⁵.

5 Página com o título “Itajubá: um encanto mineiro mais perto de você”. Disponível em: <https://blog.viajesantacruz.com.br/2018/07/26/itajuba-um-encanto-mineiro-mais-perto-de-voce/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

Figura 3 - Mapa da mesorregião Sul e Sudoeste



Nota: Em destaque, Itajubá e seu entorno.
Fonte: Site Sul de Minas (2010)⁶.

Com fundação em 19 de março de 1819 e elevada à condição de cidade com a denominação de Itajubá pela Lei Provincial n.º 1.149, de 04-10-1862, o antigo povoado ficava numa região de morros na qual os moradores se reuniram, denominado Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá, hoje, Delfim Moreira.

Na história do tempo presente, os dados da unidade local do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) destacaram 24.209 pessoas empregadas em Itajubá, nas mais variadas atividades econômicas.

Dentre as empresas e instituições, destacam-se as maiores e tradicionais: Indústria de Material Bélico do Brasil, a IMBEL (produtora de armas leves e artigos de cutelaria vinculada ao Ministério da Defesa do Brasil), a Helibrás (fabricante de peças aeronáuticas), a multinacional de origem alemã MAHLE Metal Leve, responsável pela produção de peças de motores e transmissões e a General Electric (GE), multinacional americana de fabricação de dispositivos elétricos e eletrodomésticos.

Além dessas organizações, o município conta com importantes instituições de ensino e pesquisa, como a Faculdade de Medicina de Itajubá (FMIT), o Centro Universitário de Itajubá (FEPI), a Universidade Federal de

⁶ Disponível em: <https://suldemg.blogspot.com/2010/11/mapa-do-sul-de-minas.html>. Acesso em: 22 fev. 2025.

Itajubá (UNIFEI), a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas Gerais (FACESM) e a Escola de Enfermagem Wenceslau Braz (EEWB).

Como destaque na área científica, terras itajubenses abrigam o pólo administrativo do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), uma unidade de pesquisa do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Figura 4 - A cidade de Itajubá - Vista da Rua da Floresta, do bairro Cruzeiro



Fonte: Foto de Célia Rennó (2023).

Conforme o mapeamento da Prefeitura, atualmente, o município conta com 58 bairros, dentre os quais se destacam: o Morro Chic e Boa Vista, como os mais antigos; o Cruzeiro, a BPS, Pinheirinho e Nossa Senhora da Agonia, como os residenciais com metro quadrado mais caro; o IMBEL e o Varginha, que abrigam a fábrica de armas (IMBEL) e o 4º Batalhão de Engenharia de Combate (4º BE Cmb).

O Exército Brasileiro mantém, no município, o 4º BE Cmb, cujo lema é “Tudo que deve ser feito, merece ser bem-feito”. Considerada uma das instituições mais antigas e influentes na formação sociocultural.

O acervo histórico dos “Pontoneiros da Mantiqueira”, como são chamados os militares de Itajubá, mantém viva a memória a partir da preservação do patrimônio cultural, criado, em 25 de janeiro de 1982, pelo Coronel Cláudio Moreira Bento, historiador e ex-comandante do 4º BE Cmb.

Nesse local, entre as fontes do acervo, encontram-se registros de 1919 da 2ª Companhia do Batalhão e a transferência do 4º Batalhão de Engenharia em janeiro de 1921.

Figura 5 - O Batalhão 4º BE Cmb



Fonte: Site do Exército Brasileiro 4º Batalhão de Engenharia de Combate (2023)⁷.

Mesmo que os dados acima estejam registrados no acervo militar, a história do município demonstra que a ocupação e atividade das forças armadas data dos tempos das capitanias.

Seguindo a espiral histórica, os primeiros registros da necessidade de segurança foram feitos graças à cachoeira junto às Minas de Nossa Senhora da Soledade do Itagybá, do bandeirante Miguel Garcia Velho.

A região foi amplamente explorada, mesmo sendo de difícil acesso. Era necessária a presença da guarda, a fim de garantir a segurança para a extração e transporte do ouro e das pedras preciosas.

Segundo registros da Hemeroteca Digital Brasileira e do Acervo Histórico da Prefeitura de Itajubá, essas foram as primeiras “ocupações militares”.

⁷ Disponível em: <https://4becmb.eb.mil.br/index.php/historico-do-batalhao>. Acesso em: 21 mar. 2024.

4.3 A LOCOMOTIVA DA EDUCAÇÃO NA MANTIQUEIRA: A PÁTRIA AMADA NACIONAL E O SALVE DO SUL DE MINAS

A história militar do Brasil é intrinsecamente vinculada à formação e desenvolvimento do país, desde o período colonial. Ao longo do tempo, as forças armadas brasileiras infringiram sua marca, moldando a trajetória política e social da nação (Barroso, 2019).

O exército, enquanto instituição, teve como espiral histórica os seguintes marcos: Independência e Império, República Velha e as Revoltas, Era Vargas e Ditadura Militar.

No sul de Minas Gerais, região conhecida por sua rica história e belezas naturais, também desempenhou um papel significativo no contexto militar brasileiro. Ao longo dos anos, o exército contribuiu, na região sul mineira, para eventos históricos descritos no quadro a seguir.

Quadro 8 - Período histórico e influência militar no sul de Minas Gerais

Período	Características
Período Colonial	Durante o período colonial, a região sul de Minas Gerais era uma área estratégica devido à presença de importantes rotas de acesso, como o Caminho Novo, utilizado para o transporte de ouro entre as minas de Minas Gerais e o Rio de Janeiro. A defesa dessas rotas e a proteção das riquezas auríferas eram tarefas cruciais desempenhadas pelos militares na região.
Inconfidência Mineira	A Inconfidência Mineira, movimento precursor da independência do Brasil, teve reflexos na região sul de Minas Gerais. Cidades como Varginha e São João del Rei foram palcos de discussões e mobilizações relacionadas à busca por independência. Militares locais, muitas vezes liderados por figuras como Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, desempenharam papéis importantes nesse contexto.
Guerras e Conflitos Regionais	A região sul de Minas Gerais também foi cenário de conflitos durante o século XIX, como a Guerra dos Emboabas e a Revolução Liberal de 1842. Nessas ocasiões, as forças militares foram mobilizadas para lidarem com disputas territoriais e questões políticas, contribuindo para a definição das fronteiras e identidades locais.
Participação na Guerra do Paraguai	Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), muitos sul-mineiros integraram as fileiras das Forças Armadas brasileiras. A região contribuiu com contingentes militares que desempenharam um papel fundamental naquele conflito. A participação desses soldados sul-mineiros é parte integrante da história militar da região.

República Velha e Movimentos Locais	Na virada do século XIX para o XX, a região sul de Minas Gerais esteve envolvida em movimentos políticos, como a Revolução de 1930. Militares locais participaram de ações que influenciaram a transição de poder naquele momento crucial da história política brasileira.
Desenvolvimento e Preservação	Ao longo do século XX, a região sul de Minas Gerais experimentou um desenvolvimento significativo em diversos setores. As forças militares, por vezes, desempenharam papéis não apenas na segurança, mas também na preservação de patrimônios históricos e culturais, contribuindo para a manutenção da identidade local.

Fonte: autoria própria (2024).

Para compreender a relação histórica das forças armadas e Itajubá, voltamos ao período da República Velha, também conhecida como Primeira República, de 1889 a 1930.

Sabe-se que, nesse período da história brasileira, as oligarquias lideravam a política do Brasil por meio de esquemas de troca de favores e isso impactou sobremaneira o desenvolvimento das regiões mineiras.

Segundo Barroso (2019), nessa época, mais precisamente em 1919, pelo Decreto n. 3.916, as forças armadas tiveram reestruturação e expansão por todo território nacional, considerando regiões e atividades econômicas favoráveis à instalação de suas bases.

Dessa maneira, houve uma distribuição da tropa por atividades: os batalhões de caçadores passaram a ser de cavalaria, companhias de metralhadoras, artilharia, os ferroviários e os engenheiros militares. Sobre esses últimos, destacam-se, por ordem numérica, os seguintes batalhões de engenharia: São Paulo, Alegrete, Itajubá, União da Vitória e Aquidauana.

Itajubá tem uma história que se entrelaça com o papel militar ao longo do tempo. Essa relação estreita contribuiu para moldar não apenas o desenvolvimento da cidade, mas também para o cenário militar e tecnológico do país, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 9 - Destaque e características da influência militar em Itajubá

Destques	Características
Instituto Militar de Engenharia (IME)	O Instituto Militar de Engenharia, uma das instituições de ensino militar mais renomadas do Brasil, possui uma ligação especial com Itajubá. Em 1919, foi fundada na cidade a Escola de Aviação Militar que, mais tarde, deu origem ao IME. Desde então, Itajubá tornou-se um polo de excelência em formação militar, contribuindo para a educação de engenheiros militares que desempenham papéis cruciais em diversas áreas, incluindo pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
Desenvolvimento Tecnológico	A presença do IME em Itajubá consolidou a cidade como um centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O instituto desempenha um papel vital na formação de profissionais altamente qualificados, contribuindo para avanços significativos em áreas como engenharia, ciência da computação e telecomunicações.

Arsenal de Guerra

Itajubá é sede do Arsenal de Guerra de Itajubá (AGI), uma unidade militar responsável pela produção e manutenção de armamentos, munições e equipamentos bélicos (IMBEL). Desde a sua criação, em 1941, o AGI tem desempenhado um papel crucial no suporte logístico e na modernização das Forças Armadas brasileiras, contribuindo para a autonomia e segurança nacional.

Fonte: autoria própria (2024).

Segundo os arquivos do museu Theodomiro Santiago, do prédio central da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), com essas atividades militares, empresas e indústrias na região se beneficiaram da expertise técnica desses profissionais, impulsionando o empreendedorismo educacional.

Como campo de formação, Itajubá passou a ser polo político de onde emergiram muitas forças do sul de Minas. A estação de trem era o ponto de encontro de trabalhadores, militares e novos moradores, favorecendo o crescimento local.

A Figura 6 demonstra esse local como marco da cidade, no registro fotográfico de 1930, em região central da cidade, com sua fachada do período colonial mineiro, suas janelas e linhas retas, com a praça em formato circular em frente. Além do estilo arquitetônico, assim como em outros municípios da região, a estação é o cartão de visitas de Itajubá, apontando traços de civismo e higienismo.

Figura 6 - Estação de trem de Itajubá, 1930



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2023).

4.4 ITAJUBÁ: AS MONTANHAS A ENFEITAR E SUAS PERSONALIDADES

Como o hino da cidade, Itajubá é enfeitada pelas montanhas e as muitas personalidades que se destacaram no cenário regional e nacional, no início do século XX até a contemporaneidade.

Conforme acervo do Museu da UNIFEI, essas figuras representam uma amostra da riqueza histórica e cultural de Itajubá. Seja nas áreas da carreira militar, empreendedorismo e educação, deixaram uma marca significativa na cidade, contribuindo para sua construção.

Quadro 10 - Personalidades e contribuições

Personalidades	Contribuições
João Carneiro Santiago	Foi o primeiro agente executivo (prefeito), também chamado de Comendador.
João Carneiro Santiago Júnior	Carneiro Júnior foi o pai do eminente político e educador Dr. Theodomiro Santiago. Prefeito em 1891 e no triênio de 1901 a 1903. Abastado fazendeiro e um dos proprietários e fundadores da Cia. Industrial Sul-Mineira, proprietária da Fábrica de Tecidos Codorna e da empresa Força e Luz.
Irmã Maria Rafael	Em 1907, fixou residência no sul de Minas e, em 1912, em Itajubá, a fim de dirigir o colégio na cidade, o Colégio Sagrado Coração de Jesus.
Theodomiro Carneiro Santiago	Filho de Cel. João Carneiro Santiago Júnior e Lucinda Guimarães Pereira, Santiago, irmão de Bráulio, Thiago, Eustáquio, Maria, Ana, Amélia, Mariana e Isaura e cunhado de Wenceslau Braz. Advogado, político e educador.
Wenceslau Braz Pereira Gomes	Foi o 9º Presidente da República do Brasil, durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918). Nasceu em São Caetano da Vargem Grande (atual Brazópolis), filho do Coronel Francisco Pereira Gomes (deputado provincial de Minas Gerais). Wenceslau se formou em Direito e casou-se com Maria Carneiro Santiago (irmã de Theodomiro Santiago), com quem teve sete filhos. Faleceu em Itajubá/MG, no dia 15 de maio de 1966, aos 98 anos.

Fonte: autoria própria (2024).

Figura 7 - Composição - Pais de Theodomiro e Maria Carneiro Santiago, com o marido Wenceslau Braz



Fonte: Site Amorese modificada pela autora (2024)⁸.

⁸ Acima o Coronel da Guarda Nacional João Carneiro Santiago Júnior e sua esposa,

Do quadro 10, destacam-se as personalidades Wenceslau Braz, presidente do Brasil (1914-1918) e sua esposa, Maria Carneiro Santiago, a conhecida benemerita que se tornou primeira-dama nos tempos da Primeira Grande Guerra. Além desses notórios sujeitos, faz-se essencial evidenciar dois nomes da educação itajubense: Irmã Maria Rafael e Theodomiro Santiago (Figura 7).

Uma das contribuições mais marcantes das Irmãs da Providência de GAP é na área da educação. Elas, frequentemente, estiveram envolvidas na gestão e administração de escolas, imprimindo formação com valores morais, éticos e religiosos, além de oferecerem uma base acadêmica sólida.

Maria Rafael, além da fundação do Colégio Sagrado Coração de Jesus, se vincula aos primeiros movimentos da Educação Especial em Itajubá. Já Theodomiro Santiago, após se formar advogado em São Paulo, voltou a Minas, tornou-se industrial e exerceu o magistério e o direito, ingressando na carreira política como vereador e presidente da Câmara Municipal.

Entre 1909 e 1910, foi secretário particular de Wenceslau Braz na presidência de Minas. Em 1913, ajudou a fundar o ginásio, a escola normal e o Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (EEI), posteriormente, transformado na Escola de Engenharia Federal do município.

Foi secretário de Finanças no governo de Delfim Moreira em Minas (1914-1918) e, no pleito de 1921, elegeu-se deputado federal na legenda do Partido Republicano Mineiro (Dieguez, 2017).

Sucessivamente reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara de maio de 1921 a outubro de 1930, quando o movimento revolucionário vitorioso nesse mês fechou o Congresso Nacional.

Membro da Legião Liberal Mineira, por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932, viajou para São Paulo, levando a garantia de que 70% dos políticos mineiros eram favoráveis a esse movimento, inclusive, Artur Bernardes, presidente da República de 1922 a 1926.

Com a derrota da insurreição paulista, foi deportado para Lisboa pelo presidente Getúlio Vargas, em 1932, retornando ao Brasil em 1933.

Destacando os feitos na educação, com o apoio de Wenceslau Braz, Theodomiro se utilizou de recursos familiares para trazer professores estrangeiros para o início do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (depois, Escola de Engenharia de Itajubá - EEI), cujo foco principal era a formação de engenheiros para atender às demandas da indústria elétrica, especialmente, a Companhia Nacional de Força e Luz (Dieguez, 2017; Lima; Cavalari, 2018).

Abaixo, as figuras registram as fontes históricas da inauguração do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (IEMI), o início de suas atividades e suas primeiras turmas de professores.

Figura 8 - Hermes da Fonseca (Presidente da República) e Wenceslau Braz (então, vice-presidente) à porta do IEMI no dia da inauguração



Fonte: Dieguez (2017).

A figura 8 apresenta a imagem fotográfica composta de homens à porta de um prédio/casa, próximos ao portão e, do lado de fora, mulheres e crianças. O prédio/casa tem arquitetura rococó, também com influência barroca, inspirado nas linhas arquitetônicas europeias, principalmente, italianas e francesas. É a captação da inauguração do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (IEMI) e, como podemos observar, as pessoas estão em trajes de cerimônia, os homens usando chapéu coco (chapéu duro, de copa redonda e aba bem curvada dos lados, usado pela elite no fim do século XIX em ocasiões formais, substituindo a cartola); as mulheres e crianças também usando roupas festivas e chapéus, portando sombrinhas (Kossoy, 2001).

Além desses símbolos aristocráticos, impressos nas vestimentas e acessórios, notam-se os homens que estão separados das mulheres e crianças, dispostos em posição superior, demonstrando sua posição social mais elevada que os demais (Joly, 1996; Kossoy, 2001).

Figura 9 - Theodomiro Santiago (ao centro, com a mão esquerda no bolso) com as primeiras turmas do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (IEMI), em 1915



Fonte: Dieguez (2017).

Já as figuras 9 e 10 apresentam registros das primeiras turmas do IEMI e seus professores. As imagens são compostas por jovens rapazes e homens com ternos e gravatas, em disposição circular e semicircular, dando destaque para os professores e o idealizador do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (IEMI), Theodomiro Santiago, ao centro. Na figura 9, mesmo com trajes formais, o registro foi realizado numa praça da cidade de Itajubá, conferindo maior informalidade, sendo possível observar a postura dos estudantes (Kossoy, 2001).

No entanto, na figura 10, como o registro é realizado em frente ao IEMI, confere-se maior categoria aos trajes, os quais incluem chapéus e posturas corporais mais formais. Há que se destacar, em ambas as figuras, a presença das autoridades ao centro (professores e idealizador-fundador do IEMI), dando a conotação de reverência e respeito.

Além disso, os registros demonstram a classe social dos estudantes do IEMI e a importância do ensino superior e técnico para a formação de engenheiros, considerados doutores para as famílias aristocráticas. Nesses assentos, nota-se, portanto, que o ambiente e a oportunidade (ocasião) influenciam a captação e registro da fonte (Kossoy, 2001).

Figura 10 - Alunos do 1º e 2º anos em frente do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (IEMI), em 1915.



Nota: Acima da turma, Theodomiro ao centro e os primeiros professores.
Fonte: Dieguez (2017).

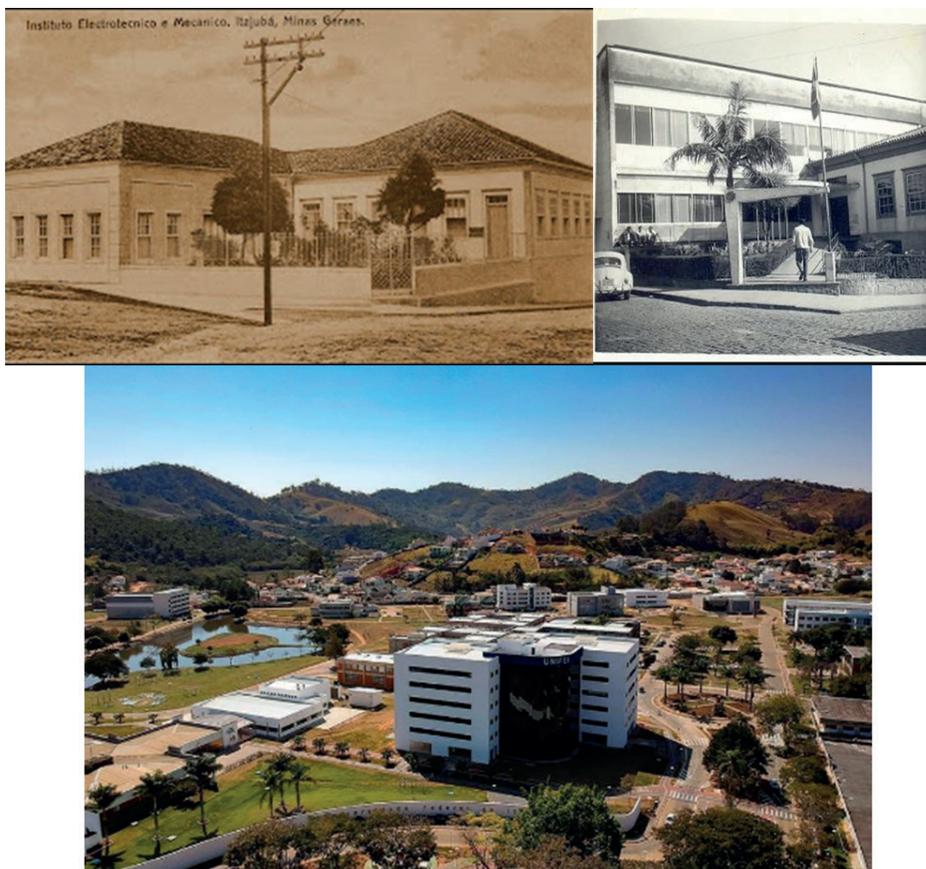
Segundo Dieguez (2017), em sua obra sobre os cem anos da UNIFEI, ao longo das décadas, a instituição expandiu seu escopo, incorporando novos cursos e áreas de pesquisa. Em 2002, a Escola de Engenharia de Itajubá foi transformada em Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), reconhecendo a diversidade de cursos oferecidos e consolidando seu status como uma instituição de ensino superior abrangente.

Perceba a mudança dos tempos, por meio dos registros da figura 11. Em sua composição, a primeira foto é a antiga casa de João Carneiro Santiago

Júnior, pai de Theodomiro, que doou a propriedade para a primeira sede do IEMI. O imóvel fica localizado no bairro Varginha, ao lado do ponto inicial da cidade: a catedral de Nossa Senhora da Soledade. Os registros das figuras 8 e 10 foram feitos em frente ao imóvel, na década de 30.

A segunda foto apresenta a reforma realizada na casa, retirando a entrada de estilo arquitetônico de rococó, para dar linhas mais retas e ares de modernidade, nos anos 80. Mesmo com a reforma, o imóvel continua até os dias de hoje, com a parte interna e as laterais preservadas, com as janelas e muros com metade de pedras, abrigando um dos museus da Universidade. E a terceira foto é a construção do campus Itajubá da UNIFEI (antiga IEMI), construída no bairro Pinheirinho, região nobre da cidade.

Figura 11 - Do início aos dias de hoje - Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá (IEMI), 1914; Escola Federal de Engenharia (EFEI), em 1968 e atual, UNIFEI, 2020.



Fonte: Montagem da autora a partir de fotos do acervo da UNIFEI (2024).

Tais registros demonstram que há, na formação da cidade e em seu desenvolvimento, uma base positivista que atua até a história do tempo presente, demonstrando intrínseca relação entre as instituições: forças armadas, a escola de engenharia e a igreja católica.

Conforme os arquivos da Universidade, o elo presente no brasão da cidade e na carreira docente de professores como irmã Emiliana.

Seu nome de registro, Maria Aparecida Sanches Coelho, filha de José Ernesto Coelho, também professor da EEI, aprofundou seus estudos em vários países (Bélgica, Espanha, França, Itália e Suíça).

Mesmo residindo no Convento das Irmãs da Providência de GAP, foi professora do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Faculdade Católica de Pouso Alegre e Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI, antiga EEI), sendo nesta última Coordenadora do curso de Engenharia Mecânica. Aposentou-se, em 2012, aos 89 anos, quando se recolheu no convento.

Figura 12 - Brasão Heráldico do município de Itajubá, por meio da Lei Municipal nº 778 de 1968



Nota: Em destaque, a frase que norteou as ações de seu idealizador, Theodomiro Carneiro Santiago.
Fonte: Prefeitura Municipal de Itajubá (2023).

4.5 A EDUCAÇÃO ESPECIAL AOS PÉS DA MANTIQUEIRA

Os passos iniciais da Educação Especial em Itajubá refletem a formação social, cultural e política do município. No tempo em que as mulheres e filhas de militares tinham dificuldades de aprendizagem ou deficiência (surdez, por exemplo), precisavam ser bem formadas e escolarizadas. Foi um movimento social de “visibilização conveniente” em todo o país e, no sul de Minas, não foi diferente.

Em 1912, o trabalho realizado pelas irmãs da Providência de GAP na esfera da Educação Especial passou a ser divulgado no estado de Minas Gerais, registrando que uma aluna surda-muda pronunciou palavras e realizava operações matemáticas. Tratava-se de Albertina Luz, filha do Juiz de Direito de Lavras.

Com esse feito, a partir de 1913, a Irmã Rafael passou a divulgar aula especial para alunas surdas-mudas com material especial. Tal atividade de educação especial ocupava lugar de destaque nas atenções das religiosas da Providência, nas primeiras décadas de atividades no Sul de Minas (Azzi, 1983, p. 37).

De acordo com o acervo do Colégio Sagrado Coração de Jesus de Itajubá, em dezembro de 1909, surgiu o projeto de transformação do colégio em Escola Normal.

Em 1912, foram feitas reuniões com autoridades locais, na presença do vice-presidente, Wenceslau Braz, para nomeação de comissão para a compra do terreno e construção do prédio onde funcionariam a Escola Normal e o Instituto de Surdas-Mudas.

Em 24 de fevereiro de 1912, efetuou-se a compra do terreno junto à capela Nossa Senhora dos Remédios. Nesse mesmo ano, Irmã Maria Raphael assumiu a direção em substituição à Irmã Maria Ferdinand Benquet, primeira diretora.

Em 15 de março de 1912, fundou-se o Instituto de Surdas-Mudas, que funcionava em Carmo do Rio Claro, sendo transferido para Itajubá. Este teve pouca duração devido à falta de apoio das autoridades e de professores especializados. Irmã Raphael usava o método oral, aprovado pelo Congresso de Milão.

Percebe-se que o período histórico de 1910-1930 foi de grande desenvolvimento para o município, uma vez que várias personalidades se levantavam em prol da educação de Itajubá.

Ao passo que as irmãs da providência de GAP se organizavam no Colégio Sagrado Coração de Jesus, Theodomiro Santiago era diretor do grupo escolar e entusiasta da fundação do Instituto Eletrotécnico e, juntamente com o cunhado, estabelecia as bases da escola profissionalizante Wenceslau Braz.

O período histórico de 1909 a 1930 foi marcado, no campo da educação e trabalho, pela expansão das escolas profissionais. Além dos colégios que ofereciam o curso Normal para a formação de professores, a escola profissionalizante Wenceslau Braz tinha como objetivo formar os mestres e professores para as Escolas de Aprendizes Artífices e recebia alunos do gênero masculino e feminino (Cardoso, 2006; Lucas; Medeiros Neta, 2020).

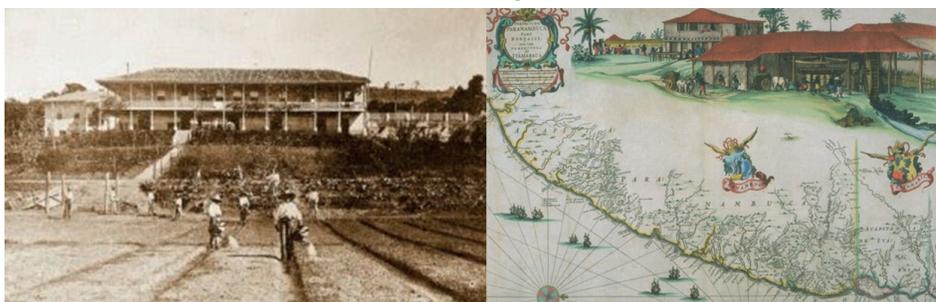
Fundamenta-se aqui a justificativa da escolha da epígrafe: “Forma-se o caráter no trabalho, na iniciativa, na perseverança contra as dificuldades,

dando-se-lhe independência e personalidade”. A frase de Wenceslau Braz Pereira Gomes, proferida em seus discursos como presidente da república, reforçou a ideia de que a educação tinha seu objetivo maior: o trabalho.

Na prática, em 1910, quando o governador mineiro Wenceslau Braz fundou o educandário Instituto Dom Bosco para jovens carentes em Itajubá e região, dando-lhes instrução e formação profissional, sendo ministrados os seguintes cursos: alfaiataria, sapataria, carpintaria, marcenaria, ferraria, serralheria, selaria.

Além das oficinas, eram oferecidos o curso primário, aulas de agricultura, instrução militar, desenho, pintura e música.

Figura 13 - Primeiro registro do Instituto Dom Bosco e exemplo de estrutura de uma fazenda de engenho



Fonte: Acervo EE Wenceslau Braz (2023).

Tais instalações do educandário tratavam-se das terras da fazenda do Cel. João José Rennó (atual Parque Florestal Anhumas), tomando o espaço da então “colônia de imigrantes”, uma instituição para crianças pobres (filhos de imigrantes) e que estendeu seus serviços às crianças pobres e abandonadas de toda a região, como mostra a primeira foto da Figura 13.

As fotos da composição da figura 13 apresentam a estrutura inicial do Instituto Dom Bosco, como fazenda. Desse modo, a imagem demonstra uma sede extensa, escassa em requinte arquitetônico, disposta aos fundos na propriedade. Em frente a essa construção, um campo para plantação e colheita, no qual eram realizadas as atividades. Os moldes evocam as fazendas de engenho, social, histórica e culturalmente marcados pelo perfil aristocrático e escravocrata (Joly, 1996; Kossoy, 2001).

O Instituto Dom Bosco, no governo de Wenceslau Braz, recebeu como novo gestor Theodomiro Santiago, que viu, nesse cenário educacional, a possibilidade de experienciar a formação de jovens para o trabalho.

Além das intenções caritativas e os motivos eleitoreiros, os aristocratas do sul de Minas tinham como molde as Escolas de Aprendizes Artífices como método de coerção e contenção da criminalidade.

[...] Créa nas capitaes dos Estados da Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissionnal primario e gratuito

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, em execução da lei n. 1.606, de 29 de dezembro de 1906:

Considerando:

que o augmento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletarias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da lueta pela existencia:

que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intelectual, como fazê-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que os afastara da ociosidade ignorante, escola do vicio e do crime;

que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos uteis à Nação:

Decreta:

Art. 1º. Em cada uma das capitaes dos Estados da República o Governo Federal manterá, por intermedio do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, uma Escola de Aprendizizes Artífices, destinada ao ensino profissionnal primario gratuito [...] (Brasil, 1909).

No trecho do decreto acima, demonstra-se as intenções na criação das Escolas de Aprendizizes Artífices: educação, trabalho e redução da criminalidade. Tal associação reforçou, social, política e economicamente, o estigma da classe trabalhadora que emergia dali os proletários imigrantes, desafortunados e sem família.

Para a formação da mão de obra que formaria esses cidadãos para o trabalho, fundou-se a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, que foi uma instituição de ensino com objetivo de formar professores e mestres para as escolas de artífices (Brasil, 1909; Colombo, 2020).

A Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz teve um papel importante no debate sobre a educação profissional, a educação feminina e a valorização da profissão docente na década de 1920.

A escola estava alinhada com as ideias da Escola Nova, que apostava na indústria como geradora de progresso (Cardoso, 2006; Lucas; Medeiros Neta, 2020).

Somada à experiência de grupo escolar, o educandário e a influência da Escola Normal, Theodomiro Santiago reúne bagagens para o empreendimento que, em 1913, seria o IEMI (atualmente, UNIFEI), já descrito em seções anteriores.

Voltados ao interesse de acolher para formar mão de obra local, com a gestão de Santiago, os objetivos do Instituto vão se aprimorando e o governo do estado de Minas Gerais investe numa reforma estrutural e educacional.

Dessa maneira, em 1929, era lançada a pedra fundamental para a construção do novo prédio do Instituto, que foi inaugurado em 1931.

Figura 14 - Registro da Escola Agrotécnica



Fonte: Acervo EE Wenceslau Braz (2023).

O novo prédio, nas figuras 14 e 15, alterou a disposição da sede da antiga fazenda com uma construção imponente, com influência da arquitetura portuguesa. O prédio possuía dois andares, janelas em linhas retas, denotando civismo e higienismo, características que coadunam com os objetivos formativos do Instituto (Joly, 1996; Kossoy, 2001).

Internamente, a Escola possui inúmeras e extensas arcadas em seu exterior e, em seu interior, o chão é de tábuas corridas, janelas altas com formato arredondado e escadaria em madeira. Seu acesso é feito, também, por uma alameda central, ladeada de árvores e palmeiras-imperiais.

Em termos de cores, o estilo arquitetônico permitiu o uso de tons suaves de azul (para as janelas), creme e amarelo (para a fachada), as quais contribuem para a atmosfera leve, complementando sua ornamentação exuberante das palmeiras e o verde da reserva ambiental que a envolve, até os dias atuais. Com isso, nota-se a presença da corrente positivista que se estendeu pelo sul de Minas, sobretudo, em Itajubá (Joly, 1996; Kossoy, 2001).

Figura 15 - Registro da Escola Estadual Wenceslau Braz



Fonte: Acervo EE Wenceslau Braz (2023).

Em 1933, o Instituto, por decreto, passou a ser uma escola profissional e, em 1934, passou a ser conhecido como Escola de Horticultura; em 1965, o governo estadual transformou a Escola de Horticultura em Colégio Agrícola de Wenceslau Braz.

Do Instituto Dom Bosco até o Colégio Agrícola, podemos alinhar com os interesses burgueses para a formação de seu contingente proletariado, inseridos no domínio da História da Educação Profissional, o que comporta a relação entre o trabalho e a educação, estudada por Ciavatta (2019).

Para a autora, nessa concepção, pode-se analisar a história da educação profissional, refletindo acerca das relações de produção, as transformações do mundo do trabalho, as políticas educacionais e a formação dos trabalhadores (Ciavatta, 2019). Desse modo, destaca-se a percepção de “o trabalho como princípio educativo e o princípio educativo do trabalho”. Além disso, aprofundando na corrente marxista, tendo na formação para o trabalho o meio de alienação e sujeição dos trabalhadores (Ciavatta, 2019; Marx, 2013, 2017).

De 1965 até a década de oitenta, a Escola ofertou os cursos de horticultura, passando a ser uma Escola Estadual, como nos dias de hoje. Associando ao objeto de pesquisa em História da Educação Especial, a partir da História das Instituições, em 1989, a EE Wenceslau Braz cedeu salas para que o projeto da E.E.E.E Novo Tempo iniciasse suas atividades.

Figura 16 - Registro de obra na EE Wenceslau Braz



Fonte: Foto da autora (2023).

Até aqui, trouxemos as linhas para a compreensão do início da Educação especial em Itajubá para, como as locomotivas sul mineiras, seguir as novas linhas que apresentem as questões socioambientais e as interseccionalidades que atravessam a história da instituição, objeto de estudo desta tese.

O CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL PARA “NOVO TEMPO”

*“[...] Eu venho lá, onde o vento faz a curva, de onde a névoa da manhã
esconde o Pico dos Marins. Eu venho lá, da terra das cachoeiras, da Serra
da Mantiqueira, onde a vista não tem fim [...]”.*
(Música de Edu Santa Fé)

A região do sul de Minas é um quadro de aquarela da natureza que inspira a todos.

Nas artes, uma das homenagens é a música “Serra da Mantiqueira”, de Edu Santa Fé. O artista, que nasceu em solo goiano e se mudou com a família para “as Minas do sul” aos dez anos, compôs a ode ao cotidiano de quem abre as janelas, avistando a serra.

Extensa cadeia de montanhas que se estende por aproximadamente 500 Km na divisa entre os estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, a região possui clima tropical temperado, que se caracteriza por oscilações bruscas de temperatura. Por isso, o sul mineiro diz que “é aqui onde o vento faz a curva”.

Mesmo que a música de Edu verse sobre o Pico dos Marins, uma das montanhas de rocha maciça que compõem a Mantiqueira em solo paulista, é em chão mineiro que se concentram 60% das belezas, perpassando por toda cidade de Itajubá.

Os poetas e apaixonados da região dizem, popularmente, que a terra itajubense é rica em amor, pois é nutrida pelo Rio Sapucaí e descansa aos pés e às sombras da Mantiqueira.

É nesse sentido, grata por abrir minha janela e apreciar a serra cotidianamente, que compreendo a poesia e traço uma perspectiva geográfica e histórica apresentada na próxima seção: “O contexto socioambiental para ‘Novo Tempo’”.

Nesta quinta seção, trataremos das questões socioambientais que incidem sobre o processo de inclusão/exclusão das pessoas com deficiência na Escola Estadual pesquisada.

5.1 O CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL PARA “NOVO TEMPO”

Figura 17 - Localização da EEEE Novo Tempo



Fonte: Google Earth (2024).

5.2 DOS FUNDAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS

“Mantiqueira” é um termo de origem tupi, que significa “gota de chuva”, por meio da junção dos termos amana (chuva) e tykyra (gota) e, em função das inúmeras cachoeiras, recebeu esse nome que significa “Montanha que chora”, destacando, em Itajubá, a Serra dos Toledos e a Estância.

Com picos que ultrapassam os 2.000 metros de altitude, a Mantiqueira apresenta uma topografia marcada por montanhas, vales profundos, relevos íngremes e extensas áreas cobertas por mata atlântica, campos de altitude e rios cristalinos.

Conhecida pelo turismo rural e ecológico, a Mantiqueira é famosa pelas trilhas e prática de alpinismo. Dentre as regiões mais altas, destaca-se a Pedra da Mina e um dos mais conhecidos, o Pico dos Marins.

Além da imponência de sua paisagem, esse complexo montanhoso desempenha um papel crucial na regulação hídrica de grande parte do sudeste brasileiro.

De um lado, nessa região, há nascentes importantes dos rios Paraíba do Sul, Grande e Sapucaí, abastecendo comunidades locais e contribuindo para a formação de bacias hidrográficas e circuito das águas, como Caxambu, São Lourenço e Poços de Caldas.

Essa proximidade da Mantiqueira e do Rio Sapucaí confere ao entorno da Escola Novo Tempo uma biodiversidade importante.

A Figura 18, retratada por imagem do *Google Earth*, demonstra a localização da E.E.E.E. Novo Tempo no bairro Avenida e que a instituição escolar possui divisa com parte preservada da reserva de Anhumas, área que possui vestígios de mata atlântica e rio Sapucaí, no município de Itajubá.

Ademais, a Figura 18 ilustra a situação socioambiental de Itajubá, com geografia singular, integrando elementos marcantes em sua paisagem e estrutura urbana.

A formação política, cultural e social da cidade está intimamente ligada às questões socioambientais, tanto nas áreas ocupadas das encostas da Mantiqueira, as antigas minas de ouro e as propriedades cedidas para ampliação da estrutura urbana da cidade (por exemplo, os empreendimentos sociais e o planejamento urbano realizado pelo prefeito Benedito Pereira dos Santos, o BPS).

Não há como falar de Itajubá ou de uma instituição de Educação Especial localizada em seu perímetro, sem destacar a relação socioambiental que a cidade possui, tanto em sua origem quanto em sua formação social.

Isso porque a história de Itajubá começa nas águas do Rio Sapucaí.

5.2.1 As linhas do Rio Sapucaí

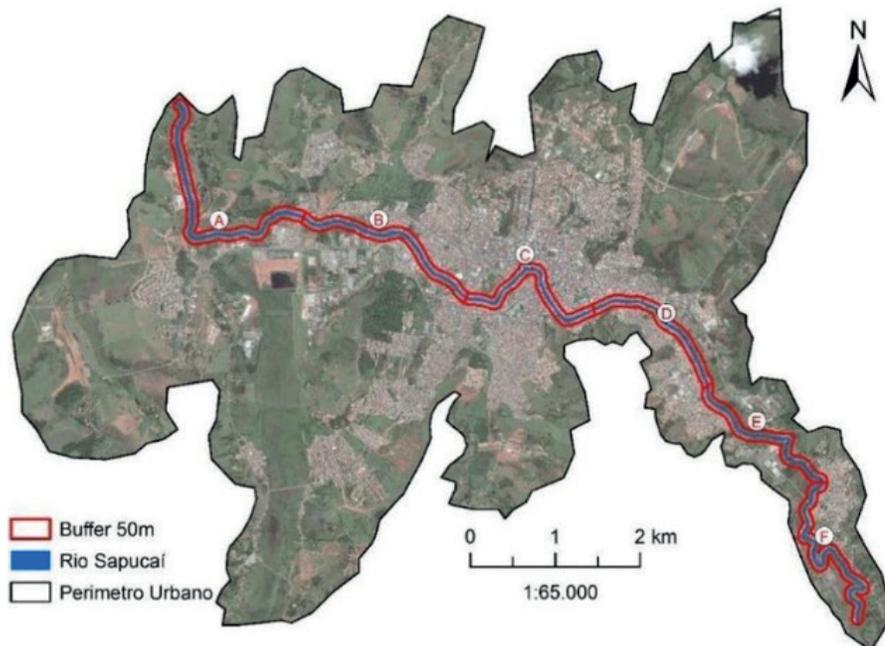
O Rio Sapucaí é um curso d'água emblemático que atravessa a cidade de Itajubá, no sul de Minas Gerais, desempenhando um papel fundamental na geografia, na história e no cotidiano da região.

Nascendo na Serra da Mantiqueira, o Sapucaí percorre uma extensão significativa até alcançar as terras itajubenses. Sua presença é marcante, dividindo áreas urbanas, margeando estradas e proporcionando uma paisagem natural exuberante ao longo de seu curso.

As fontes da Academia Itajubense de História contam os detalhes da cidade que nasceu:

Na corrida à exploração de pedras preciosas em Minas Gerais, foram descobertas as minas de Nossa Senhora da Soledade do Itagybá, local onde se construiu a cidade de Delfim Moreira.

Figura 18 - Imagem fotográfica da cidade



Nota: Em destaque, o trajeto do Rio Sapucaí.

Fonte: *Google Earth* (2023).

Foi o anseio pela mineração de ouro e pedrarias que levou à formação de povoados na região sul mineira.

Ainda que o garimpo tenha sido efêmero, nas minas do bandeirante Miguel Garcia Velho, o povoado de Soledade de Itajubá precisou se manter com os poucos recursos da agricultura e pecuária.

Com a morte do pároco, Padre Joaquim José Ferreira, em 1817, a comunidade recebeu como novo vigário o Padre Lourenço da Costa Moreira, por meio da nomeação real de D. João VI.

O vigário vinha acompanhado de seus escravos, da senhora D. Inês de Castro Silva e suas duas crianças (Dominicano e Delminda), os quais estavam sob os cuidados de mucamas de sua comitiva.

Dois meses após sua chegada à Soledade de Itajubá, o Padre Lourenço usou a tribuna sagrada, durante uma missa, para expor aos paroquianos que um dos fatores de estagnação da aldeia era a má localização.

Com isso, convidou o povo a descer a serra, rumo ao Sapucaí, à procura de um lugar aprazível e bom, no qual se pudesse construir a nova sede da freguesia.

Dessa maneira, na noite de 17 de março de 1819, reuniu o vigário, na Matriz, as oitenta famílias que o seguiram. Na manhã do dia seguinte, após a missa, a caravana rumou para as bandas do Sapucaí.

Eram os pioneiros da nova Matriz, que marchavam com a missão de fundar a nova Itajubá.

Figura 19 - Composição - O Retrato do Padre Lourenço da Costa Moreira foi pintado pelo Dr. José Ernesto Coelho, em 1968, em óleo sobre tela. E Imagem fotográfica da Matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade - 1930.



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (2023).

No dia seguinte, rumando todos para o alto de um monte, o vigário vislumbrou o local em que estavam, lhe parecera excelente para a fundação do novo povoado e a sede da Freguesia.

Ali, em meio à clareira aberta pelos desbravadores, foi construído um altar e o Cruzeiro onde Padre Lourenço celebrou a primeira missa. Foi nesse altar, erguido exatamente onde hoje se encontra a Matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, que nasceu, em 19 de março de 1819, a atual Cidade de Itajubá.

Figura 20 - A cidade de Itajubá, iniciada no alto do morro Ibitira, ladeando as margens do Rio Sapucaí, 1930.



Fonte: Grupo Cultural Montanha que Chora (2022)⁹.

Nos anos 30, o Rio Sapucaí possuía leito de águas potáveis, próprias para a pesca e o banho. A figura 20 apresenta o Rio Sapucaí, atravessando a cidade de Itajubá, em 1930. Nota-se que eram poucas as intervenções humanas em suas margens e leito. Na figura 21, um registro dos alunos do IEMI, em trajes de banho, que aproveitavam seu tempo livre se divertindo nas águas do Sapucaí. A análise da fonte demonstra que a postura dos alunos possuía boa saúde e virilidade.

Figura 21 - Alunos do IEM (Instituto Eletrotécnico de Itajubá, atual UNIFEI) após banho no Rio Sapucaí, 1930.



Fonte: Dieguez (2017).

⁹ Disponível em: <https://youtu.be/QTiC01IK2FY?si=-g6FMMBdbXXqEa-A>. Acesso em: 27 mar. 2025.

Dos tempos da fundação, banho e pesca, o Rio Sapucaí muito se transformou.

Itajubá se separou dos distritos de Bicas do Meio e Piranguçu (que se tornaram municípios com a Lei Estadual n.º 2.764, de 30-12-1962) e, em 1963, Itajubá e Lourenço Velho. Assim, permanecendo em divisão territorial datada de 2014.

Além da importante biodiversidade que caracterizava as linhas do Rio Sapucaí e suas margens, a localização e curso também permitiram seu uso para o treinamento militar.

Figura 22 - Vista aérea do 4º BE Cmb, em 1992, destacando o leito do Rio Sapucaí



Fonte: Acervo do 4º BE Cmb de Itajubá (1992).

A Figura 22 apresenta a vista aérea das instalações do 4º BE Cmb, em 1992, com aspecto da barragem de nível do Batalhão construída em 1981/82.

Como o Batalhão tinha/tem função de formação de Engenheiros Pontoneiros (construção de pontes), o Rio Sapucaí era utilizado para instrução de navegação com mínimo dispêndio de combustível e, no período de estiagem, condições para o melhor e mais econômico treinamento da Unidade, no fundo de seu Quartel.

Com o desenvolvimento da cidade e a instalação de novas empresas/indústrias, a barragem foi destruída, por vazamento e poluição de dejetos municipais no Rio Sapucaí, este ficou impróprio para a pesca, recreação e treinamento militar.

5.2.2 O lugar além das margens

Desde a fundação de Itajubá, sua ascensão como município e seu desenvolvimento urbano, o mapa da cidade se transformou. O entorno e as margens do Rio Sapucaí também sofreram alterações em suas paisagens.

Se a natureza é o recurso natural e o meio ambiente fruto da interação do ser humano para a conformação das cidades, espaços, lugares e territórios, pode-se dizer que Itajubá teve mudanças significativas em ambos.

Essas questões ambientais se inter cruzam com as de ordem cultural, política, econômica e social das cidades, incluindo Itajubá e seu entorno, o Rio Sapucaí e a Serra da Mantiqueira.

Os registros comparados das figuras 20, 22 e 23 permitem demonstrar não apenas as transformações do Rio Sapucaí, por conta da intervenção humana para o crescimento urbano da cidade, ao longo dos tempos, mas se configuram como uma demonstração sobre a quem o território pertence: a elite itajubense.

Outra questão a ser levantada em relação à conservação *versus* preservação do meio ambiente é que não há como falar de desenvolvimento sem discutir inclusão e justiça social. Dessa forma, diz-se que o município de Itajubá cresceu em extensão e população, porém, não se desenvolveu, pois continua em localidades como nas proximidades do bairro Anhumas (Figura 23), região da E. E. Novo Tempo, a permitir a injustiça, a discriminação e a exclusão social (Fairclough, 2008; Foracchi, 1982; Engels; Marx, 1999).

Figura 23 - A cidade de Itajubá, próximo ao bairro Anhumas, margem do Sapucaí, no horizonte, a vista da Mantiqueira



Fonte: Foto de Célia Rennó (2023).

O universo social onde pessoas, grupos e instituições que dele participam se definem pelas relações de concorrência e poder que estabelecem entre si, visando à hegemonia simbólica e material sobre esse universo de atividade e de saber. Compreende um conjunto de relações de força, de interesse, de conflito onde se estabelecem alianças, estratégias e investimentos que visam à conquista do objeto em disputa no campo, no caso, o capital simbólico legitimado, fundado sobre atos de conhecimento e de reconhecimento pelo conjunto dos pares concorrentes no interior do campo social. Como qualquer jogo, o campo social possui estrutura própria, dotada de posições determinadas pela distribuição de capital ou de poder específico do campo, objetivos, normas e valores particulares que o orientam. Por ser um espaço concorrencial, o campo pressupõe relações internas assimétricas derivadas da desigual distribuição de poder entre grupos dominantes e dominados. Os dominantes são os que definem o capital social legítimo do campo – objeto de disputa entre seus participantes – e, portanto, as regras do jogo, tendem à ortodoxia e desenvolvem estratégias de conservação; enquanto os dominados tendem à heterodoxia e ao uso de estratégias de subversão da ordem (Lima, 2005, p. 16).

Lima (2005) discorre sobre a influência social e do sistema capital na formação e transformações ambientais das cidades. No perímetro rural e urbano itajubense, assim como em muitos locais da região, o leito dos rios foi alterado para diques e canais, parte da mata atlântica regional cortada para abertura de espaços de plantio das monoculturas (café, batata, por exemplo) e as antigas fazendas foram loteadas e vendidas para a construção civil ou instalação de empresas/indústrias.

Isso demonstra que a Figura 23 ilustra grande parte do cenário da história do tempo presente da cidade, corroborando com Lima (2005), que destaca que a égide da dominação e exploração dos espaços para construção das cidades e fomento de consumo reflete a relação de dominador (explorador) *versus* explorado (trabalhador).

Nesse sentido, a raiz colonial se estende sobre o capitalismo, mantendo as condições de subalternidade entre o que é periférico e dependente, e o outro, central e civilizado. Terra e trabalho são expropriados por uma noção ilusória de prosperidade e poder, privilegiando as grandes corporações e empresas multinacionais a um viés de expansão do sistema financeiro global, e como essência, a permanência do extrativismo de minérios. São minérios, água e energia dissipados de suas formas vitais e da relação com o ser humano perpetuando a lógica da natureza e da vida com ela identificada, como recursos a serem apropriados (Cardoso; Cosenza, 2022, p. 1).

O contexto itajubense, com seu passado cravado nas minas de ouro e pedras preciosas, reflete o excerto supracitado. Nesse sentido, verifica-se que as questões ambientais e a transformação dos recursos naturais se entrecruzam com o âmbito político e econômico com a fabricação ideológica de consensos

e discursos, que perpassam o poder e as subjetividades em forma de dominação social.

Cardoso e Cosenza (2022), em seus estudos sobre a ecologia política e a educação ambiental frente à matriz colonial da mineração, explicam que existe uma modalidade de dominação baseada no controle integral das dimensões fundamentais constitutivas da vida humana.

Ainda nessa perspectiva, o passado local de mineração se impregna no histórico e na construção social que se manifesta como uma pedagogia do terror e da crueldade. Dessa maneira, pelo entrelaçamento dos campos, são denunciadas as opressões e violações de direitos que envolvem os conflitos socioambientais sistêmicos oriundos da expropriação de territórios, trazendo à tona conexões críticas para construções sociais, ontológicas, políticas e pedagógicas no enfrentamento das injustiças ambientais, segundo Cardoso e Cosenza (2022).

Além das questões ambientais mencionadas, percebe-se, na formação da cidade, uma limpeza social baseada na eugenia, no racismo e discriminação. Do centro de Itajubá para os entornos dos morros e da periferia da cidade.

Em outras palavras, quanto menos povos originários ocupavam os espaços urbanos da cidade, mais desigualdade social se gerava.

Os espaços centrais eram desapropriados ou vendidos para os fazendeiros que se tornaram residentes, para os especuladores imobiliários, militares, servidores públicos e funcionários das empresas que se instalam na cidade.

Assim, as áreas nobres, mais altas e preservadas, estavam a salvo das enchentes do canal do Rio Sapucaí ou das mudanças climáticas abruptas causadas pelas massas de ar que se movimentam na Serra da Mantiqueira.

Eis o contexto de injustiça social gerando, também, injustiça ambiental, como apontam os estudos de Loureiro e Pomier Layrargues (2013), e Pomier Layrargues (2022) em seus artigos sobre ecologia política e justiça ambiental.

Além desses estudiosos, cujas bases socioambientais se fundamentam nesta seção, faz-se essencial citar estudos como o de Santos (2009) e Barone e Rios (2018), os quais explicam a conformação das cidades e seus espaços por meio das questões raciais e de gênero.

Está narrado o cenário itajubense: ao centro e áreas urbanas privilegiadas, a população formada pela classe emergente, militares, estudantes, servidores públicos e funcionários de empresas; na periferia, a massa trabalhadora, em sua grande parte, mulheres, crianças em suas famílias monoparentais, pretas e pardas.

Desde a fundação, o Instituto Dom Bosco (atual Escola Estadual Wenceslau Braz) esteve à margem do Rio Sapucaí e da sociedade de Itajubá. E foi essa instituição que cedeu algumas salas para o início das atividades da Escola Especial oriunda da APAE.

Diante do exposto, acompanhe o trajeto realizado por meio das fotos na seção seguinte e compreenda o entrelaçamento das questões socioambientais com o processo de discriminação e exclusão das pessoas com deficiência estudantes da EEE Novo Tempo.

5.3. DOS FUNDAMENTOS ESTRUTURAIS

Aqui, destaca-se a intencionalidade do uso da epígrafe utilizada da seção três: “A história não quer se repetir – o amanhã não quer ser outro nome do hoje – mas a obrigamos a se converter em destino fatal quando nos negamos a aprender as lições que ela, senhora de muita paciência, nos ensina dia após dia” (Galeano, 2015, p. 5).

A história da EEE Novo Tempo se entrecruza com a história institucional da APAE e da Escola Estadual Wenceslau Braz (antigo Instituto Dom Bosco), numa espiral explicada nas seções anteriores, ganhando conformação do documental para o físico, isto é, das fontes históricas para o fundamento físico e geográfico.

Explicando melhor, utiliza-se da ideia de Michel de Certeau (1988) acerca da história, historiografia e operação historiográfica. Esse autor refere-se à história como uma prática bem delimitada que transforma objetos em documentos, modifica seu estatuto, desenvolvendo-se em lugares de pesquisa.

Tomando essa base, as imagens fotográficas podem ser utilizadas como fontes históricas e, a partir delas, construir narrativas. Em situações em que elas são registros antigos, como monumentos, tem-se a representação de uma foto/acontecimento/lugar da construção sociocultural (Le Goff, 2003).

Faremos um convite para o trajeto de chegada à E.E.E.E. Novo Tempo, a partir das imagens a seguir.

A Figura 24 mostra o portão de entrada, que dá acesso à antiga reserva de Anhumas. Com sinalização precária, a luminosidade é natural. O portão marca o início da Travessa Olegário Maciel.

Figura 24 - Travessa Olegário Maciel - Portão de acesso às Escolas Estaduais Novo Tempo e Agrotécnica (Estadual Wenceslau Braz)



Fonte: Acervo da escola, agosto de 2023.

Para o acesso às Escolas Estaduais, os visitantes (professor, familiar, aluno ou comunidade externa) devem atravessar uma pequena ponte (canal do Rio Sapucaí), caminhar ou dirigir mais, aproximadamente, cem metros para se deparar com um caminho bifurcado.

Após esse cruzamento, é possível avistar, entre as várias árvores, a fachada das instalações da Escola Estadual Wenceslau Braz e, ao percorrer mais o caminho, nota-se um portão de acesso à esquerda, em pintura azul.

Figura 25 - Travessa Olegário Maciel, após atravessar o canal do Rio Sapucaí. A vista da fachada das instalações da Escola Estadual Wenceslau Braz



Fonte: Acervo da escola, agosto de 2023.

Um portão simples, fechado com um cadeado e com porteiro, separa as instalações da E.E.E.E. Novo Tempo da rua da Travessa Olegário Maciel. Aberta com tela de alambrado, como a Escola vizinha, não há placa de identificação à vista.

Figura 26 - Portão de acesso às instalações da E.E.E.E. Novo Tempo



Fonte: Acervo da escola, agosto de 2023.

Figura 27 - Travessa Olegário Maciel - Foto do Portão de acesso às Escolas Estaduais Novo Tempo e Agrotécnica (Estadual Wenceslau Braz)



Fonte: Acervo da escola, agosto de 2023.

A Figura 27 demonstra a vista lateral da EEEE Novo Tempo, com registro realizado do estacionamento da EE Wenceslau Braz. Já a Figura 28 mostra a vista superior das Escolas, com a reserva de Anhumas ao fundo dos pavilhões da EEEE Novo Tempo.

Figura 28 - Travessa Olegário Maciel - Foto do Portão de acesso às Escolas Estaduais Novo Tempo e Agrotécnica (Estadual Wenceslau Braz)



Fonte: Acervo da escola, agosto de 2023.

Na história do tempo presente, em função de nova reforma com objetivo de construção de quadra e duas salas de aula, foram cortadas algumas árvores do entorno da Novo Tempo.

A partir desse trajeto, podemos inter-relacionar os aspectos históricos, geográficos e sociais que permeiam as relações socioambientais da EEEE Novo Tempo.

O primeiro deles é referente à espiral histórica. Conforme Galeano (2015), mesmo que a história não queira se repetir, a depender da fonte e a narrativa, há repetições.

Em outras palavras, os processos de negação sócio-histórico-culturais que tendem a maquiar preconceitos, discriminar, excluir e negar direitos tendem a ser cíclicos. Sem incorrer no equívoco do anacronismo, o histórico das instituições que originaram a E.E.E.E. Novo Tempo possui, como mencionado anteriormente, suas próprias trajetórias permeadas de lutas e silenciamentos.

Sob o ponto de vista socioambiental, conforme demonstrado no trajeto de acesso para a EEEE Novo Tempo, percebe-se um entorno de grande biodiversidade que pode gerar, cotidianamente, benefícios e malefícios.

Ao passo que o contato com a natureza pode, para alguns alunos, ser fonte de regulação emocional (como o caso dos alunos na condição do transtorno do espectro autista), deixa o espaço escolar sem a segurança necessária para seu funcionamento.

Abaixo, a transcrição e a Figura 29, recorte de jornal do acervo institucional que indica falta de segurança e prejuízos.

Título da Reportagem – Escola é assaltada no final de semana

A Escola de Educação Especial de Itajubá foi assaltada no último final de semana. A diretora da escola, Anedi Capucho, comenta que este ano a escola já foi alvo de dois assaltos. “Lutamos para conseguir doações da comunidade para modernizar a escola e estes assaltos acabam nos frustrando”, desabafa Anedi.

Ela diz que há três anos que a escola não é alvo de assaltantes. “Sofremos muito com vandalismo, eles entram na escola e mexem em todas as coisas, armário das professoras, mas nada de valor é levado. Agora, este ano, já perdemos dois videocassetes, dois computadores e uma impressora matricial nova”, denuncia a diretora.

Mesmo com as grades de ferro nas portas, a escola não está protegida: “A única saída é conseguir uma parceria com algumas empresas para construirmos muro ao redor da escola e colocar cerca eletrificada”, acredita Anedi. Ela adianta que está tentando, junto com a AFL do Brasil, essa parceria para proteger os materiais da escola.

No último assalto, levaram uma impressora matricial, dois computadores 386 e um vídeo prata. “Peço para quem souber de alguém que está vendendo produtos parecidos com os que foram roubados denunciarem para a polícia. É a única forma de reaver os itens que foram levados”, pede a diretora.

Sob a orientação da Polícia Civil, a diretora está levando para sua casa o computador, fax, dvd e duas televisões que não foram levadas dessa vez. A polícia disse que eles voltarão para levar o resto, já que eles viram e, provavelmente, não conseguiram levar. Assim, estou levando para casa e trazendo todos os dias.

- Legenda da Foto da Reportagem: A direção da Escola de Educação Especial de Itajubá pretende fazer parcerias com empresas para proteção do local. No detalhe, apenas protegem a escola.

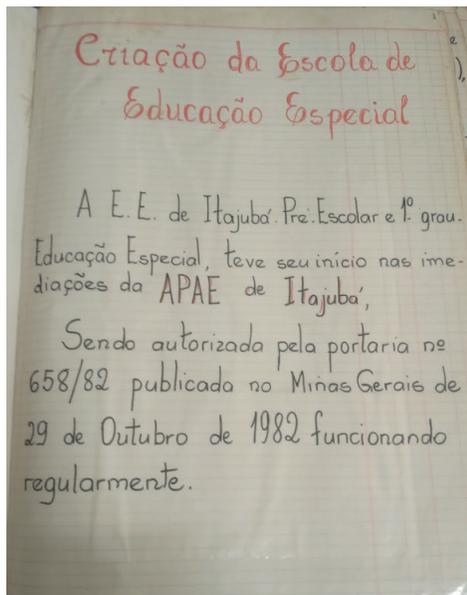
Figura 29 - Recorte de jornal do “Livrão” de Memórias da Escola Novo Tempo



Fonte: Acervo da escola, agosto de 2023.

A Escola de Itajubá de Educação Especial foi o primeiro nome da EEEE Novo Tempo. Oriunda das iniciativas mencionadas nas seções três e quatro, a APAE de Itajubá inicia as atividades pedagógicas, conforme o registro abaixo.

Figura 30 - Recorte do “Livrão” de Memórias da Escola Novo Tempo, marcando atividades junto a APAE



Fonte: Acervo da escola, agosto de 2023.

Mesmo que o registro do jornal seja de estruturas anteriores e já reformadas como na composição a seguir, nota-se que os fundamentos estruturais ainda deixam a insegurança e a desproteção.

De 1982 até 1987, a Escola Especial de Itajubá esteve vinculada à APAE e, após serem cedidas as salas nas dependências da Escola Estadual Wenceslau Braz, em 1989, passou a ocupar o espaço descrito no trajeto e Figuras 24, 25, 26, 27 e 28.

Há, portanto, na localização da EEEE Novo Tempo, um ponto importante a ser destacado: a marginalização socioambiental, geográfica, social, cultural e simbólica.

Figura 31 - Composição do Registro das placas de reforma dos anos 2006 e 2010



Fonte: autoria própria (2023).

Retratado pela via simbólica, o espaço geográfico ocupado pela instituição escolar está à margem do canal do Rio Sapucaí. Ou ainda, se localiza entre a Mantiqueira e a margem do Rio.

Pelo viés geográfico, utiliza-se a obra “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI”, de Santos e Silveira, publicada em 2008, na qual indicam que o território:

Em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico. [...] Quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política (Santos; Silveira, 2008, p. 247).

Ainda nesse sentido, pode-se refinar o conceito de território a partir da compreensão do mundo como sendo um conjunto de possibilidades e, sugerindo que o espaço geográfico seja assumido como uma categoria de análise social, sinônimo de território usado, território abrigo de todos os homens, de todas as instituições e de todas as organizações (Santos, 2005).

Pautados nesses conceitos, resta saber como e o porquê de esse território ter sido escolhido para sediar a EEEE Novo Tempo.

O que as fontes (históricas e geográficas) revelam são parte de um processo social de exclusão que vai além do acesso e direito à educação da PcD e que se repete, na espiral histórica, para o silenciamento dessas pessoas.

Esse processo social de exclusão (também chamado de exclusão social) é um fenômeno complexo e preocupante que afeta indivíduos e grupos em várias esferas da vida. Ela ocorre quando pessoas são marginalizadas, seja por motivos econômicos, sociais, culturais, étnicos, de gênero, entre outros, privando-as do pleno exercício de seus direitos e oportunidades.

As causas da exclusão social são multifacetadas e podem variar de acordo com o contexto cultural, político e econômico. A vulnerabilidade social é um dos fatores principais, pois priva as pessoas de acesso a recursos básicos, como educação, saúde, moradia adequada e oportunidades de trabalho digno.

A falta de acesso a oportunidades educacionais de qualidade também contribui significativamente para a exclusão social. Sem uma base educacional sólida, indivíduos enfrentam maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e participar plenamente da sociedade.

A discriminação e o preconceito são fatores importantes que levam à exclusão de grupos étnicos, LGBTQ+, mulheres e pessoas com deficiência. Esses grupos muitas vezes enfrentam barreiras sistêmicas que limitam seu acesso a empregos, serviços e participação política e social.

A exclusão social não apenas impacta os indivíduos diretamente afetados, mas também tem consequências para a sociedade como um todo. Ela gera desigualdades, aumenta a marginalização e a segregação, além de minar a coesão social e a estabilidade.

Levantados os fatores históricos e geográficos bem como as provocações socioambientais acerca da EEEE Novo Tempo, marcamos o ponto marxista desta seção através do trecho do livro *Manuscritos econômico-filosóficos*, de 1844:

[...] o ser humano vive da natureza. Isto significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele precisa estar em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do ser humano está associada à natureza não tem outro sentido do que afirmar que a natureza está associada a si mesma, pois o ser humano é parte da natureza (Marx *apud* Francesco, 2014).

Vê-se, assim, que Marx não concebe a natureza como fonte ilimitada de matérias-primas ou como recurso. A partir dessa assertiva é possível interpretar que a acumulação capitalista, em suas contradições sociais, ao contrário da concepção clássica liberal, baseia-se estritamente nas limitações naturais. Ademais, se o ser humano vive e é parte da natureza, o não cuidado e preservação é mais uma tentativa de segregação e exclusão.

À frente, estendendo o mote marxista, as seções seis e sete consolidam por meio das fontes e discussões, a história da educação especial, entre o Rio Sapucaí e a Mantiqueira, sob o prisma institucional.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA ESTADUAL NOVO TEMPO DE ITAJUBÁ (1988 - 2015)

*“No novo tempo, apesar dos castigos...Estamos crescidos, estamos atentos...
Estamos mais vivos pra nos socorrer...No novo tempo, apesar dos perigos
Da força mais bruta, da noite que assusta... Estamos na luta pra
sobreviver...Pra que nossa esperança...Seja mais que vingança...Seja
sempre um caminho...Que se deixa de herança...No novo tempo [...]”
(Novo Tempo - Ivan Lins)*

A música de Ivan Lins, composta pelo mesmo e Vitor Martins em 1980, reflete a história daquele tempo – pós-ditadura. Nesse novo tempo, a esperança voltava a ser um sentimento compartilhado entre os brasileiros.

Não raro, o nome “Novo Tempo”, escolhido para a Escola Estadual de Educação Especial, objeto de estudos desta tese, remete à esperança de inclusão e justiça social após tempos em que o direito à educação foi negado às minorias, dentre elas, as pessoas com deficiência.

Aqui, apresenta-se a EEEE Novo Tempo em suas variadas fontes (registros de atas, placas, livrão, excertos do regimento e projeto pedagógico). A partir disso, montou-se um leque de possibilidades para análise qualitativa e quantitativa da História da Instituição, de 1988 a 2015.

6.1 HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO: DOS DOCUMENTOS ÀS PESSOAS

A história da educação é uma “trilha fascinante” que remonta às civilizações antigas, a influência romana, o renascimento e a revolução industrial. A cada passo do seu tempo, recebendo influência sociocultural, filosófica e tecnológica, compondo uma narrativa.

Atualmente, a educação está passando por uma transformação impulsionada pela tecnologia, com a ascensão do ensino à distância, recursos digitais e métodos de aprendizagem mais interativos e personalizados.

Questões de inclusão, diversidade e acesso equitativo à educação também estão no centro dos debates, a história das instituições tem desempenhado um

papel fundamental na estruturação e evolução das sociedades ao longo dos tempos, moldando aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais.

Das estruturas informais das tribos e clãs que regulavam a vida em grupo, o cristianismo, a idade moderna aos tempos industriais e no mundo contemporâneo, as instituições continuam a evoluir (Le Goff, 2003).

E qual a relevância do estudo histórico das instituições? Por refletirem as necessidades, os valores e os desafios enfrentados pelas sociedades em diferentes épocas. Elas moldam as interações humanas, estabelecem padrões de comportamento e fornecem a base para a organização e funcionamento das comunidades. Adaptando-se às mudanças sociais, políticas e tecnológicas, as instituições continuam a desempenhar um papel vital na configuração do mundo contemporâneo.

A história de instituições sociais e econômicas, como fábricas e sindicatos, demonstra a dinâmica financeira de um determinado período ou recorte histórico. Assim como as escolas, possuem características e peculiaridades, como vê-se na contribuição de Nosella e Buffa (2009) ao afirmarem que:

Além de um levantamento mais completo e de uma leitura mais aprofundada dos estudos publicados sobre instituição escolar, para o balanço crítico que pretendemos realizar, precisamos explicitar o referencial teórico que nos norteia. Defendemos uma linha metodológica que descreva o particular, explicitando, dialeticamente, suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural (Nosella; Buffa, 2009, p. 356).

Nesta sexta seção, após tecer a espiral da histórica da Educação Especial, contextualizando seu cenário sul mineiro, destaca-se o entrelaçar da história da educação da pessoa com deficiência e a história da instituição de ensino, sob a ótica da E.E.E.E. Novo Tempo.

Com gênese, mencionada anteriormente, a Escola Especial Novo Tempo, em Itajubá, é uma instituição dedicada a proporcionar educação a alunos com deficiência e necessidades educativas especiais, seguindo as diretrizes educacionais estaduais (Minas Gerais, 2022).

Com uma equipe multidisciplinar composta por educadores especializados (Analista de Educação Básica - Psicólogo, Assistente Social, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta) e professores especializados em educação especial e inclusiva, a escola busca oferecer um ambiente acolhedor e adaptado às necessidades específicas de cada aluno. A abordagem pedagógica é personalizada, levando em consideração as habilidades, potenciais e desafios de cada estudante (Minas Gerais, 2022).

Nessa pesquisa, o recorte histórico contempla fim do século XX até meados do XXI, marcada inicialmente pela promulgação da Carta Magna Brasileira (1988) e se encerrando na Lei Brasileira de Inclusão - LBI, de 2015.

A figura 32 mostra que a EE Novo Tempo - Educação Especial, como está registrada em seus documentos institucionais (Regimento Interno e Projeto Pedagógico), foi criada um ano antes do período considerado, no entanto, como suas atividades se iniciaram em 1989, é possível iniciar a análise a partir dos primeiros registros da instituição.

Figura 32 - Identificação e Histórico da EEEE Novo Tempo

IDENTIFICAÇÃO

Escola Estadual Novo Tempo - Educação Especial

Criada pelo Decreto nº 27.116 de 07/07/1987

Autorização de Funcionamento Portaria nº 1879 de 06/08/1987

Nova denominação Lei nº 16.023 de 18/03/06

Fonte: Regimento Escolar (2022).

Nota-se, no histórico institucional a seguir, apresentado pela Figura 33, que o processo de criação e funcionamento da EEE Novo Tempo se entrelaça nesse período escolhido como recorte temporal da pesquisa, justificando mais uma vez, a espiral histórica a fluir como o leito do Sapucaí, costurando a Educação Especial, entre a margem e a Mantiqueira.

Figura 33 - Histórico da Escola de acordo com o Regimento Escolar atual

HISTÓRICO

Em fevereiro de 1986 a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais enviou a APAE de Itajubá a proposta de Estadualização da Escola Estadual da APAE que ali funcionava desde 1969.

Em 07 de julho de 1987 foi criada a Escola Estadual de Itajubá Pré Escolar e 1º Grau (1ª a 4ª série) Educação Especial. Neste ano atendeu 99 alunos em classes e 68 em Oficinas.

Em 1989 a escola passou a funcionar em um prédio cedido pelo Estado com instalações improvisadas à Rua Olegário Maciel, s/nº, e atendeu então 76 alunos.

A instituição se organizou com oficinas e salas de aula e, mais tarde, foi implantado o serviço de sala de recursos. Todos estes serviços se estruturaram mediante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692/71, em vigor.

Mesmo sem contar com estrutura física adequada, em 2003, a escola participou do processo de ressignificação das escolas especiais, que pretendia repensar a política educacional até então praticada nos interiores destas instituições e propôs a inclusão educacional e social.

Houve um grande envolvimento para a melhoria do prédio, para a implantação de novos projetos, para capacitação e para o envolvimento da família no dia a dia da escola.

Em 2005, conquistamos os recursos para a reforma e ampliação do prédio através da SEE e de parcerias: AFL, Furnas e Rotary Club Itajubá Oeste.

Neste mesmo período organizou-se a comunidade escolar para a escolha de um novo nome para a instituição. A comunidade escolar sugeriu vários nomes e foi realizada uma votação. Ficou assim escolhido "Novo Tempo" e a nova denominação foi dada pela Lei nº 16.023/2006 sendo, Escola Estadual Novo Tempo - Educação Especial.

Fonte: Regimento Escolar (2022).

Para melhor ilustrar os marcos históricos da instituição escolar, os dados foram transcritos para comporem a Figura 34, a seguir:

Figura 34 - Composição do Registro das placas de reforma dos anos 2006 e 2010.

HISTÓRIA INSTITUCIONAL

A partir das primeiras atividades



Fonte: autoria própria (2023).

De acordo com o Projeto Pedagógico, a Escola Estadual Novo Tempo surgiu em 1986, quando a Secretaria de Estado da Educação propôs a estadualização da Escola Estadual da APAE que atuava desde 1969.

Em 07 de julho de 1987, foi criada a Escola Estadual de Itajubá Pré-Escola e 1º Grau (1ª à 4ª série) Educação Especial. Nesse ano, atendia classes e alunos em Oficinas (dados de recursos humanos e alunos a seguir).

Em 1989, a escola passou a funcionar em um prédio cedido pelo Estado com instalações improvisadas na Rua Olegário Maciel, s/nº, se organizando com oficinas e salas de aula. Mais tarde, foi implantado o serviço de sala de recursos. Todos estes serviços se estruturam mediante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692/71, em vigor, naquele momento.

Mesmo sem contar com estrutura física adequada, em 2003, a escola participou do processo de ressignificação das escolas especiais, que pretendia repensar a política educacional, até então praticada no interior destas instituições e propôs a inclusão educacional e social.

Houve um grande envolvimento para a melhoria do prédio, para a implantação de novos projetos, capacitação e para participação da família no cotidiano da escola.

Em 2005, conquistou-se os recursos para a reforma e ampliação do prédio através da Secretaria Estadual de Educação (SEE) e de parcerias: AFL, Furnas e Rotary Club Itajubá Oeste.

Neste mesmo período, a comunidade escolar se organizou para a escolha de um novo nome para a instituição e, como havia vários nomes, foi realizada uma votação. Ficou assim escolhido “Novo Tempo” e a nova denominação “Escola Estadual Novo Tempo - Educação Especial” foi sancionada pela Lei no 16.023/2006.

Ficou então apresentado o novo tempo vivenciado e que trouxe a implantação da oficina de culinária, o lançamento do CD “Um Natal Especial” pelo Coral Bem-te-vi, o desenvolvimento de programas voltados para a formação do aluno e resgate da autoestima como o PROERD e os Projetos “Afetividade e Sexualidade” e “Inclusão Digital”; graças às parcerias estabelecidas com empresas e instituições diversas.

Em 2012, foi autorizada a EJA especial, Educação de Jovens e Adultos, anos finais do Ensino Fundamental. Em 2020 foi autorizada a primeira turma do 6o ano do Ensino Fundamental.

Figura 35 - Convite de aniversário (06/08/2001) de 14 anos da Escola Especial de Itajubá



Fonte: Acervo da Escola - Registro da Autora, agosto de 2023.

As Figuras 35 e 36 demonstram, respectivamente, a denominação da Escola no ano de 2001 no convite de 14 anos de aniversário da instituição e a placa que se encontra no rol da escola, marcando a reforma inicial, os recursos e as parcerias em 2006.

Destaca-se, na Figura 35, a logo da escola que, de acordo com os registros do “livrão” do histórico da “Novo Tempo”, representava a mãe conduzindo duas crianças.

Figura 36 - Composição do Registro das placas de reforma dos anos 2006 e 2010



Fonte: autoria própria (2023).

Nas seções que seguem, demonstrar-se-á, por meio das fontes históricas da instituição escolar: os recursos humanos, a organização de atividades internas, as práticas escolares, o corpo discente e suas características, dentre outros destaques.

6.2 A NASCENTE DO NOVO TEMPO - O QUE DIZEM AS FONTES?

Toma-se como inspiração deste item a simbologia da *logo* da escola de 2001, como um caminho para um novo tempo. E toda trilha, assim como o sol, tem seu nascer.

Aqui consideram-se as fontes como arcabouço de registro para o estudo da história da instituição.

As fontes documentais expressam a história e a memória produzida naquele espaço (e seu entorno) e tempo, influenciada pelas questões socioculturais, políticas, econômicas e regionais. Isso se fundamenta nas reflexões de Sanfelice (2006):

Uma instituição escolar avança, projeta-se para dentro de um grupo social. Produz memórias ou imaginários. Mobiliza ou desmobiliza grupos de pessoas e famílias; assinala sua presença em comemorações, torna-se notícia na mídia, ou seja, é muito, mas muito mais mesmo do que um prédio que agrupa sujeitos para trabalharem, ensinarem, aprenderem etc. O movimento inverso também ocorre, pois a instituição é objeto de interesses contraditórios de ordem econômica, política, ideológica, religiosa e cultural, dentre outros (Sanfelice, 2006, p. 25).

Vejam os quais produções de memórias e imaginários a E.E.E.E Novo Tempo pode revelar, iniciando pelo projeto pedagógico (PP). O PP da escola (2022) versa, como marco referencial - situacional, o texto destacado na Figura 37.

Figura 37 - Texto extraído como figura do Marco Referencial - Situacional da escola no Projeto Pedagógico

2. MARCO REFERENCIAL

2.1 MARCO SITUACIONAL

A Escola Estadual Novo Tempo - Educação Especial situa-se na Cidade de Itajubá que fica no Sul de Minas Gerais, com aproximadamente 100.000 mil habitantes. Essa cidade possui característica conservadora, apesar de seu perfil estudantil e universitário. A economia é baseada na prestação de serviços, e alguns seguimentos da Indústria e Comércio. A escola está localizada próxima a bairros de vulnerabilidade social, econômica. É afastada do Centro Comercial da Cidade e próxima a BR 459 - Rodovia Federal. Entendemos que todos da Comunidade Escolar têm seus direitos e deveres. Procuramos fazer da Comunidade Escolar o valor do pilar da Educação Universal. Enfrentamos uma sociedade individualista que não se preocupa com o bem estar das minorias, e seus direitos essenciais. A sociedade está voltada aos próprios interesses, polarizada em ações de enfrentamento ao ódio, diversidade política e econômica. Vivenciamos na comunidade escolar Famílias desestruturadas, atingidas pelo uso de drogas e álcool.

Fonte: autoria própria (2023).

A partir desse registro realizado pela administração escolar, é possível confirmar os apontamentos realizados na seção cinco. Ainda nesse excerto documental destaca-se o contexto de discriminação e marginalização na qual a escola está inserida e a situação de vulnerabilidade que sua comunidade vivencia.

Tais cenários, material e simbólico, expressam que a educação da pessoa com deficiência apresenta características interseccionais as quais podem reforçar estereótipos e violências múltiplas para a composição ou agravamento do processo de discriminação e exclusão social (Foracchi, 1982; Gesser; Böck; Lopes, 2020; Yamamoto, 2001).

Ainda sobre as fontes, destacamos o “livrão” e os cadernos de registros. O “livrão”, como é chamado na escola, é uma das fontes essenciais para essa

tese e se caracteriza por agregar materiais cujo fim é arquivar parte da história e memória escolar. Nele, encontram-se transcrições, recortes de jornal e revistas, fotos e projetos que formam a história institucional desde sua criação até meados dos anos 2000.

Figura 38 - Montagem de Capa e Lateral Inferior do Livro da Escola Estadual Novo Tempo - chamado de “livrão”



Nota: “livrão” possui Histórico da instituição por meio de transcrições, recortes de jornal, revistas, projetos, avaliações e fotos desde sua fundação.

Fonte: autoria própria (2023).

Os cadernos de registros mantêm os dados iniciais da escola, como: ata de inauguração, termos de posse e exercício de servidores, registros anuais das turmas e assinatura de visitantes. Os dados e informações neles compilados se referem ao período de 1988 a 2006. A partir de 2007, os registros dos recursos humanos foram mantidos em pastas e arquivados numa sala anexa à secretaria escolar e as fichas de alunos foram digitalizadas e arquivadas em sistemas, permitindo a consulta.

Figura 39 - Montagem das capas dos cadernos/livros de registro



Fonte: autoria própria (2023).

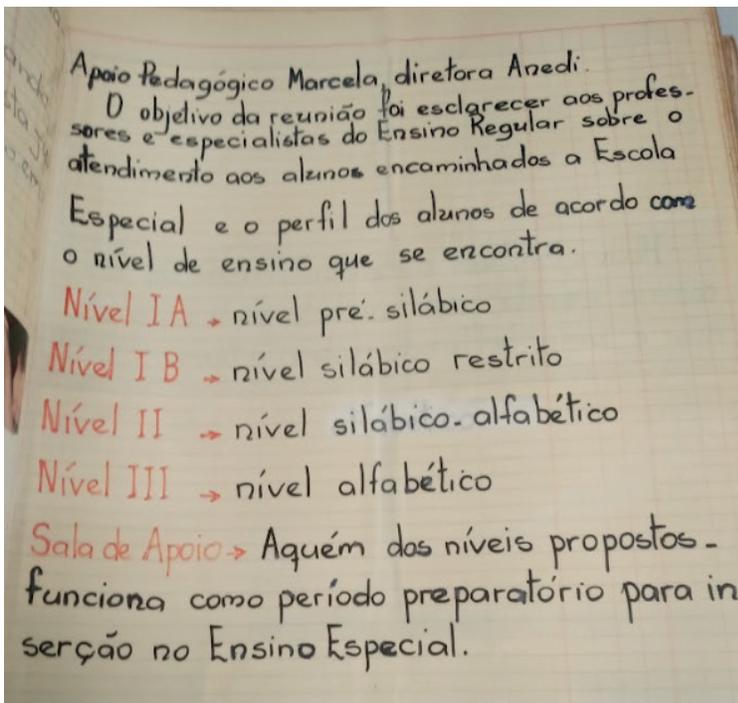
Assim como outras instituições que têm seu acervo e arquivo descontinuados, a EEEE Novo Tempo teve grande parte de sua biblioteca, materiais e outras fontes (incluindo as audiovisuais) perdidas em função de furtos, catástrofes naturais (enchentes e chuvas fortes) e descarte. Objetivando apresentar mais fontes, as seções que seguem como subitens mostram as atividades internas, as práticas escolares e os sujeitos nelas envolvidos (corpo profissional, educacional e discente).

6.2.1 Da organização das atividades internas

As fontes encontradas para descrição das atividades internas foram: uma transcrição de atividade de apoio pedagógico e a primeira ata de reunião, após a reforma de 2006.

A transcrição da atividade pedagógica registra uma pauta de reunião do apoio pedagógico, diretora e professores para apresentar o perfil dos alunos da escola a partir de diagnóstico de nível de ensino.

Figura 40 - Registro de apresentação de pauta de reunião pedagógica



Fonte: autoria própria (2023).

Na oportunidade, o Ensino Especial estava categorizado em níveis de acordo com a necessidade especial de aprendizagem, sendo o nível I (subdividido em dois, A e B), II, III de acordo com o desenvolvimento do letramento e a sala de apoio para os alunos necessidade preparatória para inserção no ensino especial.

Em 1989, quando a Escola de Educação Especial de Itajubá iniciou suas atividades nas salas da EE Wenceslau Braz, o referido quadro de apoio pedagógico atendia a legislação vigente da época, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1971, também conhecida como Lei da Reforma, como descrito:

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação (Brasil, 1971).

Já em 2006, quando as atividades passaram a ter sede própria e novo nome (EEEE Novo Tempo), a primeira ata registrada foi de inauguração em 29 de junho do mesmo ano.

Nota-se no documento assinado pelos presentes notam-se: 1) A participação de entidades como Rotary Club e Associação de Amigos de Itajubá; 2) A UNIFEI como instituição apoiadora, na pessoa do chefe de gabinete a

época; 3) Atividade do Cora Bem Te vi, formado pelos alunos; 4) Apresentação da fanfarra; 5) A diferença na grafia das assinaturas, possibilitando inferir sobre formação escolar e classe social dos presentes.

Segue a ata em seu registro fotográfico e sua transcrição.

Figura 41 - Ata de inauguração da sede própria da EEEE Novo Tempo

02

Ata de inauguração da E.E. Novo Tempo - Educação Especial.

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e seis, às dezesseis horas, na presença da Excentíssima Senhora Valéria do Carmo Bento Borges, diretora II da SRE - Itajubá representando a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, da Excentíssima Senhora Vilma Raquel Martins Zaroni, diretora da E.E. Novo Tempo - Educação Especial e demais autoridades representantes das empresas Fumax Lentes Ópticas S/A, Instituto Alcoa através da AFL do Brasil Ltda, Rotary Club de Itajubá Oeste e Ibra da Amizade de Itajubá, parceiros da ampliação e reforma do prédio que nesta data estamos inaugurando. Presentes também nesta solenidade, funcionários e comunidade escolar. Iniciou-se a cerimônia com a entoação do Hino Nacional pelo Coral "Bem Te Vi" composto por alunos desta escola. Fizemos uso da palavra: Senhora Vilma Raquel Martins Zaroni, diretora deste Estabelecimento, Sr. Ronaldo Schmidt, gerente geral da AFL do Brasil - Unidade Itajubá - Instituto Alcoa Sr. Reinaldo Pereira Pinto, Presidente do Rotary Club - Itajubá Oeste, Sr. Laércio Boldreia, chefe de Gabinete da Prefeitura de UNIFEI e Sr. Valéria do Carmo Bento Borges, diretora II da SRE - Itajubá. Dando prosseguimento, o Coral "Bem Te Vi" fez mais uma apresentação com a música "Tô vindo a Teó". Finalizando todos foram convidados para o desmonte das placas, bênção e visita às dependências da escola ao som da fanfarra dirigida pelo instrutor voluntário João Paulo. Nada mais a tratar, em Cláudia Barbosa Silva, Secretária da E.E. Novo Tempo - Educação Especial, encerra a presente ata que será assinada por todos os presentes. Itajubá 29 de junho de 2006. Cláudia Barbosa Silva, Valéria Antônia Chiodin Braeg. Ronaldo Schmidt, Reinaldo Pereira Pinto, Maria Helena, João Paulo, Maria Benedita, Cláudia D. Furtado.

Fonte: Livrão da escola - Autora, agosto de 2023.

Ata de Inauguração da E.E. Novo Tempo – Educação Especial

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e seis, às dezesseis horas, na presença da Excelentíssima Senhora Valéria do Carmo Bento Borges, diretor II da SER – Itajubá, representando a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, da Excelentíssima Senhora Vilma Raquel Martins Zaroni, diretora da E.E Novo Tempo – Educação Especial e demais autoridades representantes das empresas Furnas Centrais Elétricas S/A, Instituto Alcoa – através da AFL do Brasil Ltda., Rotary Club de Itajubá-Oeste e Casa da Amizade de Itajubá, parceiros da ampliação e reforma do prédio que nesta data estamos inaugurando. Presentes também nesta solenidade, funcionários e comunidade escolar. Iniciou-se a cerimônia com a entoação do Hino Nacional pelo Coral “Bem te vi” composto por alunos desta escola. Fizeram uso da palavra: Senhora Vilma Raquel Martins Zaroni, diretora deste estabelecimento, Sr. Ronaldo Schimidt, gerente geral da AFL do Brasil – Unidade Itajubá-Instituto Alcoa, Sr. Reinaldo Pereira Pinto, Presidente do Rotary Club- Itajubá Oeste, Sr. Laércio Caldeira, chefe de gabinete da Reitoria da UNIFEI e Sra. Valéria do Carmo Bento Borges, diretor da SER-Itajubá. Dando prosseguimento, o Coral “Bem te vi” fez mais uma apresentação com a música “Tô rindo a toa”. Finalizando todos foram convidados para o descerramento das placas, benção e visita às dependências da escola ao som da fanfarra dirigida pelo instrutor voluntário João Paulo. Nada mais a tratar, eu Cláudia Barbosa Silva, secretária da E.E. Novo Tempo – Educação Especial, encerro a presente ata que será assinada por todos os presentes. Itajubá, 29 de junho de 2006.

6.2.2 Das práticas escolares e pedagógicas

Nesta seção, são apresentadas as fontes relativas às práticas escolares e pedagógicas da EEE Novo Tempo, no período de 1988 - 2015. Em destaque nas figuras 42 a 44, as atividades desenvolvidas a partir de projetos como horta, coral, oficina de artesanato e esportes (Olimpíadas escolares).

A prática escolar é o cerne do processo educacional, sendo o ambiente onde teorias e conhecimentos são postos em ação. É nesse contexto que estudantes têm a oportunidade de aplicar o que aprendem nos livros e nas aulas teóricas.

Essa prática pode assumir diversas formas, desde experimentos científicos em laboratórios até debates em sala de aula, passando por atividades artísticas, esportivas e até mesmo projetos de pesquisa. Ela é essencial para a consolidação do aprendizado, pois permite que os alunos vivenciem na prática aquilo que absorveram teoricamente.

Além disso, a prática escolar é fundamental para o desenvolvimento de habilidades essenciais, como o pensamento crítico, a resolução de problemas, a colaboração e a comunicação. Através de atividades práticas, os estudantes aprendem a trabalhar em equipe, a buscar soluções criativas e a expressar suas ideias de forma clara e eficaz.

Figura 42 - Registro da atividade desenvolvida no projeto de horta



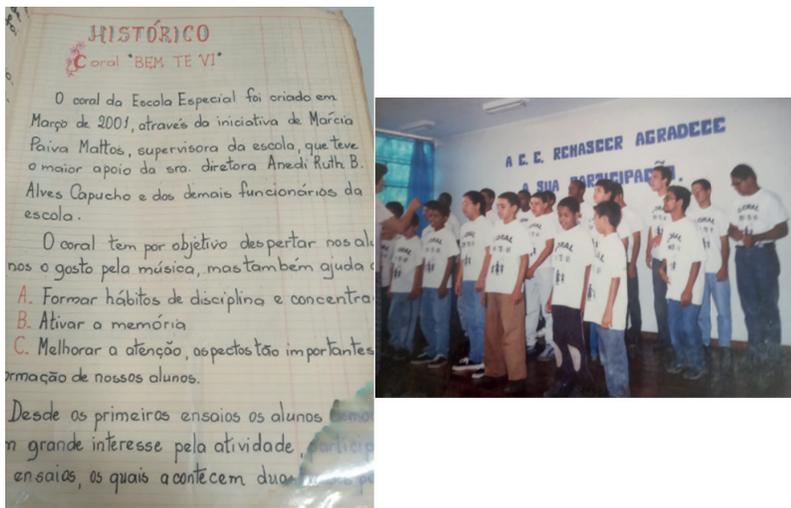
Fonte: Livrão da escola - Autora, agosto de 2023.

Figura 43 - Composição de registros das atividades de Olimpíadas escolares, exposição de arte produzida nas oficinas, passeios escolares



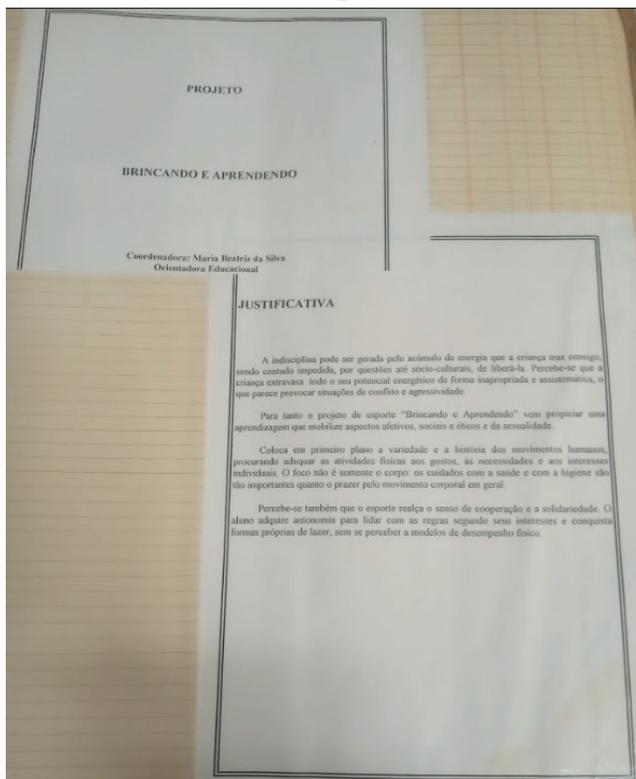
Fonte: Livrão da escola - Autora, agosto de 2023.

Figura 44 - Composição de registro Histórico do Coral “Bem te vi” e apresentação



Fonte: Livrão da escola - Autora, agosto de 2023.

Figura 45 - Registro de trecho de projeto desenvolvido na escola



Fonte: Livrão da escola - Autora, agosto de 2023.

O quadro 11 é uma compilação de informações registradas nos “anuários” de matrícula. Neles, além dos nomes dos alunos, ficaram marcados os dados descritos no Quadro 13 do item 4.2.3. A pesquisadora teve acesso aos arquivos da secretaria escolar, conseguindo tabular as informações que seguem.

Quadro 11 - Registro das práticas desenvolvidas na escola

Ano	Atividade
1998	Primeira sala de apoio especializado
1999	A sala de apoio especializado iniciou duas ações - oficina pedagógica e profissionalizante;
2002	Foram registrados que 28 alunos foram integrados ao ensino regular, 03 no mercado de trabalho e 03 à família;
2004	A oficina profissionalizante teve complemento semiprofissional, com encaminhamentos para trabalho;
2007	As oficinas passam a ser de: culinária, artes e artesanato;
2013, 2014 e 2015	Primeiras turmas de EJA - Educação de Jovens e Adultos.

Fonte: autoria própria (2024).

No entanto, é importante ressaltar que a qualidade da prática escolar está diretamente ligada à abordagem pedagógica adotada pela instituição de ensino e pelos professores.

Um ambiente que estimula a experimentação, a descoberta e o pensamento independente tende a potencializar os benefícios da prática escolar para o aprendizado dos alunos.

Assim, a prática escolar não se resume apenas a aplicar o que foi ensinado, mas sim a criar um ambiente dinâmico e estimulante, onde o conhecimento é adquirido, testado e aprimorado constantemente, preparando os estudantes para enfrentar os desafios do mundo real.

Explicando melhor, utiliza-se as palavras de Franco (2016):

É comum considerar que práticas pedagógicas e práticas educativas sejam termos sinônimos e, portanto, unívocos. No entanto, quando se fala de práticas educativas, faz-se referência a práticas que ocorrem para a concretização de processos educacionais, ao passo que as práticas pedagógicas se referem a práticas sociais que são exercidas com a finalidade de concretizar processos pedagógicos (Franco, 2016, p. 536).

Nesse sentido, faz-se importante o levantamento das práticas escolares e pedagógicas, tanto ao longo da história da instituição quanto na contemporaneidade. Como a presente tese se relaciona com a linha da História da Educação, as práticas pedagógicas ou o estabelecimento de críticas nesse sentido não são objeto de investigação.

Todavia, nas seções que seguem, serão apresentados argumentos relacionados às fontes aqui registradas e descritas as quais, de algum modo, trazem a intencionalidade das ações definidas e executadas pela escola.

6.2.3 Dos sujeitos - quem faz a “Novo Tempo”

Nesta seção, os sujeitos da escola serão o destaque. Parte ativa e mutável da instituição, os recursos humanos e corpo discente se apresentam em forma de fontes históricas e quadros elaborados a partir de dados institucionais, no período de 1988 a 2015.

Porque se faz essencial destacar os recursos humanos da EEEE Novo Tempo? Os recursos humanos desempenham um papel fundamental no funcionamento e no sucesso das instituições escolares.

Mais do que simples colaboradores, eles são os pilares que sustentam a qualidade educacional, moldam o ambiente de aprendizado e influenciam diretamente o desenvolvimento dos alunos.

Os professores são os principais atores nesse contexto. São responsáveis por construir o conhecimento, inspirar e guiar os estudantes em seu percurso educacional. Uma das fontes em que é possível realizar um estudo do perfil profissional da instituição é o Livro de posse (Figura 39), nele há registros de setembro de 1988 até setembro de 2020. Na figura a seguir, destaca-se a primeira posse/exercício registrada e depois, sua transcrição:

Figura 46 - Registro do Primeiro Termo de posse/exercício

1
mg

Maria José Pinto Caldas de Assis Masp 219460;
nomeada nos termos dos artigos 31 e 32 da Lei 7.109
de 13 de outubro de 1977, para o cargo de Classe de
Professora, Nível 2, Grau A, do Quadro do Magistério
Público do Estado de Minas Gerais, conforme publi-
cação do "Minas Gerais" de 04/10/88, digo, nos termos
da Lei 9592 de 14 de junho de 1988, Decreto nº 28.255
de 21 de junho de 1988 e Decreto nº 28.684 de 16 de se-
tembro de 1988, detentor do cargo efetivo, de Assistente
Técnico Educacional, código 56280, ED 1135, símbolo
V32, do Quadro permanente, assume exercício
na Escola Estadual de Itajubá Pré-Escolar e 1º grau
(1ª a 4ª série) Ensino Especial I.202, do Município
de Itajubá.

Itajubá, 30 de setembro de 1988

[Signature]

Olga Tatiana Gonçalves Masp 172256
- Diretora -

Fonte: autoria própria (2023).

“Maria José Pinto Caldas de Assis Masp 219460, nomeada nos termos dos artigos 31 e 32 da Lei n.7109 de 13 de outubro de 1977, para o cargo de Classe de Professor, Nível 2, Grau A, do Quadro do Magistério Público do Estado de Minas Gerais, conforme publicação do ‘Minas Gerais’ de 04/10/88, digo, nos termos da Lei 9592 de 14 de junho de 1988, decreto n.28255 de 21 de junho de 1988, Decreto n.28682 de 16 de setembro de 1988, detentor do cargo efetivo de Assistente Técnico Educacional, código 56280, Ed. 1135, símbolo v32, do Quadro Permanente, assume exercício na Escola Estadual de Itajubá Pré-escolar e 1 grau (1 a 4 série) Ensino Especial I202, do Município de Itajubá. Itajubá, 30 de setembro de 1988. Assinatura - Masp 172256 (Diretora)”

Na figura 47 tem-se o excerto do Projeto Pedagógico da EEEE Novo Tempo que apresenta um histórico dos diretores.

Figura 47 - Excerto do Projeto Pedagógico, destacando o histórico de diretores da Escola, da criação até o momento

Diretoras da EE Novo Tempo – Educação Especial	
Primeira Diretora: 1987 - Gleiza Matos Gonçalves	Vice diretora: Benedita Silvana Dias Fernandes
1989 – Diretora Oneida de Paula Carvalho Cintra	
1991 – Diretora Maria Efigência Dias Costa	
1994 a 1999 – Diretora Maria Julia Pinto	
2000 a 2009 - Diretora Aneidie Ruthe Bittencourt Alves Capucho	Vice diretora: Maria Beatriz da Silva
2010 – Diretora: Vilma Raquel Martins Zaroni	
2011 a 2020 – Diretora Neide Aparecida Ribeiro Hiene	Vice: Maria do Carmo Lopes Campos
Nomeada em 19/09/2020 – Diretora Alessandra Madalena Dias	

Fonte: autoria própria (2023).

Além dos professores, os gestores educacionais e administrativos desempenham um papel fundamental.

Eles definem a visão, missão e estratégias da instituição, garantindo que haja recursos adequados para promover um ambiente propício à educação de qualidade.

A equipe de apoio, como secretários, inspetores, orientadores e psicólogos, também desempenha um papel vital no suporte aos alunos e na eficiência do funcionamento da escola.

A partir dos registros dos livros do acervo da EEEE Novo Tempo foi possível realizar um estudo quantitativo dos servidores, no período de 1988 a 2015.

Dessa análise, foi produzido um quadro para melhor demonstrar o perfil dos recursos:

Quadro 12 - Análise quantitativa do Recursos Humanos (Servidores) no período 1988-2015

Ano	Número de servidores	SSGM	SSGF	Cargos
1988	05	0	05	Assistente técnico educacional (01); Professor (04)
1989	15	01	14	Orientador Educacional (01); Psicólogo (01); Professor (04); Serviçal (01)
1990	10	0	10	Professor (09); Supervisora (01)
1991	03	0	03	Professor (03)
1992	-	-	-	Não houve posse/contratação
1993	03	0	03	Professor (02); Orientadora Educacional (01)
1994	03	0	03	Professor (02); Auxiliar de secretaria (01)
1995	01	0	01	Auxiliar de Serviços Gerais (01)
1996	10	0	10	Professor (10)
1997	03	0	03	Auxiliar de secretaria (01), Professor (01); Psicólogo (01)
1998	12	0	12	Professores (07); Diretor (01); Auxiliar administrativo (02); Auxiliar de Serviços Gerais (02)
1999	14	01	13	Professores (08); Diretor (01); Auxiliar administrativo (02), Auxiliar de Serviços Gerais (03)
2000	15	01	14	Diretor (01), Professores (10), Auxiliar administrativo (02), Auxiliar de Serviços Gerais (02)
2001	02	01	01	Professores (02)
2002	17	-	17	Diretor (03) - Substituto por motivos de saúde; Professores (10); Auxiliar administrativo (02); Auxiliar de Serviços Gerais (02)
2003	-	-	-	Não houve posse/contratações - Mesmos dados de 2002
2004	20	-	20	Diretor (02), Professores (14); Auxiliar administrativo (02); Auxiliar de Serviços Gerais (02)
2005	-	-	-	Não houve posse/contratações - Mesmos dados de 2004
2006	-	-	-	Não houve posse/contratações - Mesmos dados de 2004
2007	05	01	04	Professores (05); Auxiliar administrativo (01); Auxiliar de Serviços Gerais (02)
2008	11	02	09	Diretor (01); Professores (09); Auxiliar de Serviços Gerais (02)
				continua...

				continuação
Ano	Número de servidores	SSGM	SSGF	Cargos
2009	-	-	-	Não houve posse/contratações - Mesmos dados de 2008
2010	08	01	07	Diretor (01); Professores (02); Auxiliar administrativo (02); Auxiliar de Serviços Gerais (03)
2011	07	01	06	Diretor (01); Professor (01); Auxiliar administrativo (02); Auxiliar de Serviços Gerais (03)
2012	08	-	08	Diretor (02); Professores (02); Auxiliar administrativo (02); Auxiliar de Serviços Gerais (02)
2013	13	03	10	Diretor (02); Professores (06); Auxiliar administrativo (03); Auxiliar de Serviços Gerais (02)
2014	14	05	09	Diretor (01); Professores (09); Auxiliar administrativo (02); Auxiliar de Serviços Gerais (02)
2015	15	05	10	Diretor (01); Professores (10); Auxiliar administrativo (02); Auxiliar de Serviços Gerais (02)

Legenda: Número de servidores; SSGM (Servidores do Sexo/Gênero Masculino); SSGF (Servidores Sexo/Gênero Feminino); Natureza/Função/Cargos.
 Fonte: autoria própria (2023).

Dos dados do Quadro 12, destacam-se as seguintes informações:

- O número de servidores/contratados cresce nos primeiros cinco anos de funcionamento, tendo períodos de estabilidade e novo crescimento com a mudança de contratação dos professores, em 2007;
- Em 2007, os professores passaram a ser designados e substitutos;
- No ano de 1995, o cargo “Serviçal” foi transformado em “Auxiliar de Serviços Gerais”;
- No período analisado, houve 214 posses/contratações, sendo dessas 185 do sexo/gênero feminino (86,45%); O perfil sexual dos recursos humanos da EEEE Novo Tempo passa a apresentar alterações a partir de 2013, com maior número de trabalhadores homens;
- Nos anos de 1992, 2003, 2005, 2006 e 2009 não houve posses/exercícios de servidores/funcionários;

No que diz respeito aos estudantes com deficiência, o que os livros de registros apresentam? Qual a importância do estudo quantitativo dos alunos para a história das instituições?

Respondendo a essas questões, na história do tempo presente, tem-se no estudo do perfil dos alunos, uma peça fundamental para o desenvolvimento de estratégias educacionais eficazes e personalizadas dentro das instituições escolares.

Para a história da instituição, o estudo quantitativo dos estudantes permite verificar, além do número de alunos matriculados, sua origem, sexo/gênero e a movimentação deles (abandono, transferências etc).

De acordo com as fontes históricas institucionais, a escola possuía alunos com média de idade de vinte e cinco anos, sendo em sua maior parte homens, participando das oficinas, sobretudo, para formação para o trabalho.

Como o sul de Minas tem atividades econômicas rurais, uma das oficinas com maior número de participantes era o projeto da horta, seguido do grupo de artesanato. O quadro 12 apresenta informações sobre a naturalidade dos alunos matriculados no período de 1988 a 2015, por mesorregião.

Quadro 13 - Naturalidade dos alunos - por cidade e mesorregião

Mesorregião	Cidades
Sul e Sudoeste de Minas	Itajubá, Piranguinho, Piranguçu, Brasópolis, Delfim Moreira, Wenceslau Braz, São José do Alegre, Pedralva, Cristina, Maria da Fé, Borda da Mata, Passa Quatro, Ouro Fino, Alfenas, Varginha, São Sebastião do Paraíso
Metropolitana de Belo Horizonte	Betim, Alpinópolis
São Paulo - Vale do Paraíba	Piquete, São José dos Campos, Jacareí, Caçapava

Fonte: autoria própria (2023).

O quadro 13 demonstra que os alunos, no período de 1988 a 2015, tinham naturalidade e eram egressos de instituições das regiões do sul de Minas Gerais, Vale do Paraíba em São Paulo e região de Belo Horizonte (na história do tempo presente, considerada metropolitana). Já o quadro 13 a seguir, demonstra o número de alunos matriculados por ano e a situação de movimentação, no período de 1988 a 2015.

Quadro 14 - Análise quantitativa de alunos no período 1988-1997

Ano	Mat	SGM	SGF	Trans.	Aban.	Reint	Desis.	Falec.
1988	119	72	47	02	11	-	-	-
1989	96	59	37	08	11	-	-	-
1990	126	69	57	04	07	06	06	-
1991	105	73	32	06	02	04	07	02
1992	111	79	32	10	09	-	03	-
1993	103	73	30	07	15	14	-	-
								continua...

Ano	Mat	SGM	SGF	Trans.	Aban.	Reint	continuação	
							Desis.	Falec.
1994	100	78	22	01	10	10	-	01
1995	109	80	29	03	09	09	-	-
1996	142	106	36	08	-	36	-	-
1997	196	158	38	03	19	12	-	-
1998	160	144	16	-	12	14	-	-
1999	186	134	52	-	15	14	-	01
2000	215	173	42	-	30	14	02	-
2001	226	154	72	03	-	07	-	01
2002	223	149	74	10	15	34	-	-
2003	214	156	58	02	17	-	-	-
2004	203	155	48	04	17	-	-	-
2005	203	146	57	06	21	-	-	-
2006	199	141	58	01	16	-	-	-
2007	199	148	51	-	03	-	-	-
2008	171	117	54	-	12	-	-	-
2009	95	75	20	03	-	-	-	-
2010	235	170	65	01	06	-	-	-
2011	151	107	44	02	03	-	-	-
2012	177	120	57	02	03	-	-	-
2013	219	160	59	-	04	-	-	-
2014	152	107	45	06	01	-	-	-
2015	159	107	52	05	03	-	-	-

Legenda: Matric. - Número de Matrículas; SGM (Sexo/Gênero Masculino); SGF (Sexo/Gênero Feminino); Trans - Transferência; Aban. - Abandono; Reint - Reintegração; Desis - Desistência; Falec. - Falecimento.

Fonte: autoria própria (2023).

Dos dados do Quadro 14, destacam-se as seguintes informações:

Em 1988, ainda existia a modalidade de estimulação precoce e estimulação essencial, nas quais estavam matriculados 31 e 08 alunos, respectivamente.

Em 1990, aparece pela primeira vez, os registros de “Reintegrado” e “Desistente”. A reintegração como sendo retorno do aluno transferido/ abandono e a desistência como sendo a modalidade na qual há interesse, do

aluno ou familiar, da vaga na escola.

No período de 2000 a 2006, o número de alunos que abandonaram a escola teve um crescente número, mantendo-se considerável nesse tempo. Tal situação pode enunciar, além das reformas da ordem de infraestrutura, a situação de inclusão à escola regular.

Destaque para o número crescente de alunos, sobretudo após os anos 2000 e um marco institucional celebrado por ter mais alunos do sexo masculino do que alunas.

Essas informações institucionais levam a considerar que o objetivo da instituição era, pelo perfil das atividades pedagógicas, a inserção ao mercado de trabalho, reforçando as narrativas históricas sobre as pessoas com deficiência ocupando vagas de emprego em períodos marcados pela ditadura no Brasil e/ou as reformas escolares advindas desses momentos.

Há, também nesses dados, o processo de reintegração descrito pelos livros da escola como à inclusão do aluno à escola regular, mercado de trabalho ou família.

Demonstram-se as mudanças do modelo médico para o modelo social da educação, também, através das fichas escolares. A seguir a pesquisadora demonstra na Figura 48, o modelo inicial da escola, em 1988 e na Figura 49, o modelo do marco temporal final (2015).

A partir desses dados analisados no período foi possível estabelecer algumas observações nos perfis profissionais e dos estudantes.

Há, nas fontes históricas institucionais, a possibilidade de traçar uma espiral de acontecimentos, mudanças e intenções que permeiam a educação especial na perspectiva da escola Novo Tempo.

Nisso, destacam-se a formação social, política, econômica municipal e regional e a gênese da educação especial de Itajubá que culminaram na fundação da E.E.E.E. Novo Tempo perpassam a história da luta de classe, como versa o Manifesto Comunista, de: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (Engels; Marx, 1999, p. 40).

Figura 48 - Modelo de ficha de aluno, 1988, como o modelo médico se fazia presente na educação

FICHA DE MATRÍCULA Nº 69

E.C. de Itajubá Pré-Escolar e 1ª grau (1ª a 4ª série) Educação Especial

1- Dados do aluno:

Nome: _____

Naturalidade: _____ Data Nasc. _____

Nome do Pai: _____ Profissão _____

Local de trabalho _____

Nome da Mãe: _____ Profissão: _____

Local de trabalho _____

Endereço completo _____

Telefone para comunicação _____

Encaminhado por: _____

Motivo: _____

Médico que o atende: _____

Remédio controlado: _____ e _____

Tratamento especializado: Psicomotricidade / Psicoterapia (Apar

Situação Previdenciária: _____

Escola de Origem: _____

Documentos apresentados:

Relatório Circunstanciado + _____

Certidão de Nascimento + _____

Laudo Diagnóstico _____

2- Dados da Família:

Casa própria: cedida Tipo: alvenaria

Número de cômodos: 7

Renda familiar mensal: um salário mínimo

Número de filhos:

- maiores: _____ nasc. _____ fem. _____

- menores: 1 nasc. _____ fem. _____

Fonte: Arquivos digitalizados da escola - Imagem da Autora, agosto de 2024.

Figura 49 - Modelo de ficha de aluno, 2015, com dados pessoais e escolares detalhados

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS – SEE / MG											
FICHA DE MATRÍCULA DO ALUNO											
DENOMINAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO: E.E. NOVO TEMPO - EDUCAÇÃO ESPECIAL							CÓDIGO: 055573				
MUNICÍPIO: ITAJUBÁ					SRE: ITAJUBÁ						
BLOCO I – IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO											
1	NOME DO ALUNO						2	COR			
								BRANCA			
3	DATA DE NASCIMENTO	4	SEXO	5	NACIONALIDADE	6	NATURALIDADE	7	UF		
			M	BRASILEIRA		ITAJUBÁ		MG			
8	NOME DO PAI										
9	NOME DA MÃE										
10	NOME DO RESPONSÁVEL						11	GRAU DE PARENTESCO			
								MÃE			
12	ENDEREÇO			13	Nº	14	COMP	15	TELEFONE		
	Rua										
16	BAIRRO		17	DISTRITO		18	MUNICÍPIO		19	CEP	
							Itajubá				
BLOCO II – DADOS COMPLEMENTARES											
Ano 2015											
20	TIPO ENSINO	21	ETAPA/MÓDULO	22	PERÍODO/SÉRIE	23	TURNO	24	TURMA	25	DATA
	Educ. Especial				5º ano						29/01/2015
26	SITUAÇÃO DO ALUNO NA SÉRIE ATUAL		27	SITUAÇÃO DO ALUNO NO ANO ANTERIOR		28	ESTABELECIMENTO DE ORIGEM DO ALUNO		29	LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ORIGEM DO ALUNO	
	<input type="checkbox"/> Primeiro ingresso no tipo de ensino <input type="checkbox"/> Novato na série <input type="checkbox"/> Repetente por ter sido reprovado <input type="checkbox"/> Repetente por ter se afastado por abandono <input type="checkbox"/> Repetente apesar de ter sido aprovado		<input type="checkbox"/> Foi aprovado <input type="checkbox"/> Foi reprovado <input type="checkbox"/> Abandonou <input type="checkbox"/> Não frequentou		<input type="checkbox"/> Própria Escola <input type="checkbox"/> Transferido de outra Escola <input type="checkbox"/> Outra				<input type="checkbox"/> Zona urbana <input type="checkbox"/> Zona rural		
30	TIPO DE ENSINO CURSADO NO ANO ANTERIOR										
	<input type="checkbox"/> Educação Pré-escolar <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Curso Regular de Suplência / Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Curso Especial de Suplência / Ensino Fundamental					<input type="checkbox"/> Curso Regular de Suplência / Ensino Médio <input type="checkbox"/> Curso Especial de Suplência / Ensino Médio <input type="checkbox"/> Educação Especial <input type="checkbox"/> outro tipo de ensino					
31	REDE DE ENSINO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO FREQUENTADO NO ANO ANTERIOR					32	MUNICÍPIO, UF OU PAÍS DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO FREQUENTADO NO ANO ANTERIOR				
	<input type="checkbox"/> Federal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Particular					<input type="checkbox"/> Neste Município <input type="checkbox"/> Outro Município deste Estado. Qual? <input type="checkbox"/> Outra UF. Qual? <input type="checkbox"/> Outro país. Qual?					
NOME DA ESCOLA DE ORIGEM:											
BLOCO III - ASSINATURAS											
33	PAI, MÃE OU RESPONSÁVEL										
34	DIRETOR(a)				35	SECRETÁRIO(a)				36	DATA DA MATRÍCULA
											29/01/2015

As fontes relataram que a luta de classe na arena da educação especial de Itajubá se reflete na divisão social e sexual do trabalho e, ainda, no papel da educação para a pessoa com deficiência com vistas aos interesses do capital.

Eis o ponto de encontro da tônica levantada na pesquisa, a explicar-se: O cenário local e regional estabelecido na seção quatro, as questões socioambientais da exclusão demonstradas na cinco, agora, somam-se aos dados institucionais.

Isso é essencial para a tese, uma vez que permitirão tais debates, através do prisma marxista, acerca do papel social da escola e do processo de inclusão/exclusão que se dará no texto seguinte.

AS LINHAS INSTITUCIONAIS DA MARGEM E MONTANHA: DISPUTAS E CONTRADIÇÕES

*“Não há instituição sem história e não há história sem sentido. O desafio é trazer à luz esse sentido e, com frequência, há boas surpresas.”
(Sanfelice, 2007, p. 79).*

José Luis Sanfelice foi um pensador e acadêmico brasileiro que desempenhou um papel fundamental na reflexão sobre a história das instituições, especialmente, no contexto das ciências sociais e da sociologia.

Sua contribuição para o estudo das instituições vai além de uma simples análise histórica, focando em como essas estruturas sociais se formam, se modificam e impactam a sociedade (Siquelli; Molina, 2022).

Segundo Siquelli e Molina (2022), Sanfelice foi pioneiro na análise das instituições brasileiras, a partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar, a discorrer sobre as influências de diferentes interesses sociais, ideológicos e econômicos, bem como os processos de colonização e independência.

É sob esse legado, compreendendo que há surpresas no campo da história da educação, sobretudo na história das escolas especiais que a seção sete desta tese vem alinhar a história e o sentido de se estudar a E.E.E.E. Novo Tempo.

Essa essência será trazida à luz pelo aprofundamento da análise das fontes e dados levantados na instituição e sua história, bem como nos aspectos que a circundam.

Dessa forma, Sanfelice nos direciona ao entendimento de que o estudo da história das escolas é fundamental para compreender a educação. Partindo do ponto de que a educação como um direito social, conforme a Constituição de 1988, qual é o papel social da escola? O que as fontes revelaram sobre o papel social da E.E.E.E. Novo Tempo?

7.1 O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

Segundo Canário (2002), para melhor definição de escola, é necessário considerar três eixos que a constituem: a forma, a organização e a instituição. A primeira aborda a concepção, métodos e conteúdo; a segunda abrange como a construção do saber é organizada no coletivo e a última, é sua face instituída, regulamentada, que reflete valores e nível cultural de cada sociedade.

Na perspectiva institucional, portanto, dá-se a possibilidade de articulação do conjunto de valores para a formação dos sujeitos ou, como o autor menciona: “fábrica de cidadãos” (Canário, 2002).

Então, conclui-se que a escola é uma instituição social que tem como objetivo a aprendizagem e a formação de cidadãos. Refletindo sobre o objeto de pesquisa, a Escola Estadual de Educação Especial tem por papel social formar as pessoas com deficiência em cidadãos e portanto, indivíduo detentor de direitos civis e políticos.

Nasce, nessa esteira, o sujeito possuidor de direitos sociais que, à luz do artigo sexto da Constituição Brasileira, são: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (Brasil, 1988).

Nesse encontro nodal, a educação é a interface do trabalho. Assim, a educação especial, tendo um público específico de pessoas com deficiência, deve ser capaz de formar cidadãos aptos ao trabalho. É a visibilidade PCD originária do bojo capitalista.

Dessa forma, as fontes demonstram que a Escola Novo Tempo atende a essa demanda, tanto em termos simbólicos como práticos. Com gênese numa sede de escola de artífices (Estadual Agrotécnica, agora Estadual Wenceslau Braz), seu papel social na formação para o trabalho segue expressos nos projetos e oficinas.

Como exemplos dessa educação direcionada ao trabalho têm-se dois registros de fontes distintas. A primeira trata-se da figura/foto 42 como registro de um projeto de desenvolvimento de horta que possui duas vertentes: o aproveitamento do saber do aluno oriundo da região sul mineira e a intenção de continuidade na formação de mão de obra, retroalimentando o sistema agrário das cidades circunvizinhas.

A outra situação pode ser demonstrada nos dados coletados dos anuários de matrícula. Neles, após a tabulação que originou o quadro 10 desta tese, percebe-se o objetivo profissionalizante das atividades a partir do ano de 1999 e destaque para o aparecimento das expressões “integração” e/ou “inserção no mercado de trabalho”, a partir do ano de 2002.

Ainda nisso, como forma de reforçar tal intenção, em 2004, as oficinas ganham complementos de “formação semiprofissional” com registro no projeto pedagógico, no ano de 2007.

Mesmo que a intenção seja incluir a pessoas com deficiência, na escola e no mercado de trabalho, é importante frisar que esse sistema educacional possui suas contradições: da mesma forma em que o sistema através de dispositivos legais e políticas públicas (como as cotas de contratação de pessoas com deficiência nas empresas de iniciativa privada e nos setores públicos, através de processos seletivos e concursos) cria oportunidades para a inserção das pessoas no mercado de trabalho formal, culpabiliza e exclui aqueles que não atingirem tais patamares (Diniz, 2012; Lopes; Solvalagem; Busse, 2020).

Há, nesse nó educação/trabalho para pessoas com deficiência, duas perspectivas. Na primeira, a questão da empregabilidade e na segunda, a perspectiva marxista.

Primeiramente, o que antes eram desafios escolares/educacionais, na fase adulta, passa a ser a dificuldade de empregabilidade. Teixeira (2003) versa que as habilidades se traduzem em competências que podem ser adquiridas mediante o esforço pessoal. No entanto, a redução da oferta de trabalho e das possibilidades de qualificação profissional, devido às crises do capital, contribui para agravar as tendências de exclusão social dos menos aptos.

Em seu artigo “Corpo (in)capazes”, Anahí de Mello, renomada doutora uspiana, fala que a crítica marxista, as lutas anticapacitistas e anticapitalistas estão do mesmo lado da trincheira. Isso posto, é nesse mote que os padrões de corponormatividade da estrutura social itajubense demonstra-se pouco afeita à diversidade, como vê-se na E.E.E.E Novo Tempo.

Na perspectiva marxista, a pessoa com deficiência é um corpo fora da ordem capitalista, por ser um corpo de “menor valor” e “incapaz” para o trabalho e por isso um obstáculo para a produção. De fato, as pessoas com deficiência são um grupo social bastante invisibilizado das lutas anticapitalistas e dos debates sobre o mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, apesar da materialidade do corpo deficiente ser fortemente demarcada do ponto de vista da “aptidão” para o trabalho (Mello, 2023).

Em ambos os pontos de vista, há um processo de reforço às discriminações, preconceitos e exclusões que se inicia na escola especial, na tenra idade, e vai acompanhar o sujeito até a fase adulta. Com isso, nasce a seguinte provocação: para as pessoas com deficiência, educação e trabalho são mesmo um direito social?

7.2 AS DISPUTAS NA ARENA DA NOVO TEMPO

Para compreender a educação como área do saber que também é uma arena de disputa social, cultural e ideológica faz-se necessário discorrer sobre o cenário sul mineira, sobretudo o itajubense.

A educação, considerada de forma ampla, na qual se abarca as escolas, a casa, a igreja e demais grupos sociais (institucionais ou não) que representam e reproduzem valores os quais são repetidos por gerações.

Estudiosos da sociologia e da psicologia, como Rohling (2017) e Barreto (2018), respectivamente, continuam seus estudos sobre Durkheim e o senso de moral e controle coercitivo na educação, através da modelagem de comportamentos.

[...] Dessa forma, Durkheim entende que cada sociedade, ao longo de sua história, cria suas próprias regras morais, as quais, vistas como um sistema, são profundamente distintas dos demais conjuntos morais de outras sociedades. Isso quer dizer que cada sociedade, tomada individualmente, é a gênese de seus princípios morais (Rohling, 2017, p. 5).

Nesse sentido, segundo a teoria de Durkheim, para analisar os fenômenos morais, o pesquisador deve considerar a historicidade da moral. Aqui, o viés sociológico permitirá a intersecção com a história regional e da educação.

Em Minas Gerais, com enfoque na região sul mineira, essa concepção da educação como estratégia de controle social e coerção decorre da influência de duas instituições: a igreja católica e as forças armadas. Ambas, a seu modo, foram marcantes para a formação social, política e econômica do contexto da E.E.E.E. Novo Tempo, nosso objeto de estudo desta pesquisa.

O estado, sobretudo, o sul, possui uma longa história de envolvimento com as forças armadas, que remonta ao período colonial, na guarda e travessia das pedras preciosas e ouro das capitânicas.

Das minas oriundas da montanha que chora, Itajubá emergiu com características peculiares e conservadoras, dentre elas destaca-se a influência positivista.

Conforme o capítulo “Revisitando a estrutura da educação brasileira” de Cruvinel e Farias (2023), o positivismo, criado pelo filósofo francês Auguste Comte, pregava a aplicação da ciência e da razão para a organização da sociedade e a resolução de problemas sociais, destacando-se pelo otimismo em relação ao progresso e à ordem social.

No Sul de Minas Gerais, o positivismo encontrou um terreno fértil, especialmente entre as elites urbanas e os militares, que buscavam alternativas para consolidar um Brasil republicano e moderno após a Proclamação da República em 1889. A busca por uma sociedade mais racional, com base em

princípios científicos, se refletiu nas reformas educacionais, no fortalecimento das instituições públicas e na ênfase na ordem como fator para o progresso nacional (Arquivo da Academia Itajubense de História, 2024).

Fontes militares do acervo do Museu do Batalhão 4º BE Cmb de Itajubá demonstram que o movimento positivista teve grande destaque nas cidades de Varginha, Lavras, Pouso Alegre, Itajubá e outras, onde intelectuais e políticos aderiram aos ideais da ordem, do progresso e da moral científica.

O positivismo também se refletiu na criação de novos projetos de desenvolvimento social, que buscavam modernizar a infraestrutura da região, como as ferrovias e escolas técnicas, e promover o crescimento econômico com base na agricultura, comércio e nas primeiras indústrias.

Como exemplo disso, a figura 5 e 12 desta tese demonstram, respectivamente, a fachada/entrada de acesso ao Batalhão 4º BE Cmb de Itajubá e o Brasão Heráldico da bandeira do município.

Além do positivismo, com sua ênfase no método científico e na razão, outro destaque para a construção social e os embates ideológicos que envolvem a educação sul mineira, está o movimento higienista.

O estudo histórico de 1900 a 1930 realizado por Góis Júnior (2003), publicado no artigo “Higienismo e positivismo no Brasil: unidos e separados na campanha sanitária (1900 - 1930)” versa sobre a criação do higienismo, no Brasil, como uma resposta às condições precárias de saúde pública, especialmente nas grandes cidades, que estavam passando por um rápido processo de urbanização e industrialização.

Ainda baseado nesse estudo, a corrente higienista defendia uma abordagem científica para a saúde, adotando medidas como a construção de sistemas de esgoto, a melhoria no abastecimento de água e o combate ao lixo e à poluição. Essas propostas, muitas vezes aplicadas de forma autoritária, visavam a construção de uma “nova ordem” que garantisse a saúde e o bem-estar da população, como um reflexo das ideias positivistas sobre a importância da ordem e do progresso como mecanismos de civilização (Góis Júnior, 2003).

Entretanto, o movimento higienista também tem uma face autoritária, pois suas ações muitas vezes envolviam a imposição de normas e mudanças sem considerar a participação popular. As campanhas de saneamento, por exemplo, foram realizadas sem diálogo com as camadas mais pobres da população, que eram as mais afetadas pelas condições de moradia insalubres, criando uma divisão entre os “higienizados” e os “marginalizados” das reformas.

Vale ressaltar que a influência do positivismo na corrente higienista foi decisiva para a formulação de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de saúde e à reorganização das cidades brasileiras. Essa associação

positivismo-higienismo não se deu sem contradições, pois se sobrepôs às necessidades das classes mais pobres e foi aplicado de maneira muitas vezes autoritária e excludente (Cassani; Ferreira Neto; Santos, 2020).

Os impactos e influências positivistas e higienistas tiveram no campo da educação interesses de disputa da elite sul mineira, se destaca nos mais variados segmentos: a escolarização militar, a superior técnica, a escola de artífices ou agricultura e as escolas domésticas (Arquivo da Academia Itajubense de História, 2024; Brasil, 1909; Silva, 2019, 2021).

Cada uma dessas porções, com uma intencionalidade e grupo social: a escola militar e o batalhão para a continuidade das atividades de construção de pontes e a própria salvaguarda municipal; a criação do instituto eletrotécnico para a formação da elite que verteram trabalho especializado para as empresas itajubenses, direta ou indiretamente; a formação da classe trabalhadora como executora das atividades de serviços e manutenção das atividades agrícolas (onde pode-se considerar além dos imigrantes, as pessoas com deficiência como seu público alvo) e a formação das mulheres (que discutiremos em outra seção).

As figuras 9 e 10 desta tese são exemplos dessa distinção, demonstrando as primeiras turmas do Instituto Eletrotécnico e Mecânico e seu fundador, Theodomiro Santiago, filho de uma das famílias itajubenses mais tradicionais. O mesmo gestor que não mediu esforços para contratação de professores estrangeiros para a educação técnica da elite foi, também, anos antes o diretor do educandário Dom Bosco, criado para filhos de imigrantes e órfãos, demonstrado na figura 13.

Não por mera participação, Santiago ser gestor das duas instituições. Tais vivências demonstraram intenções sociais, políticas e econômicas para com Itajubá e região. Calçado pela influência do cunhado, o presidente Wenceslau Bras e como forma de atender aos interesses de mão de obra do pai e demais empresários da região, as instituições atrelaram as duas possibilidades, a formação técnica da elite e a manutenção da força de trabalho das classes populares (Pereira, 1997).

Dessa maneira, entre a montanha e a margem do Rio Sapucaí, ladeado pela influência positivista e higienista, as salas de aula da educação especial de Itajubá ganharam espaço, forma e gestão. Das meninas surdas educadas pela Madre Rafael até o educandário que viria dar origem às salas da E.E.E.Novo Tempo no fim da década de oitenta, muito do tecido verde oliva e dos rosários foram usados.

Nos dados tabulados, encontrados nas fontes do acervo da escola “Novo Tempo” que corroboram para a construção do quadro 12, destacam-se as informações de que o público-alvo da instituição, de 1988 a 2015, foi de origem/

naturalidade ou eram egressos de instituições das regiões do sul de Minas Gerais e Vale do Paraíba em São Paulo.

Tais informações indicam baixa mobilidade social, tanto pela educação quanto pelo trabalho, uma vez que as pessoas com deficiência continuam a aumentar as fileiras da classe trabalhadora sul mineira, dentre outras minorias.

7.2.1 Das questões socioeconômicas e estruturais

Continuando a espiral histórica da instituição “Novo Tempo”, é essencial explicar que a corrente higienista e o positivismo impactaram, também, a arquitetura, o planejamento urbano e a formação das cidades (Góis Júnior, 2003).

Como isso se deu nas questões socioambientais? A ideia de um ambiente saudável como condição para o progresso se refletiu em projetos de reformas urbanas que buscavam criar bairros mais limpos, com ruas mais largas, ventiladas e com espaços verdes. Essas reformas eram vistas como fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e para a construção de uma sociedade moderna e progressista.

As figuras 23 a 28, marcam o caminho de acesso dos alunos e profissionais à Escola Novo Tempo e a Escola Estadual Wenceslau Brás. Sem acessibilidade ou segurança, essas instituições estão cravadas aos pés da Mantiqueira, ladeadas pela reserva de Anhumas e às margens do Rio Sapucaí.

Em termos ambientais, há aspectos de preservação da área por parte das comunidades dessas escolas, no entanto, situações de violência já mencionada nesta tese e as fortes chuvas que aumentam o volume de água do Sapucaí até transbordar são respostas externas e fora do controle das gestões escolares.

Há que se debater, então, o espaço geográfico enquanto território e com isso, compreender os modos de ocupação e utilização das áreas, podendo ser um fator de discriminação e a exclusão social (Santos, 2005).

A forma como as cidades e os campos são estruturados, distribuídos e vivenciados reflete e reforça desigualdades sociais, econômicas e políticas. A geografia, em muitas situações, se torna um mecanismo que delimita o acesso de diferentes grupos sociais a recursos e oportunidades, criando barreiras físicas e simbólicas que segregam e marginalizam (Santos, 2013).

Em muitas sociedades, especialmente nas grandes cidades, o espaço geográfico é profundamente marcado por divisões sociais que geram desigualdade. A localização de moradias, serviços de saúde, escolas e equipamentos de lazer, por exemplo, é frequentemente determinada por fatores econômicos e sociais. As áreas mais ricas e privilegiadas, com acesso a infraestrutura de qualidade, segurança e serviços públicos, são geralmente ocupadas por classes mais altas,

enquanto as periferias urbanas e as favelas são ocupadas por populações de classes sociais mais baixas, muitas vezes compostas por grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas e imigrantes.

Dessa maneira, entende-se que essa organização espacial não é acidental. Ao contrário, ela é produto de processos históricos de segregação, muitas vezes exacerbados por políticas públicas excludentes e pela lógica do mercado, que, ao priorizar o lucro e os interesses dos mais poderosos, exclui aqueles que não possuem recursos suficientes para acessar ou habitar as áreas mais centrais e valorizadas das cidades.

Como resultado disso, estão as formações de territórios de exclusão, onde as condições de vida são precárias, o acesso à educação e à saúde é limitado e as oportunidades de emprego e de ascensão social são reduzidas (Santos, 2005).

Além da segregação espacial, os territórios de exclusão estão associados ao fenômeno de estigmatização social que rotulam negativamente os moradores de bairros periféricos, aglomerados e favelas, de forma a considerá-los “problemáticos” ou “perigosos” pela sociedade.

Herança higienista na formação e organização das cidades, essa percepção distorcida reforça o preconceito e a discriminação, criando um ciclo de exclusão que dificulta ainda mais a mobilidade social e a construção de uma identidade de pertencimento e dignidade para os indivíduos que habitam esses espaços (Cassani; Ferreira Neto; Santos, 2020).

Além dessas questões supracitadas, o espaço geográfico também é utilizado como ferramenta de controle social, restringindo o acesso de seus habitantes aos direitos e serviços essenciais, como transporte, segurança, lazer e emprego.

Resistindo às marginalizações e exclusões, no decorrer desta pesquisa foram apontados os desafios da E.E.E.E. Novo Tempo, contudo, a participação da comunidade itajubense na manutenção e conservação da escola frente a essa situação de vulnerabilidade faz com o que a escola continue suas atividades até os dias de hoje, no mesmo território.

Mesmo que as condições não sejam satisfatórias, tais situações não podem ser naturalizadas há que se destacar que a formação do espaço urbano, o lugar e o território podem mitigar ou adensar os processos de dominação social e, por isso, sentenciar os sujeitos PcDs para além das margens da montanha ou do Sapucaí. O marco referencial situacional do Projeto Pedagógico da Escola (2022), na figura 37, versa sobre as vulnerabilidades da escola em relação ao espaço/território ocupado.

Adensando o debate da seção cinco, destaque para o marco referencial situacional, excerto do Projeto Pedagógico da Escola. Nele, frisamos – “A escola

está localizada próximo a bairros de vulnerabilidade social e econômica. É afastada do Centro Comercial da cidade próxima a BR459 - Rodovia Federal.”

Mesmo com as reformas de 2006 e 2010, pouco do espaço geográfico foi modificado para a segurança da região. O território e a comunidade ainda se encontram vulneráveis uma vez que seu entorno continuou o mesmo, as mudanças foram na infraestrutura para aumento do número de salas de aula, de atendimentos terapêuticos e quadra para esportes, presentes nas fontes/figuras 29 e 30.

No tocante às questões estruturais, nessa seção, são apresentadas as fontes relativas à infraestrutura, às práticas escolares e pedagógicas da EEE Novo Tempo, no período de 1988 - 2015.

A figura 32 demonstra a Identificação e Histórico da EEEE Novo Tempo. Tendo como fonte direta o documento de Regimento Escolar (2022) nota-se que as forças políticas em ação para materializar a escola, criada e autorizada por decreto e portaria de 1987, respectivamente, leva quase dois anos para encontrar nas salas cedidas da Escola Estadual Wenceslau Braz, seu primeiro espaço para funcionamento.

Reforçando a “cultura do improviso” que marginaliza e segrega, por meio da escolha do espaço físico e suas barreiras arquitetônicas, assim como ocorre com a gênese das escolas hospitalares, por exemplo (Ribeiro, 2019; Rolim, 2015).

A escola agrotécnica tem sua espiral histórica, a localidade da fazenda Anhumas, antiga produtora cafeeira que foi cedida para Wenceslau Bras implementar o Lar dos meninos. A Figura 13 desta tese apresenta registro do Instituto Dom Bosco e o exemplo de uma estrutura de fazenda de engenho, já criticada em seções anteriores.

Como os relatos sobre a história de Itajubá e região, a família de Theodomiro Santiago e Wenceslau Brás tiveram contribuições políticas e sociais que impactaram para a educação pública, a educação especial e superior no sul de Minas.

Em 2006 e 2010 foram realizadas expansões e a escola “Novo Tempo” saiu do “improviso” para a expansão e reconhecimento por meio de benfeitores, beneméritos e empresas.

As ações caritativas eram feitas em nome de instituições como Rotary Club, Furnas e empresas de capital privado - a primeira instituição para continuar seu legado e missão filantrópico, a segunda, como uma representação do estado minério e dos grupos sociais/políticos a quem ela representa e a terceira, para as isenções de impostos, por meio dos programas de responsabilidade social e garantia de pontuações para as ISO, dentre outras certificações. A fonte que demonstra tal cenário trata-se da figura 41 na qual se apresenta a ata de inauguração das novas instalações.

A figura 33, que destaca o histórico da Escola, indica (assim como os dados das tabelas) que, apenas quatorze anos depois, a instituição possui fôlego financeiro para a primeira reforma e provisão de novas instalações, como demonstram as placas da figura 36.

De acordo com o histórico da escola no regimento atual (2022), na figura 33, em 1982, a escola especial inicia suas atividades na APAE. Sentido necessidade de separar as salas para grupos específicos se alfabetizarem, em 1987, a escola foi criada por um decreto, continuando suas atividades em 1988, como Escola Especial de Itajubá. Com o aumento da procura para matrículas, as salas cedidas foram ocupadas em 1989.

A dificuldade de encontrar fontes nos acervos das escolas que interseccionam a criação da E.E.E.E. Novo Tempo se constituiu num desafio para pesquisa. As fontes encontradas retratam a história do município, a militarização, a influência e criação de frentes e escolas católicas, a institucionalização da escola técnica que, outrora, seria o Instituto eletrotécnico (atual, Unifei). Tais dificuldades indicam que, além dos processos de invisibilização criado pelo território geográfico, as memórias e as narrativas do início da “Novo Tempo”, enquanto instituição sofreram “*damnatio memoriae*”¹⁰.

A organização dos dados para análise que compuseram as discussões, foram extraídos tendo como fonte os livros/cadernos da figura 39, os quais ficam sob guarda da secretaria da E.E.E.E Novo Tempo.

As atas de reunião da figura 40 apresenta a estrutura pedagógica no início das turmas da escola, nos anos 90, como registro de apresentação de pauta de reunião pedagógica, assim transcrita:

Apoio pedagógico realizou uma reunião, com objetivo de esclarecer o atendimento dos alunos encaminhados para a Escola Especial e o perfil dos alunos, de acordo com seu nível de ensino: Nível IA (nível pré-silábico); Nível IB (nível silábico restrito); Nível II (nível silábico alfabético); Nível III (nível alfabético) e Sala de apoio - aquém dos níveis propostos como período preparatório para inserção no Ensino Especial.

Sobre as práticas escolares, é importante ressaltar que as críticas se referem às intenções das mesmas e não, os meandros pedagógicos, uma vez que se trata de uma pesquisa sobre História da Educação, sob a perspectiva da História das Instituições.

Primeiramente, é essencial mencionar que, na espiral histórica de 1988 até 2015, muito da história institucional se transformou para continuar atendendo às legislações em vigor e atendendo ao modelo estadual. Contudo, aqui trata-se

¹⁰ *Damnatio memoriae* é uma expressão em latim que significa “condenação da memória”. Era uma pena do Direito Romano que consistia em apagar todos os vestígios de uma pessoa, como se ela nunca tivesse existido.

da análise do trabalho com projetos, oficinas, esporte/desporto e cultura (coral), presentes nas figuras 42,43 e 44, com vistas a compreensão do processo de discriminação e exclusão.

Nesse sentido, pergunta-se: O modelo pedagógico de oficinas para pessoas com deficiência tal qual era trabalhador nas de artífices Wenceslau Braz é educativo ou trata-se apenas de um formador de mão de obra executora para a região? (Brasil, 1909).

Além das atividades de oficinas e passeios, a educação especial também foi alvo da formação do trabalhador atleta. O que dizer com isso? Não raro as pessoas com deficiência conseguem acessar a educação através do esporte e paradesporto, não sendo diferente para a E.E.E.E. Novo Tempo que, desde o início de suas atividades, incentiva práticas esportivas como é possível demonstrar na figura 43, com a Composição de registros das atividades de Olimpíadas escolares, com fonte no Livrão da escola (Figura 38). Tais práticas têm bases em estudos como a revisão sistemática, na área da educação física, na qual se destaca o excerto:

[...] O ensino dos paradesportos por PcD enriquece a aprendizagem ao combinar experiências pessoais com as informações do paradesporto estudado. Isso promove a troca de conhecimentos entre os participantes, permitindo uma visão mais realista do esporte, incluindo os desafios e as barreiras enfrentados por PcD na sociedade (Fraga; Silva, 2024, p. 11).

Outra atividade, interseccionada entre a educação, cultura e lazer, é a música. Por meio dela, seja pela prática de instrumentos ou canto coral. Como demonstra a figura 44, a composição dos registros do coral da escola demonstra que a arte e a cultura, como o que se destaca nos estudos de musicalização para a inclusão de PcDs, dentre os quais destacamos, os relatos de casos de Silva (2015) e as bases teóricas de Louro, cujo excerto segue:

[...] A música pode atuar como facilitador de diversas aprendizagem na educação de crianças com NEE, podendo auxiliá-las no processo de desenvolvimento cognitiva, motor, oralidade, socialização, respeito, entre outros. Para nós a maneira de direcionar e propor a atividade que muda, e não o modo de tratar o aluno que tem necessidades educacionais especiais. Assim, todos se beneficiam e aprendem. Assim, todos são incluídos! (Louro, 2009, p. 24).

É compreensível a proposição e execução dessas atividades nesta instituição de educação especial, pela óptica dos saberes e práticas pedagógicas. Contudo, faz-se importante enfatizar que, na perspectiva do modelo médico da deficiência, esporte/paradesporto e arte/cultura podem ser formas de coerção e contenção social.

Como a educação é frequentemente vista como um pilar fundamental para o desenvolvimento individual e social, promovendo o conhecimento, a

cidadania e a inclusão, dentro dos modelos positivistas e capitalistas, pouco se falam que esse mesmo esteio pode ser uma ferramenta de coerção e controle social (Barreto, 2018).

Na educação especial e nas práticas de inclusão das pessoas com deficiência, essa dualidade se manifesta em diversos aspectos da estrutura educacional e nas práticas pedagógicas (Diniz, 2012; Fraga; Silva, 2024).

Historicamente, sistemas educacionais têm sido utilizados para perpetuar ideologias dominantes e moldar comportamentos. Através do currículo, é possível enfatizar certos valores e narrativas que favorecem grupos específicos, enquanto marginalizam outros. Por exemplo, a forma como a história é ensinada pode reforçar a visão de um grupo social sobre o passado, desconsiderando as experiências e contribuições de minorias, como as pessoas com deficiência.

Além disso, a educação pode servir como um mecanismo de controle social ao estabelecer normas e expectativas que os indivíduos devem seguir. Desse modo, a educação também pode ser utilizada como uma forma de controle ideológico, onde instituições educacionais promovem uma visão de mundo que favorece a manutenção do status quo. Nota-se, portanto, uma continuidade das práticas de contenção, desenvolvimento de habilidade social e funcionalidades que, mascaradas de práticas pedagógicas, ainda são utilizadas na educação especial das pessoas com deficiência.

Tanto o esporte como a arte podem ser mais do que simples atividades recreativas ou de entretenimento, uma vez que já foram utilizadas por governos e instituições para moldar comportamentos, promover ideologias e manter a ordem social. Nesse caminho, percebe-se ao longo dos vinte e sete anos de análise das fontes da E.E.E.E. Novo Tempo que o modelo médico ainda se faz muito presente, demonstrando que ainda há influências assistencialistas e terapêuticas.

O assistencialismo na educação das pessoas com deficiência é um tema que suscita debates importantes sobre inclusão, direitos e a qualidade do ensino. Historicamente, a abordagem assistencialista tem se manifestado como uma forma de atender às necessidades das pessoas com deficiência de maneira pontual e muitas vezes superficial, focado em oferecer suporte básico em vez de promover uma educação que realmente considere suas potencialidades e direitos (Sarmiento; De Almeida Torres, 2023).

Esse modelo assistencialista tende a perpetuar a ideia de que as pessoas com deficiência são dependentes e necessitam de ajuda constante, o que pode limitar suas oportunidades de desenvolvimento e autonomia. Em vez de serem vistas como indivíduos com habilidades e capacidades únicas, muitas vezes são tratadas como objetos de caridade, o que reforça estigmas e preconceitos (Ribeiro, 2019).

Na prática, o assistencialismo se traduz em políticas educacionais que priorizam a inclusão física em salas de aula, mas que falham em garantir uma educação de qualidade e adaptada às necessidades específicas de cada aluno (Sarmiento; De Almeida Torres, 2023).

7.2.2 Das questões de gênero

As diferenças de gênero referem-se às distinções sociais, culturais e comportamentais que são atribuídas a homens e mulheres, e que vão além das diferenças biológicas. Essas distinções influenciam a forma como indivíduos se comportam, se relacionam e são percebidos na sociedade. Historicamente, as diferenças de gênero têm sido utilizadas para justificar desigualdades e discriminações. Em muitas sociedades, papéis de gênero tradicionais definem expectativas específicas para homens e mulheres (Vieira; Mormul, 2020).

Por exemplo, homens frequentemente são associados a características como força, assertividade e liderança, enquanto mulheres são frequentemente vistas como cuidadoras, sensíveis e submissas. Essas expectativas podem limitar as oportunidades e a liberdade de escolha de indivíduos, restringindo seu potencial e contribuindo para a perpetuação de estereótipos.

As questões de gênero estão fortemente marcadas no sul de Minas, tanto na formação política e social das cidades, quanto nas instituições e suas representatividades. Como já demonstrado na figura 8 e sua crítica, como forma de retratar o papel secundário das mulheres e demais minorias.

Para além do citado na figura datada da inauguração do Instituto Eletrotécnico de Itajubá, o contexto escolar como os educandários (a exemplo do Dom Bosco) e as escolas domésticas merecem ser compreendidos para a construção do ideário de submissão, pobreza, marginalidade e gênero nas terras sul mineiras.

Entre as “Maria Fumaça”, os brados militares e as rezas católicas, nada de novo: para a elite, educação e formação intelectual. Para as camadas populares, a contenção, o treinamento de habilidades e a formação para o trabalho.

Estudos sobre a educação feminina ainda emergem dentre as montanhas. Dentre esses destacamos dois realizados em Brasópolis, localizada acerca de 27 quilômetros de Itajubá. No primeiro estudo, compreendido no período de 1927-1965, houve uma análise dialética sobre o currículo e a formação da instituição escola para moças no sul de Minas Gerais.

Articulando variadas fontes com os referenciais da História da Educação, Educação Feminina e Ensino Profissional, buscou-se responder: Quais as influências do currículo na formação das alunas da Escola Doméstica de Brazópolis? Como início da trilha partiu-se da premissa de que esse ensino

alinhava inicialmente com a elite e que, apenas poucas vagas custeadas pelo município e o Estado, as alunas menos favorecidas poderiam desenvolver-se para um trabalho ou obrigações do lar (Silva, 2019).

Já na segunda pesquisa, frutificada em dissertação intitulada “A Escola Doméstica de Brazópolis: para além das montanhas mineiras (1927-1932)”, Silva (2021) ampliou seu lastro buscando compreender a criação da primeira escola doméstica de Minas Gerais que tinha por objetivo formar mulheres para o lar e a maternidade (educar o cidadão do amanhã pela lógica da maternidade), diminuir casos de divórcios e modernizar a região, possibilitando seu desenvolvimento econômico e social.

Essas pesquisas demonstram que Itajubá seguiu a mesma linha para a formação e controle social das mulheres. Situação que se repete até a história do tempo presente, de outros modos e narrativas.

Essas questões de gênero são complexas e multifacetadas, influenciadas por fatores sociais, culturais e históricos. E foram, conforme Sanfelice (2007), surpresas desveladas nos dados institucionais de 1988 a 2015.

Os dados compilados nas fontes da E.E.E.E Novo Tempo mostram essa realidade e puderam ser expressos no quadro 11 desta tese. Nele, destacam-se as informações:

1. O número de servidores/contratados cresce nos primeiros cinco anos de funcionamento, tendo períodos de estabilidade e novo crescimento com a mudança de contratação dos professores, em 2007;
2. No período analisado, houve 214 posses/contratações, sendo dessas 185 do sexo/gênero feminino (86,45%); O perfil sexual dos recursos humanos da EEEE Novo Tempo passa a apresentar alterações a partir de 2013, com maior número de trabalhadores homens.

O item um se deve ao fato das mudanças legais durante o período estudado e, com o número crescente de alunos, aumentou o número de servidores e terceirizados no quadro de pessoal da instituição. Contudo, é no item dois desse quadro que as diferenças de gênero se destacam, conferindo aos primeiros vinte e cinco anos, maior número de mulheres servidoras, ocupando os diversos cargos da escola.

Nessa perspectiva, faz-se a seguinte provocação: Para as mulheres, o cuidado e o trabalho do cuidado?

Esses números são diferentes, quando analisados sob a óptica do número de alunos. O quadro 13 trouxe o número de alunos matriculados por ano e a situação de movimentação, no período de 1988 a 2015. Com números variáveis anualmente, em função da evasão escolar, chama atenção para os números referentes ao recorte histórico da pesquisa: 1) Em 1988, totalizavam 119 alunos

matriculados, sendo desses 72 do gênero masculino e 47, do feminino; 2) Em 2015, totalizavam 159 alunos matriculados, sendo desses 107 do gênero masculino e 52, do feminino.

Ao longo dos vinte e sete anos, o número geral de alunos aumentou cerca de 33,61% e desse acréscimo, nota-se não apenas a prevalência do gênero masculino como também, no percentil de alunos matriculados 22,96%.

Reitera-se a provocação – Pelo recorte de gênero, a E.E.E.E. Novo Tempo reflete a formação socioeconômica da região sul mineira: Para as mulheres, o cuidado e o trabalho do cuidado e para os homens, a formação para o trabalho.

Marx e Engels (1977, p. 70), na obra *Ideologia Alemã*, versam que “a primeira divisão do trabalho é a que se faz entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Eis o primeiro desenho da divisão social do trabalho que, de acordo com os dados aqui descritos, se mostra também como divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é um conceito que se refere à maneira como as tarefas e responsabilidades são distribuídas entre homens e mulheres com base em normas e expectativas de gênero. Essa divisão é uma construção social que tem raízes profundas na história e na cultura, e se manifesta em diversas esferas da vida, incluindo o mercado de trabalho, o ambiente doméstico e as relações sociais que aqui, neste estudo, se manifestou (Hirata, 2016; Oliveira *et al.*, 2021).

São esses vieses que originam as desigualdades salariais e na sub-representação das mulheres em cargos de liderança e em setores considerados “masculinos”, como ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) – Como nota-se nas fotos da Escola Técnica de Engenharia de Theodomiro Santiago, a presença das mulheres em lugar de subalternidade e não de protagonismo.

Porque ainda se tem, no ideário e na prática, que a educação das PcDs deve ser para formação de mão de obra? Nesse caso, ainda agravado pela questão de gênero que reflete diretamente na formação da masculinidade do aluno PCD sul mineiro.

Antes de aprofundarmos nas raízes dessas questões na educação especial mineira e, com reflexos, na itajubense. Há, ainda, algo importante que os dados compilados mostram no mesmo quadro onze onde se destacou o número maior de mulheres trabalhadoras na escola, tem-se: 1) No ano de 1995, o cargo “Serviçal” foi transformado em “Auxiliar de Serviços Gerais”; 2) Em 2007, os professores passaram a ser designados e substitutos, evidenciando os processos de precarização do trabalho na área da educação;

A mudança do nome do cargo demonstra os processos de enraizamento do racismo estrutural permeando a educação especial, seus reflexos nas situações da invisibilidade do trabalho de cuidado.

Mas antes das observações das fontes, afinal, o que é trabalho de cuidado? O trabalho de cuidado é uma atividade essencial que envolve a atenção e o suporte a indivíduos que necessitam de assistência, seja por motivos de saúde, idade, ou outras circunstâncias.

Esse tipo de trabalho pode ser realizado em diversos contextos, como em lares, instituições de saúde, ou na comunidade, e abrange uma ampla gama de funções, desde o cuidado físico até o apoio emocional (Hirata, 2016; Oliveira *et al.*, 2021).

Uma das estudiosas sobre o tema, Helena Hirata, em seu artigo “O trabalho de cuidado”, de 2016, expôs as modalidades da divisão sexual e internacional do trabalho através de um estudo comparado entre Brasil, França e Japão. O estudo evidencia, para além das diferenças societais, os diferentes atores do cuidado como o Estado, o Mercado e a família, combinam-se, atribuindo desigualdade. Ainda assim, a pesquisa demonstra que o trabalho de cuidado continua sendo realizado, em maior escala, por mulheres nos três países, sendo considerado um trabalho precário, com baixas remuneração, reconhecimento e valorização.

Além da questão de gênero e da divisão sexual do trabalho, nota-se também que a educação especial é considerada, pela ótica assistencialista, um trabalho de cuidado que ora deve ser realizado por “serviçais” e/ou mulheres, digo, pessoas do gênero feminino (Iaborai, 2002; Ribeiro, 2019; Sarmento; De Almeida Torres, 2023; Silva, 2019, 2021).

Em seções anteriores, já se discorreu sobre a educação “versus” a funcionalidade do aluno PCD e agora, sobre as questões de gênero que perpassam a história institucional da E.E.E.E Novo Tempo.

A seguir, vamos tentar compreender como se dá o processo de discriminação e exclusão das pessoas com deficiência, em Minas Gerais, e quais os impactos disso na educação especial itajubense.

7.2.3 Do processo de discriminação e exclusão

Antes de discorrer sobre os fatores que influenciaram o processo de discriminação e exclusão das pessoas com deficiência nas escolas de Minas Gerais, cabe elucidar a diferença entre discriminação e exclusão.

Segundo Parker (2013), a discriminação pode ser definida como uma ação, omissão ou resposta comportamental que trata de forma diferenciada e negativa pessoas ou grupos sociais que são percebidos como socialmente desvalorizados por receberem atributos estigmatizantes e preconceituosos.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram tratadas de forma segregada e marginalizada. Durante séculos, elas foram vistas como “diferentes”, “incapazes” ou até como objetos de piedade. Essas atitudes reforçam uma visão

reducionista, que associava a deficiência à ideia de incapacidade, limitando as oportunidades e a inclusão dessas pessoas em diversos espaços, como na educação, no mercado de trabalho, na cultura e até nas relações sociais. O isolamento institucional, como o confinamento em hospitais e instituições para deficientes, foi uma realidade que perdurou até a segunda metade do século XX (Diniz, 2012; Pacheco; Alves, 2007).

Nesse processo, a discriminação gera e reforça a exclusão da PCD, reduzindo o convívio, seu desenvolvimento e possibilidade de acesso à serviços e direitos (exclusão social). Assim, essa exclusão não se limita à ausência de acessibilidade ou a falta de políticas públicas eficazes, mas envolve uma construção social que marginaliza e nega o direito de participação plena de pessoas com deficiência na sociedade (Iriart; Castellanos, 2023; Parker, 2013).

No que tange ao contexto educacional e no mercado de trabalho, as pessoas com deficiência enfrentam desafios para acessar esses direitos, ainda com regularização de vagas e cotas, conquistas trazidas na esteira das lutas dos movimentos sociais e na materialização da Lei Brasileira de Inclusão, de 2015 (Brasil, 2015).

A exclusão da PCD também se reflete em esferas culturais e sociais, considerando sua invisibilização como pessoa, suas necessidades e desejos. Isso, de algum modo, é reforçado pelas produções culturais e midiáticas nas quais dificilmente apresentam personagens com deficiência de forma autêntica ou em papéis de protagonismo. O ideário ainda é marcado por estigma e pre-definição pela deficiência. Um exemplo disso é o artigo, publicado na Revista Campos da História, que analisa as produções de cinema, sob o espectro do autismo (Quillici Neto; Moraes, 2023).

Esses são os reflexos, porém onde estão os fatores originários desse processo? De modo geral, no Brasil, podemos citar como fatores a serem apontados: a perspectiva médica que (ainda!) segrega e isola em condições de internação e a visão demonizada da igreja em relação às deficiências. Porém, no contexto mineiro, alguns outros determinantes podem ser elencados: a presença marcante do positivismo impactando áreas importantes como a educação e a psicologia e, não menos importante, a presença dos escolanovistas (Aranha, 2001; Arbex, 2013; Borges; Campos, 2018).

Faremos como os positivistas, vamos fragmentar os argumentos para melhor apresentá-los. Provocações à parte, o impacto positivista foi significativo no desenvolvimento da psicologia, como uma disciplina científica, tendo enfatizado a observação empírica e a utilização do método científico para a compreensão de fenômenos sociais e naturais.

Dessa maneira, tal abordagem conflui para que a psicologia ao promover a ideia de que o comportamento humano poderia ser estudado de maneira

objetiva e mensurável. Nesse período, cresceram o número e a adoção dos métodos quantitativos e experimentais nos quais se incentivaram a pesquisa sistemática e a coleta de dados, levando ao desenvolvimento de teorias baseadas nessas evidências.

Além disso, o positivismo contribuiu para a formação de escolas de pensamento dentro da psicologia, como o behaviorismo, que se concentra no estudo do comportamento observável e na relação entre estímulos e respostas. Essa ênfase na observação e na experimentação ajudou a estabelecer a psicologia como uma disciplina rigorosa, capaz de produzir resultados replicáveis e aplicáveis (Dittrich *et al.*, 2009).

Ainda que, em Minas Gerais, o escolanovismo e sua atuação mais humanista nas escolas tenha encontrado solo fértil, a influência militar, religiosa e social apontavam as práticas positivistas nas escolas e na saúde. Eis que, por intermédio do higienismo e da eugenia, os testes (educacionais, psicométricos e médicos) poderiam direcionar para um controle social mais eficiente já que conseguiam quantificar determinadas condições que permitiam, ou não, que a PCD pudesse estudar, trabalhar ou conviver em sociedade.

O estudo de Borges e Campos, intitulado “A escolarização de alunos com deficiência em Minas Gerais: das classes especiais à educação inclusiva”, realizado em 2018, demonstrou a partir de análise documental que Minas Gerais poderia ter consolidado sua educação inclusiva atual por meio de três fases. Segue o excerto do resultado desta pesquisa:

[...] Os resultados demonstram que, na primeira fase (1930-1950), crianças com deficiência, que até então estavam afastadas das escolas, passam a frequentá-las, nas chamadas classes especiais. As classes especiais mineiras foram concebidas com o objetivo de receber crianças com deficiência em um modelo baseado nos ideais da Escola Nova. Na segunda fase (1950-1990), as escolas especiais multiplicam-se, fortalecendo esse modelo de escolarização. Uma das consequências do aumento das escolas especiais foi a migração dos alunos com deficiência para essas instituições, enquanto as classes especiais acabaram se tornando local para os chamados alunos com problemas de aprendizagem. Em uma terceira fase (1990 -), a educação inclusiva consolida-se como Lei de Estado, obrigando as escolas especiais e as escolas comuns a reinventarem seu papel. Nessa fase, as classes especiais são extintas e a Educação Especial provoca novos questionamentos. Dentre eles, o desafio de efetuar a educação para todos sem deixar de lado as especificidades de um público tão diverso (Borges; Campos, 2018, 1p).

Há, nessa pesquisa, o viés da Educação Especial *versus* Educação Inclusiva, já debatido nesta tese. No entanto, o contexto histórico-crítico é o mesmo e por esse motivo, merece destaque.

Além dessas explicações, um fator interessante ocorre na história mineira: a chegada de Helena Antipoff. Conforme Campos (2012), russa radicada no

Brasil, ela pode ser considerada um marco na educação e na psicologia brasileiras. Suas contribuições tiveram grande impacto na educação infantil e na formação de docentes a partir da década de 1930, principalmente em Minas Gerais.

Na citação anterior, a pesquisadora e professora, Regina Helena de Freitas Campos, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta uma biografia intelectual organizada em capítulos, de acordo com os feitos de Helena Antipoff.

Para comprovação das influências do ideário de educação especial, mineiro e itajubense descritos nesta tese pelo estudo da instituição E.E.E.E. Novo Tempo destacam-se a parte do livro denominada “Teoria, método e contexto”, onde são debatidos o método, suas perspectivas históricas e teóricas, bem como o contexto: o movimento de renovação escolar e de desenvolvimento das ciências da educação na Europa, América do Norte, União Soviética e Brasil.

Mais precisamente, no capítulo “Perspectivas históricas e teóricas”, Campos apresenta apontamentos para a compreensão dos estudos sociológicos e psicológicos acerca das características da natureza humana que influenciaram a abordagem sociocultural de Antipoff, nos quais enfatizamos as perspectivas sociológica de Durkheim e psicossocial de Vygotsky (Barreto, 2018; Domingos, 2011; Fonseca; Batista, 2022).

Seria, portanto, a associação da “defectologia” e as formas de contenção social o que moveu muitos dos estudos, desenvolvimento de testes e maquinários/instrumentos para sua aplicação (Sarmiento; De Almeida Torres, 2023; Silva, 2006; Vygotsky, 2011).

Estabelecendo crítica histórico-culturais sobre esse fio condutor, a pesquisadora Janaína Cristina Barêa conduziu sua pesquisa de mestrado, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, em 2009, realizando exposição de aparelhos de psicologia dos anos 1950 e sua contribuição para o ensino de história da psicologia no Brasil.

Com esse percurso estabelecido, critica-se as influências positivistas e higienistas que envolveram a educação da pessoa com deficiência, em Minas Gerais e no sul do estado (Cassani; Ferreira Neto; Santos, 2020; Cotrin; Souza, 2008; Góis Junior, 2003).

Em termos práticos, as fontes do objeto de pesquisa desta tese mostram que a influência dessas correntes no modelo médico que orientava as fichas de matrícula dos alunos da escola Novo Tempo, em 1988. Com destaque, mais precisamente, para a figura 48, nominada “Modelo de ficha de aluno, 1988, como o modelo médico se fazia presente na educação”.

Nesta fonte, observa-se os termos “responsável, médico que atende, remédios controlados, tratamento especializado, situação previdenciária, escola

de origem e relatório circunstanciado”, fazendo inferências mais a uma ficha médica do que uma ficha de secretaria escolar. Tais apontamentos indicam a influência do aporte da saúde atravessando o campo da educação, de forma a classificar quem seria apto/funcional para frequentar a escola, mesmo sendo público-alvo da Educação Especial.

No mesmo modo, é notório perceber que, tanto nas fontes quanto em suas críticas, que a mudança do paradigma médico para o modelo biopsicossocial ainda está em curso. No fim do período analisado, em 2015, a ficha escolar apresentou mais dados sociais e pedagógicos, reduzindo os clínicos e sua perspectiva de (des)funcionalidade.

A figura 49, nomeada como “Modelo de ficha de aluno, 2015, com dados pessoais e escolares detalhados” foi cedida pela secretaria geral da escola, estando digitalizada. A fonte foi captada por foto, em agosto de 2024 e através da mesma, notam-se: ausência de termos médicos e a ficha organizada, dividida por blocos, como; Bloco I - Identificação do aluno (Nome, filiação, dados gerais); Bloco II - Dados complementares (Tipo de ensino, período/série, situação do ano anterior e atual, estabelecimento de ensino de origem do aluno, redes de ensino frequentadas); Bloco III – Assinaturas;

Existem, além dos termos médicos, outras diferenças entre as duas fichas, nas quais se destacam: situação previdenciária e relatório circunstanciado, presente na de 1988 e ausente na de 2015 e a questão racial, presente na fonte mais atual.

Dessas diferenças, podemos inferir que a situação de subsistência para pessoa com deficiência, no ano da CF/88, era uma preocupação e não um direito materializado, a partir o artigo sexto e o rol dos direitos sociais. Assim, acreditava-se que toda pessoa com deficiência teria que se manter por vias assistencialistas, em tempos de início de políticas e programas sociais, como o BPC – Benefício de Proteção Continuada. Além dessa condição previdenciária, sem escolarização ou desenvolvimento de habilidades, o mercado de trabalho para PcDs era praticamente inacessível, segundo referenciais abordados nesta tese.

Já na ficha de 2015, a questão racial aparece como outro determinante social que, pode ou não, atravessar a vida do aluno, enquanto sujeito. Em outras palavras, no viés da interseccionalidade, uma pessoa negra e na condição de deficiência tem ainda menos garantia aos direitos sociais, apenas dos muitos anos da carta magna.

Nesse espectro de fatores influenciadores do contexto mineiro e sul mineiro, a seguir, virão os apontamentos das contradições mineiras e a realidade itajubense, tendo como foco, a E.E.E.E. Novo Tempo.

7.3 AS CONTRADIÇÕES SUL MINEIRAS E A REALIDADE ITAJUBENSE

Nas palavras de Sanfêlice (2007), os dados institucionais e históricos de Itajubá e a E.E.E.E. Novo Tempo puderam se revelar e fazer sentido. Nessa seção, discutiremos sobre as contradições sul mineiras e a realidade itajubense.

Além da trajetória que fizemos da educação especial, aos pés da montanha que chora e às margens do Rio Sapucaí, pergunta-se: Será a educação especial itajubense, na instituição pesquisada, é diferente daquelas nos outros estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Região sul do Brasil?

É uma provocação pertinente que abre espaço para outras pesquisas, principalmente sobre os estudos comparativos, muito debatidos na área de Políticas de educação, porém, ainda inéditos na linha da História da Educação Especial.

Pesquisadores e grupos investem na produção acadêmica e científica nas áreas dos estudos comparados do Brasil, ou seus estados federativos, com outros países, como Portugal e Estados Unidos, dentre outros (Cosmo *et al.*, 2022). Dentre esses, destaca-se o artigo de Santos *et al.* (2024) é um exemplo disso. Intitulado “Política de Educação Especial: comparando Espírito Santo (Brasil) e Connecticut (Estados Unidos)”, o estudo demonstra, através do acesso, matrículas e questões raciais que, embora o Estado tenha a responsabilidade na gestão, a constituição do espaço escolar se difere na forma de atendimento e serviços direcionados ao público da educação especial.

Recentemente, a história da educação especial tem sido apreciada como objeto de pesquisa e desse modo, o crescimento no interesse e produção acadêmica e científica é esperado. Prova disso é a plataforma Scielo divulgar como submetido o artigo “Educação especial no Brasil: um recorte histórico-bibliográfico”, de 2023. O estudo aguçou a pesquisadora, contudo, como ainda não fora publicado oficialmente, não podendo ser considerado.

Enquanto tais estudos interestaduais, na linha de História e Historiografia, ainda não vêm, abrem-se possibilidades de comparações regionais, como demonstrado no quadro cinco desta tese. A seguir, estabeleceremos as críticas que podem ressaltar as contradições mineiras e sul mineiras a partir do exemplo quantitativo de APAEs e escolas especiais no estado.

Já tendo debatido, os fatores influenciadores para tal cenário, destacamos no quadro cinco, nomeado “Número de Escolas Estaduais de Educação Especial e APAEs por mesorregião – Fonte: Boletim Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais e Federação das APAES do Estado de Minas Gerais”, que a Rede Estadual de Ensino é mantenedora de 23 escolas em todo o Estado e a Federação das APAES do Estado de Minas Gerais (FEAPAES/MG) assessora a Rede Mineira de 450 Apaes, constituindo a maior rede Apaeano do Brasil, segundo dados atuais (FEAPAES, 2023; Minas Gerais, 2023).

Por que Minas Gerais apresenta um grande número de escolas especiais e APAEs? Algumas respostas foram discutidas nesta tese, principalmente na seção quatro e nesta, sem a pretensão de esgotar tais assuntos. No entanto, cabe aqui enfatizar o que, proporcionalmente, chama atenção em quatro regiões:

1) Região Metropolitana de BH - 105 municípios, com onze EEEE e 61 APAEs;

2) Sul e sudoeste de Minas - 146 municípios, com três EEEE e 90 APAEs;

3) Perceba a realidade antagônica entre, o Norte de Minas e o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba se destacam de forma antagônica, veja: 89 municípios, duas EEEE e 32 APAEs e 61, cinco e 52, respectivamente.

Na intenção de tangenciar o objeto de pesquisa desta tese, a grosso modo, pode-se associar esses quantitativos com o número de municípios e a importância econômica regional para o estado mineiro. Ainda assim, sob o ponto de vista social e da vulnerabilidade, é impossível que tal fato não seja associado aos processos de discriminação e exclusão regionais (Barreto, 2018; Domingos, 2011; Fonseca; Batista, 2022).

Tendo foco na Educação Especial, como dito anteriormente, a construção da “educação psicologizada”, com aporte psicométrico e segregacionista, constituiu o modelo de algumas instituições na qual se inclui a APAE, em Minas Gerais.

Esses reflexos são percebidos na espiral histórica da Escola Novo Tempo uma vez que sua gênese decorre de uma iniciativa apaeana. Mas uma indagação fica para o leitor: Diante de cidades importantes da mesoregião como Varginha, Alfenas, Poços de Caldas e Pouso Alegre, como uma das três escolas de educação especial está em Itajubá, município com pouco mais de 90 mil habitantes?

O que o estado mineiro mostrou pelas contradições, Itajubá demonstrou pelos dados da formação histórica, social e política da região sul mineira que houve interesses e articulações para que pudesse abrigar, aos pés da montanha que chora e às margens do Rio Sapucaí, a E.E.E.E. Novo Tempo.

Os dados referentes a “Novo Tempo”, entre 1988 - 2015, foram reveladores de uma realidade mineira e itajubense. O que não foi surpresa, como versa Sanfelice na epígrafe, fez sentido para uma compreensão mais ampla, a do projeto societário do qual a educação especial faz parte.

Um projeto societário é a definição do tipo de sociedade que se deseja formar e a quem ela atende. Isso define seus objetivos, sua missão, sua visão e os valores que a guiarão. Para o “funcionamento” desse projeto pactua-se um “contrato social” que pode ser concreto ou simbólico¹¹.

¹¹ No tipo concreto, há uma empresa, organização e/ou instituição e, no âmbito simbólico, o ideário construído e constituído.

O projeto societário brasileiro está associado ao capitalismo financeiro, no qual as empresas buscam maximizar o valor para os acionistas, muitas vezes priorizando resultados financeiros de curto prazo. Como federação, cada estado possui seu projeto societário, tendo assim Minas Gerais, construído o seu ao longo de sua história.

Com vistas à promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental do estado, alinhando-se às necessidades e aspirações da população mineira. Pautada no conservadorismo de suas instituições (incluindo a “família tradicional mineira”), o marketing estatal é referenciado nas áreas de tecnologia, agricultura, turismo e cultura.

Um dos pilares do projeto societário mineiro é a promoção da educação, com vistas a melhorar a formação profissional e técnica da sua população, preparando os cidadãos para os desafios do mercado de trabalho contemporâneo. Será esse “emaranhado nó de educação e trabalho” que Minas tem a oferecer à sua população, principalmente, às pessoas com deficiência?

Além da educação, o que se vê na prática governamental e no marketing estratégico é a inclusão social como um dos pilares do projeto societário mineiro, com políticas e ações voltadas para a população rural, comunidades tradicionais e grupos historicamente marginalizados. Parte do contrato social material tem como objetivo construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham acesso às oportunidades e benefícios do crescimento econômico (Barreto, 2018; Fairclough, 2008; Foracchi, 1992).

No entanto, o contrato social velado nos diz outras descobertas: 1) A exploração dos recursos naturais até o esgotamento de suas reservas (vide tanto as situações de Mariana e Brumadinho já corridas quanto as anunciadas como Itabirito e Itabira); 2) A limpeza social realizada para o “melhor” planejamento de suas cidades com formação de bolsões e aglomerados margeados por montanhas, rios, estradas e rodovias; 3) A destruição dos biomas para o crescimento do agronegócio; 4) A precarização das áreas de direito social como educação, trabalho e saúde para a população em situação de vulnerabilidade; 5) O incentivo à empresas com certificações e projetos de responsabilidade social; 6) A educação para o trabalho, formando mão de obra executora para o chão de fábrica ou para o campo.

É esse projeto societário que mantém um grande número de escolas especiais e APAEs do país e, mais especificamente, em Minas Gerais. É nesse cenário que se encontra Itajubá e o objeto de pesquisa deste doutoramento, a E.E.E.E. Novo Tempo, cuja natureza interseccional entre instituições escolares já foi debatida.

Vale ressaltar que tal escola, abrindo seus arquivos, fontes e sentidos, não é alvo de mera crítica uma vez que faz o melhor, dentro de sua estrutura, para a contribuição da educação especial para comunidade itajubense.

Nesse sentido, se explica que a instituição foi utilizada como objeto de pesquisa a fim de demonstrar, em primeiro lugar, as lacunas da história da educação, sobretudo, na educação especial.

Em segundo momento, revelar como o estado de Minas Gerais contribuiu para a manutenção do status quo, na medida em que mantém não só esta, mas muitas instituições do mesmo modelo sob sua administração.

Assim sendo, o que é realizado na E.E.E.E. Novo Tempo também corrobora, desde sua criação, mesmo atendendo à legislação e prestando bons serviços à comunidade, para a manutenção desse projeto societário.

Como a história é uma espiral em movimento, assim como as águas que cortam a montanha que chora e alimentam o Rio Sapucaí, a escola apresenta suas mudanças. Acredita-se que depois do período definido nesta tese, ou seja, após 2015 muitas transformações poderiam ser evidenciadas.

Tal fato se deve pelas reformas educacionais que ocorreram bem como o impacto da LBI na vida das pessoas com deficiência, de maneira geral (Brasil, 2015).

A tese evidencia que a instituição é reflexo do tempo e espaço em que ela se desenvolve. A E.E.E.E. Novo Tempo, como o próprio nome diz, vai se refazendo em novos tempos.

Em resumo, a discriminação e a exclusão das pessoas com deficiência são produtos de um processo histórico e social que precisa ser mitigado e reparado por meio da educação, da conscientização e da criação de estruturas que promovam a igualdade social.

A mudança deve partir de uma transformação cultural que veja as pessoas com deficiência não como “objetos de caridade”, mas como sujeitos de direitos, com autonomia, capacidades e potenciais a serem reconhecidos e respeitados em todos os aspectos da vida social.

Aqui, quebramos alguns silêncios, mas não se esgotaram as vozes... é preciso continuar a discorrer sobre isso...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Quando somos ensinados que a segurança está na semelhança, qualquer tipo de diferença parece uma ameaça.”

(bell hooks)

bell hooks¹² foi uma intelectual, escritora, feminista e ativista norte-americana, cujas ideias transformadoras sobre feminismo, raça, gênero e amor continuam a influenciar profundamente as ciências sociais e a luta por justiça social. Seu trabalho ofereceu não apenas uma crítica incisiva à cultura dominante, mas também alternativas concretas, soluções práticas e acessíveis, para a construção de uma sociedade mais inclusiva, empática e justa.

À sombra do pensamento de bell hooks, esta tese resulta do interesse em analisar a história institucional da E.E.E.E. Novo Tempo, localizada em Itajubá, sul do Estado de Minas Gerais, no período de 1988 a 2015, ano da Lei Brasileira de Inclusão. Nesse mote, verificar seu papel na Educação Especial e suas contribuições para compreensão de como a educação para pessoas com deficiência ocorre no estado de Minas Gerais.

A criação da Escola Especial de Itajubá (primeiro nome da instituição até 2006) é resultado de parceria interinstitucional: o educandário Instituto Dom Bosco (depois, Escola de Horticultura e Colégio Agrícola de Wenceslau), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), organizações benfeitoras e de capital público e privado.

Dessa aliança, as salas cedidas do antigo educandário refletem o imprevisto e reforçam o ciclo de discriminação e exclusão, mesmo depois da sede própria e reformas das instalações. Localizada em região de vulnerabilidade social, desde sua gênese, a E.E.E.E. Novo Tempo reflete o olhar da sociedade itajubense para as pessoas com deficiência (PcD) e sua educação.

Aos pés da montanha que chora e às margens do Rio Sapucaí, quando se faz o percurso para a escola, ainda na história do tempo presente, é necessário

¹²bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins (1952-2021), em homenagem à sua bisavó materna, usando as letras minúsculas como forma de desafiar a ideia de autoritarismo e de destacar a coletividade, em vez de um foco individual.

ter transporte escolar especializado e/ou familiar, não apenas por se tratarem de alunos PcD, mas porque o local é ermo e conta com pouca acessibilidade.

É a materialização da ambiguidade. Primeiro, atende à Constituição Federal, criando espaço e instituição para a educação de pessoas com deficiência e, por outro lado, continua o processo de invisibilização desses sujeitos.

Trata-se de uma maneira de atender ao projeto social higienista no município, deixando longe das áreas centrais, comerciais e residenciais mais importantes, a população vulnerável, sejam pretos, pobres e/ou PcDs.

O estudo sobre a cidade de Itajubá-MG permitiu observar características peculiares e conservadoras, como a militarização e a influência da igreja católica em suas correntes mais tradicionais. Os museus regionais e a Academia Itajubense de História detêm um acervo significativo sobre os áureos tempos em que famílias abastadas, políticos renomados e madres superiores davam contornos às administrações de instituições escolares, incluindo as primeiras salas de Educação Especial.

A pesquisa demonstra, também, considerável influência do escolanovismo e da psicologia (por meio dos testes psicométricos) para a construção do modelo inicial da APAE, em Minas Gerais. Esses reflexos são percebidos na espiral histórica da Escola Novo Tempo, uma vez que sua gênese decorre de uma iniciativa apaeana.

Em meio a contradições, primeiro, em 1987, atendendo à Constituição Federal, cria-se o espaço e instituição para a educação de pessoas com deficiência e, vinte e oito anos depois, em 2015, com novas instalações, faz suas “adaptações à mineira”, para adequar à nova legislação, podendo notar a continuidade do processo de invisibilização desses sujeitos.

No decorrer desta pesquisa, foram apontados os desafios da E.E.E.E. Novo Tempo.

Além da participação da comunidade itajubense na manutenção e conservação da escola, situações relacionadas às questões ambientais, como chuvas, aumentos do volume do Rio Sapucaí e consequentes enchentes, a localização geográfica perpetua a vulnerabilidade e adensa as possibilidades de violência, como os assaltos.

Ainda que tais acontecimentos possam ser naturalizados, há que se destacar que a formação do espaço urbano, o lugar e o território podem mitigar ou adensar os processos de dominação social e, por isso, empurrar os sujeitos PcDs (alunos da escola ou não) para além das margens do Sapucaí.

Esse contexto se refletiu na dificuldade em encontrar materiais que registram a história institucional. Não fossem a organização da equipe administrativa e o cuidado com a preservação da história e memória da E.E.E.E. Novo Tempo, os dados não seriam revelados.

Na realidade, a partir do trabalho das fontes, ficou explícita a resistência da classe trabalhadora da escola e da comunidade, bem como o interesse das famílias e estudantes no recorte temporal estudado, comprovando o papel social da escola.

Dessa forma, torna-se importante retomar, nessas considerações finais, alguns questionamentos propostos no início da pesquisa, na perspectiva de elucidar a questão central de interesse no estudo, que são: quais são os aspectos e motivos pelos quais Minas Gerais mantém a Educação Especial nesses moldes? Feita a provocação, a presente pesquisa busca investigar o seguinte problema: como foi a espiral histórica educacional da Escola Estadual Novo Tempo, entre os anos de 1988 a 2015, tendo em conta sua história institucional, relação social e dos sujeitos envolvidos nesse processo? As respostas a essas indagações foram cruciais para a elucidação da tese.

Descortinando a Educação Especial, as fontes trouxeram mais do que registros institucionais, elas permitiram analisar a interseccionalidade no espaço escolar como arena de disputa e mostraram um cenário social e cultural que perpassa pelos direitos sociais, as intenções das práticas pedagógicas e a questão de gênero.

Para construção dessa perspectiva, foi de suma importância o aprofundamento teórico no que se refere à história do sul de Minas Gerais, a gênese das instituições envolvidas para a criação do objeto de pesquisa, bem como a história das pessoas com deficiência.

Estabelecendo essas relações, o objeto ganhou aspectos generalizados e específicos, como cita Sanfelice (2007):

[...] A dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro. As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional [...] (Sanfelice, 2007, p.78-79).

Isso permitiu compreender o contexto e seus atravessamentos políticos, econômicos e sociais, que sustentou as mudanças da legislação e adequou as escolas de Educação Especial para a escolarização do seu público para os fins do trabalho (CFESS, 2014; Iamamoto, 2001).

Percebeu-se, tanto nas fontes quanto em suas críticas, que a mudança do paradigma médico para o modelo social ainda está descolada da realidade da Educação Especial mineira. A partir dessa análise macro e micro, foi possível compreender quais são os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência para o acesso e permanência de seus direitos sociais, sobretudo, da educação e do trabalho.

Pareada com essa realidade escolar desenhada para a elite, a Educação Especial ainda possui ares de segregação e marginalização, de modo a continuar o modelo assistencialista, terapêutico e segregador nos moldes do higienismo (Diniz; 2012; Mazzotta, 2011).

E onde foi possível verificar tais situações? Em toda espiral histórica traçada na tese: na história das pessoas com deficiência, no cenário mineiro e itajubense, nas questões socioambientais, nas fontes propriamente ditas na sexta seção e nas críticas e referenciais percorridos na sétima.

Segundo Sanfelice (2007), as fontes revelaram os sentidos e as surpresas da história da instituição. A localização geográfica da escola supracitada é apenas uma das várias formas de silenciar e marginalizar a história da E.E.E.E Novo Tempo, seus profissionais, alunos e comunidade que a circunda.

As práticas pedagógicas com viés de projetos e oficinas apresentam intencionalidade de uma educação e formação para o trabalho e mão de obra. Além dos registros e fontes aqui estudados, a questão da formação social da região e da questão de gênero foram “achados surpresa” (Sanfelice, 2007).

A formação social da região, com influência das correntes positivistas e higienistas, se refletiu na história da instituição, reforçando a discriminação, o preconceito e a exclusão das minorias. A invisibilidade da escola, evidenciada no território e espaço que ocupa, cria e agrega outras invisibilidades, como a questão de gênero que perpassa a educação e o trabalho.

As fontes mostraram que a predominância feminina entre os profissionais da E.E.E.E Novo Tempo, tanto nos cargos de conservação e limpeza quanto nos cargos técnicos, como professores e diretores. É a naturalização da profissão do cuidado exercido pelo gênero feminino e o caráter assistencialista (quase caritativo) quando associado à educação das pessoas com deficiência

Por outro lado, quando verificamos o público da escola no período de 1988 a 2015, nota-se, predominantemente, nas classes masculinas, ou melhor, um maior número de alunos do gênero masculino. Tal contexto se deve ao pensamento ainda retrógrado de que o homem, mesmo sendo PcD, deve ser educado para o trabalho, com vias de seu sustento e de sua família.

Trata-se de uma questão de gênero transversalizada, na qual a mulher pode ser a professora/cuidadora, mas não pode ser a aluna em formação, sendo uma pessoa com deficiência.

Diante disso, ficou demonstrado que a tese inicial deste estudo teve sustentação ao concluir que a E.E.E.E. Novo Tempo, mesmo marginalizada socialmente e tendo sua gênese improvisada, tem função social importante para as pessoas com deficiência. Ao longo dos vinte e sete anos estudados, a escola cumpriu com sua função de garantir a escolarização do seu público.

É essencial dizer que a E.E.E.E. Novo Tempo não é o alvo da crítica e o intuito primeiro desta tese não é promover exposição da instituição ou “caça às bruxas”. A escola foi utilizada como objeto de pesquisa, a fim de demonstrar as lacunas da história da educação, sobretudo, na Educação Especial e, mais, revelar como o estado de Minas Gerais contribui para a manutenção do *status quo*, na medida em que mantém não só esta, mas muitas instituições do mesmo modelo sob sua administração.

A tese da autora deste estudo é que as pessoas com deficiência no estado de Minas Gerais, mais precisamente, em Itajubá, são educadas para favorecer o projeto societário e econômico capitalista.

Dessa maneira, os alunos do gênero masculino continuam sendo educados para o trabalho e as alunas do gênero feminino são menos escolarizadas, mantendo a possibilidade das “prendas domésticas”, quando permitido por suas condições.

Nessa perspectiva, a Educação Especial ainda atende ao modelo médico, no qual se determina graus de funcionalidade para a execução de tarefas e desenvolvimento de habilidades específicas, sem vistas ao olhar biopsicossocial, no qual se considera o sujeito em sua integralidade.

Assim sendo, o que é realizado na E.E.E.E. Novo Tempo corrobora, desde sua criação, para a manutenção do *status quo* na cidade, na região sul mineira e no estado de Minas Gerais.

Contudo, a história não é estanque. Assim como a montanha que chora e o Rio Sapucaí tem seu movimento, a escola apresenta suas mudanças. Acredita-se que, depois do período definido na tese, ou seja, após 2015, muitas transformações poderiam ser evidenciadas. Tal fato se deve pelas reformas educacionais que ocorreram, bem como o impacto da LBI na vida das pessoas com deficiência, de maneira geral¹³.

A tese levanta muitas evidências de melhoria e que a instituição é reflexo do tempo e espaço em que ela se desenvolve.

Deseja-se que, para além de maior número de pesquisas na área da história da Educação Especial, o pensamento decolonial na educação possa seguir transformando as práticas pedagógicas e os currículos, desafiando as estruturas de poder e conhecimento que foram moldadas por séculos de colonialismo.

Trazer a fala de bell hooks à baila é desconstruir o conceito de diferença, discriminação, preconceito e exclusão, buscando construir um sistema educacional que promova a justiça social e a equidade.

13 A Educação Especial, de acordo com a LBI (Brasil, 2015) produz e é produto de uma educação emancipadora. O sistema capitalista, pela ótica do exercício do poder, “determinou” pedagogias: menor e maior. A pedagogia menor é entendida como práticas que desviam, subvertem e desrealizam as pretensões de uma educação maior que, por sua vez, é aquela engendrada pela macropolítica, que se legitima via políticas educacionais, parâmetros e diretrizes.

Historicamente, as narrativas e saberes das culturas não ocidentais foram marginalizados ou deslegitimados, levando à imposição de uma visão de mundo que não considera as experiências e as realidades de povos indígenas, africanos e outras comunidades consideradas minorias, como é o caso das pessoas com deficiência.

Aqui nesta tese, aplicou-se, para além da perspectiva marxista, um viés decolonial no qual se destacou a narrativa da pesquisadora como sujeito social que vivencia a condição de pessoa com deficiência, sendo autista (Quillici Neto; Moraes, 2023).

Daqui, enquanto essas linhas de considerações finais vão ganhando a tela, aos pés da montanha que chora e às margens do Rio Sapucaí, penso no processo de pesquisa e escrita que vivenciei até aqui. É tarde de sábado, as lindas nuvens brancas parecem dançar entre o céu azul e o verde da serra.

Fecho os olhos na intenção de sentir esse instante...o som que ecoa entre as linhas da serra é mais que a “quebra do silêncio”. Parece um canto indígena puri coroado, um ponto de umbanda, um assobio da mulher que sai para o trabalho... é um som para esperar!!!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. C. D. **Formação do território sul mineiro: núcleos urbanos, fazendas e caminhos.** 2016. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Escola de Arquitetura, Artes e Design, Pontifícia Universidade de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16260>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, DF, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.
- ARBEX, D. **Holocausto brasileiro.** São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ARCENIO, C. R. C.; AZEVEDO, P. B. A espiral do tempo como um dispositivo de análise para narrativas, (auto)biografias, trajetórias de vida e história oral. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, Salvador, v. 6, n. 18, p. 668-684, 2021. DOI: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2021.v6.n18.p668-684>. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/8312>. Acesso em: 23 set. 2023.
- AZZI, R. (Org.). **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos.** São Paulo: Paulinas, 1983.
- BARÊA, J. C. **A exposição de aparelhos de psicologia dos anos 1950 e sua contribuição para o ensino de história da psicologia no Brasil.** 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17353>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- BARONE, A.; RIOS, F. **Negros nas Cidades Brasileiras (1890-1950).** São Paulo: Intermeios, 2018.
- BARRETO, W. O controle coercitivo na educação: um ensaio analítico-comportamental sobre a responsabilidade de educar para o futuro. **Revista Leia Cambury**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 37-55, 2018. Disponível em: <https://www.revistaleiacambury.com.br/index.php/rlc/article/view/4>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- BARROS, J. C. D. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2211>. Acesso em: 27 mar. 2025.
- BARROSO, G. História militar do Brasil. **Edições do Senado Federal**, Brasília, DF, v. 192, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574648/001148523_Historia_militar_Brasil.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

BEZERRA, G. F.; FURTADO, A. C. A produção sobre História da Educação Especial nos congressos brasileiros de história da educação (CBHES): um lugar em construção. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, e156559, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698156559>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/educ/a/FByz44MPrp9cfx6XhQyBhdv/>. Acesso em: 7 dez. 2023.

BLANCHETTI, L. Aspectos históricos da educação especial. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 2, n. 3, p. 7-19, 1995. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65381995000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 out. 2023.

BORGES, A. A. P.; CAMPOS, R. H. F. A Escolarização de Alunos com Deficiência em Minas Gerais: das Classes Especiais à Educação Inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. spe, p. 69-84, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000400006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/LQtdqFdyY96ftb3wTchhVxv>. Acesso em: 7 dez. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos estados da República escolas de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 7 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Brasília, DF: MEC, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, DF: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília, DF: MEC: SEESP, 2001. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** 2. ed. São Paulo: PUC SP-EDUC, 2004.

CAMPOS, R. H. F. **Helena Antipoff: psicóloga e educadora: uma biografia intelectual.** Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

CANÁRIO, R. Inovação educativa e práticas profissionais reflexivas. *In:* CANÁRIO, R.; SANTOS, I. (Orgs.). **Educação, inovação e local.** Setúbal: ICE, 2002. p. 13-23.

CARDOSO, F. L. M.; MARTÍNEZ, S. A. História e historiografia da educação especial brasileira: um balanço da produção em artigos científicos (2015-2020). **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 26, p. 1-39, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/113783>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/113783>. Acesso em: 18 out. 2023.

CARDOSO, T. F. L. Reformas do Ensino Profissional na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz. 1927-1935. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006. **Anais [...].** Rio de Janeiro: SBHE, 2006.

CARDOSO, V. A. R.; COSENZA, A. A ecologia política e a educação ambiental frente a matriz colonial da mineração. *In:* MILANEZ, F. *et al.* (Orgs.). **Senti-pensarnos Tierra: Educación ambiental y ecología política en clave latinoamericana y del Caribe.** 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. p. 31-38. Disponível em: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2022/08/V3_Senti-pensarnos-tierra_N10.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

- CARVALHO, C. H.; GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, L. B. O. B. O projeto modernizador à mineira: reformas administrativas e a formação de professores (Minas Gerais, 1906-1930). **História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 255-271, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/60386>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/NhNymSb4V4VxR5XkSV3jqTx/>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- CASSANI, J. M.; FERREIRA NETO, A.; SANTOS, W. D. Projetos de formação humana eugenista e higienista: Prescrições para a Educação Física em Periódicos (1932-1960). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e218568, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698218568>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/educ/a/Bmxq6Xb4n6JwKnqWMbvD7jv>. Acesso em: 2 fev. 2025.
- CERTEAU, M. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Dir.). **História novos problemas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 17-48.
- CFESS (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL). **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília, DF: CFESS, 2014.
- CHIARINI, T.; VIEIRA, K. P.; ZORZIN, P. L. G. Universidades federais mineiras: análise da produção de pesquisa científica e conhecimento no contexto do sistema mineiro de inovação. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 307-332, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-63512012000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/WRvWgTbVKGcwfRdDGYpMLlp>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- CIAVATTA, M. Trabalho-Educação: uma unidade epistemológica, histórica e educacional. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 32, p. 132-149, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.17i32.p28306>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28306/>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- COLOMBO, I. M. Escola de Aprendizizes Artífices ou Escola de Aprendizizes e Artífices?. **Educar Em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e71886, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.71886>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zXWJRxQDDnRGSDjhGzGr3FR>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- COSMO, M. *et al.* Perspectivas comparadas: às pesquisas em educação especial no Brasil e em Portugal. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 7128-7147, 2022. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n1-483>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/43314>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- COSTA, J. R. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.
- COTRIN, J. T. D.; SOUZA, M. P. R. História da prática da psicologia na educação especial do deficiente mental: um estudo histórico-crítico em Psicologia Escolar. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008.

- CRUVINEL, B. V.; FARIAS, R. H. Revisitando a estrutura da educação brasileira. *In: QUILLICI NETO, A.; MORAIS, M. I. S. **Paideia: Escritos acadêmicos sobre Teoria da Educação.** Itapiranga: Schreiben, 2023. p. 161-176.*
- DIEGUEZ, F. **UNIFEI: 100 Anos de História.** Brasília, DF: Coronário, 2017.
- DINIZ, D. **O que é deficiência.** São Paulo: Braziliense, 2012.
- DITTRICH, A. *et al.* Sobre a observação enquanto procedimento metodológico na análise do comportamento: positivismo lógico, operacionismo e behaviorismo radical. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 179-187, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/gyVW5m8tQssV7Hyj8qmbdXM/>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- DOMINGOS, S. **O conceito de excepcional na Obra de Helena Antipoff:** diagnósticos, intervenções e suas relações com a educação inclusiva. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8MAJ69>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- ENGELS, F.; MARX, K. **O manifesto comunista.** 5. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília, DF: Ed. UnB, 2008.
- FEAPAES (FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS). **A Federação - Quem somos. FEAPAES**, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://feapaesmg.org.br/federacao.asp?id=1>. Acesso em: 1 nov. 2023.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas estado da arte. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FfrdCtqfp/>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- FONSECA, M. V.; BATISTA, V. S. ‘Minas Gerais é muitas’: negros e brancos nas escolas do Sul de Minas, no século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 22, e209, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e209>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/dQftpWT9DNgWghmMkk7JVBN>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- FORACCHI, M. M. **A participação social dos excluídos.** São Paulo: Hucitec, 1982.
- FRAGA, N. F.; SILVA, A. P. S. O Paradesporto como Conteúdo da Educação Física Escolar: uma Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Corumbá, v. 30, e0161, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702024v30e0161>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/hxss3bfPNGhs6DMRbPgwFfh>. Acesso em: 17 fev. 2025.

FRANCESCO, W. Karl Marx, um ambientalista: Desperdício e predação do meio ambiente. **Jusbrasil**, [s. l.], 2014. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/karl-marx-um-ambientalista/134631150>. Acesso em: 7 dez. 2024.

FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 97, n. 247, p. 534-551, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/288236353>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/m6qBLvmHnCdr7RQjJVSPzTq/>. Acesso em: 7 dez. 2023.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GESSER, M. G.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANINI, R. R. **Regiões em movimento: um olhar sobre a geografia histórica do Sul de Minas e da Zona da Mata Mineira**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-6VRHBZ>. Acesso em: 22 mar. 2025.

GOFFMAM, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GÓIS JUNIOR, E. Higienismo e positivismo no Brasil: unidos e separados na campanha sanitária (1900 - 1930). **Revista Dialogia**, São Paulo, v. 2, p. 21-32, 2003. DOI: <https://doi.org/10.5585/dialogia.v2i0.839>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/839/719>. Acesso em: 13 fev. 2025.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. Hemeroteca Digital. **BN Digital Brasil**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

HIRATA, H. O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, [s. l.], v. 13, n. 24, p. 53-64, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.

LABORAÍ, N. R. **Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

IAMAMOTO, M. V. A questão Social no Capitalismo. Temporalis. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Brasília, DF, v. 2, n. 3, p. 9-31, 2001.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IRIART, J. A. B.; CASTELLANOS, M. E. P. Preconceito, discriminação e exclusão em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 4, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023281.16802022>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wxsfqyjYmzY3dsP595SrVsk>. Acesso em: 16 fev. 2025.

JOLY, M. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papyrus, 1996.

KASSAR, M. C. C. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/y6FM5GNKBkizTNB48zV4zNs/>. Acesso em: 7 dez. 2023.

KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, G. F. C. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergências, identidades e desafios**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/335509>. Acesso em: 7 dez. 2023.

LIMA, J. P. S.; CAVALARI, M. F. A Matemática em uma das primeiras instituições de ensino de engenharia no Brasil: o Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá. **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**, Fortaleza, v. 5, n. 15, p. 59-73, 2018. DOI: <https://doi.org/10.30938/bocehm.v5i15.987>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/987>. Acesso em: 7 dez. 2023.

LOPES, P. H.; SOLVALAGEM, A. L.; BUSSE, F. G. M. S. Em vistas da coligação: a interseccionalidade como ferramenta da luta anticapacitista, antirracista e antissexista. In: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.). **Estudos da Deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 129-144.

LOUREIRO, C. F. B.; POMIER LAYRARGUES, P. Ecologia política, justiça e Educação Ambiental crítica: perspectiva de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/8VPJg4SGvJLhcK3xcrnHRF>. Acesso em: 27 ago. 2023.

LOURO, V. *et al.* **Arte e Responsabilidade: inclusão pelo teatro e pela música**. Santo André: TDT Artes, 2009.

LUCAS, M. K. P.; MEDEIROS NETA, O. M. Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz: formação de mestres e professores para o ensino profissional (1917-1930). **Revista de Casos e Consultoria**, Natal, v. 11, n. 1, e11130, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/21885>. Acesso em: 14 nov. 2023.

LÜCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES, J. O movimento antimanicomial no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 399-407, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tx6gNG9GDzdh8wLcj3DW9px>. Acesso em: 7 dez. 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARINHO, J. A. **História do movimento político de 1842**. São Paulo: USP, 1977.

MARX, K. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MASSENA, J. F. S. Panorama do Sul de Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, p. 769-794, 1904.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MELLO, A. Corpos (in)capazes. **Jacobina**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/02/corpos-incapazes/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, Medellín, v. 22, n. 57, p. 93-109, 2010. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/revistaeyp/article/view/9842>. Acesso em: 7 dez. 2023.

MENEZES, M. C. Descrever os documentos - construir o inventário - preservar a cultura material escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 11, n. 25, p. 93-116, 2011. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2238-00942011000100006&script=sci_abstract. Acesso em: 7 dez. 2023.

MINAS GERAIS, Itajubá. **Projeto Político Pedagógico da E.E.E.E. Novo Tempo**. Itajubá: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

MINAS GERAIS, Itajubá. **Regimento da E.E.E.E. Novo Tempo**. Itajubá: Secretaria Municipal de Educação, 2022.

MINAS GERAIS. **Lei nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962**. Contém a Divisão Administrativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1962. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/2764/1962/?cons=1>. Acesso em: 22 mar. 2025.

- MINAS GERAIS. Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Lista de Escolas. **Site da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/escolas/lista-de-escolas/>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. Lista de Escolas do Estado de Minas Gerais. **Site do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/escolas/lista-de-escolas/>. Acesso em: 1 nov. 2023.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MIRANDA, A. A. B. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 7, p. 29-44, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/1564>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- MONTEIRO, C. M. *et al.* Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente. **Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad**, Jaén, v. 2, n. 3, p. 221-233, 2016. Disponível em: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/riai/article/view/4231>. Acesso em: 7 dez. 2023.
- MONTEIRO, N. G. **Imigração e colonização em Minas: 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2006.
- MOTA, P. H. S.; BOUSQUAT, A. Deficiência: palavras, modelos e exclusão. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 130, p. 847-860, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/MPHb3GxYsc6HRsRQCBwmNVQ>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- NOSELLA, P.; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.v7i2.421>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/421>. Acesso em: 25 set. 2023.
- NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas: Alínea, 2009.
- OLIVEIRA, S. D.; PIMENTA, C. A. M. Desenvolvimento Local: perspectivas socioculturais e históricas sobre uma cidade do Sul de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 17, n. 49, p. 79-93, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.49.79-93>. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/7479>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- OLIVEIRA, S. S. *et al.* Relações sociais de sexo/gênero, trabalho e saúde: contribuições de Helena Hirata. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, spe 1, p. 137-153, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E111>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/NNz76QD3cQDm4tGJCpTBVsg>. Acesso em: 18 fev. 2025.

OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE). **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. 6. ed. Genebra: OMS, 2001.

OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE). **Clasificación internacional de las deficiencias actividades e participación: un manual de las dimensiones de la inhabilitación e su funcionamiento**. Genebra: OMS, 1997. (Versão preliminar).

PACHECO, K. M. B.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Revista Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242-248, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-0190.v14i4a102875>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/actafisiatrica/article/view/102875>. Acesso em: 7 dez. 2023.

PARKER, R. Interseções entre estigma, preconceito e discriminação na saúde pública mundial. *In*: MONTEIRO, S.; VILLELA, W. (Orgs.). **Estigma e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 25-46.

PEREIRA, D. R. **Theodomiro Santiago: O esboço de uma biografia**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial Minas Gerais, 1997.

POMIER LAYRARGUES, P. Ecologia política da sociedade de consumo e a ‘produção destrutiva’ no limiar do colapso ambiental. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 43, p. 1-40, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54650>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/54650>. Acesso em: 27 mar. 2025.

POMIER LAYRARGUES, P. Educação Ambiental nas sociedades capitalistas. **Revista Nova América**, [s. l.], n. 157, p. 24-30, 2018.

POMIER LAYRARGUES, P. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, n. spe, p. 44-87, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/resa2020.v0i0.a40204>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/40204>. Acesso em: 7 dez. 2023.

QUILLICI NETO, A.; MORAIS, M. I. S. A história e identidade autista através das câmeras: o olhar do cinema atravessando o espectro (1988 a 2018). **Revista Campo da História**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 40-58, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55906/rcdhv8n1-003>. Disponível em: <https://ojs.campodahistoria.com.br/ojs/index.php/rcdh/article/view/80>. Acesso em: 7 dez. 2023.

RIBEIRO, I. **A história da escola do hospital do Pênfigo: da marginalidade ao reconhecimento público em Uberaba/MG (1959-1985)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2547>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29908>. Acesso em: 22 mar. 2025.

ROHLING, M. Durkheim, Rawls e a educação moral. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, e227162, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782017227162>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/TKH9YzYjwWNQpSYWWWtndVy>. Acesso em: 22 mar. 2025.

ROLIM, C. L. A. Entre escolas e hospitais: o desenvolvimento de crianças em tratamento hospitalar. **Pro-posições**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 129-144, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-7307201507806>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/dWzjmDDPLms5q7VvX43Ymj>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SÁNCHEZ-HUETE, J. C.; DÍAZ-PINO, A. A. Educação especial versus educação inclusiva. **Imagens da Educação**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 7-9, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v13i2.68680>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/68680>. Acesso em: 7 dez. 2023.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M. *et al.* (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil**. Conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: Uniso; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 75-93.

SANFELICE, J. L. História, Instituições escolares e Gestores Educacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 20-27, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art4_22e.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTOS, F. L. *et al.* Política de Educação Especial: comparando Espírito Santo (Brasil) e Connecticut (Estados Unidos). **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 37, n. 1, p. 1-30, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X67743>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/67743>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, v. 6, n. 16, p. 251-261, 2005. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2023.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2013. (Com uma bibliografia internacional organizada com a colaboração de Maria Alice Ferraz Abdala).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, R. E. Sobre as relações raciais no campo da geografia urbana brasileira: algumas notas introdutórias a partir dos eventos nacionais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). In: LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO, ÉTNICO-RACIAIS E ESPACIALIDADES. **Gênero e diversidade na escola. Espaço e diferença**: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero. Goiânia: CIAR UFG, 2009. p. 41-52. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte1/03.html>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SARMENTO, V. N.; DE ALMEIDA TORRES, W. P. Assistencialismo e representatividade alegórica das pessoas com deficiência. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, v. 10, n. 2, p. 25-38, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2023.v10n2.p25-38>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/14896>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SAVIANI, D. História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. spe, p. 147-167, 2008. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.v10i0.1356>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/1356>. Acesso em: 7 dez. 2023.

SAVIANI, D. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 4, p. 27-22, 2004. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>. Acesso em: 3 out. 2023.

SILVA, A. P. B.; FARIA, J. H. Relação entre o trabalho do século XIX e XXI: Breve contextualização das patologias e legislação trabalhista brasileira. **Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 79-88, 2012. Disponível em: <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/15/15>. Acesso em: 27 set. 2023.

SILVA, C. A. F. A música como ferramenta de inclusão na educação infantil. *In: ENCONTRO SOBRE MÚSICA E INCLUSÃO*, 3., 2015, Natal. **Anais** [...]. Natal: UFRN, 2015. p. 28-39. Disponível em: <https://ojs.musica.ufrn.br/emi/article/view/65/66>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SILVA, L. M. A deficiência como expressão da deficiência. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 44, p. 111-133, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982006000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/educ/a/MdZKQkP6rry4RnMMcbCPYkB/>. Acesso em: 7 dez. 2023.

SILVA, P. V. N. **A escola doméstica de Brazópolis**: a educação profissional feminina nas montanhas mineiras (1927-1965). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28389>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SILVA, P. V. N. **A Escola Doméstica de Brazópolis**: educação profissional feminina nas montanhas mineiras (1927–32). 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. DOI: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.20>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34149>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SIQUELLI, S. A.; MOLINA, R. S. Diálogos com J. L. Sanfelice: uma condição para sermos felizes no ofício acadêmico. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**, Paracatu, v. 35, n. 1, p. 6-20, 2022. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/2238. Acesso em: 22 mar. 2025.

TEIXEIRA, R. C. F. A passagem do “direito ao trabalho” para a “empregabilidade”: privatização do espaço público através das políticas sociais de emprego na contemporaneidade. **Revista Unimontes Científica (RUC)**, Montes Claros, v. 5, n. 1, p. 85-94, 2003. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2644>. Acesso em: 22 mar. 2025.

VEIGA-NETO, A. Incluir para saber. Saber para excluir. **Pro-Posições**, Campinas, v. 12, n. 2-3, p. 22-31, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643993>. Acesso em: 12 fev. 2025.

VIEIRA, I. G. B.; MORMUL, N. M. Gênero e educação escolar: um debate necessário. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 46, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/46/genero-e-educacao-escolar-um-debate-necessario>. Acesso em: 17 fev. 2025.

VYGOTSKY, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da pessoa anormal. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022011000400012>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v37n4/a12v37n4.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

WITCHES, P. H.; LOPES, M. C. Educação de surdos e governamentalidade linguística no Estado Novo (Brasil, 1934-1948). **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 19, n. 47, p. 175-195, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/45771>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/45771>. Acesso em: 18 out. 2023.

FONTES

Arquivos e Audiovisuais

Arquivo da Academia Itajubense de História.

Arquivo da APAE Itajubá.

Arquivo da Escola Estadual Novo Tempo.

Arquivo da Escola Estadual Wenceslau Braz.

Arquivo do CEFET-RJ. Fundos Wenceslau Braz. Relatórios referentes aos anos de 1924 a 1927. CX: 66.2.2.

Arquivo do Museu Theodomiro Santiago.

Arquivo Getúlio Vargas; Boletim Min. Trab. (5/1936); Câmb. Dep. Deputados; Consult. Ramos, P.; Ilustração Brasileira; Leite, A. História; Monteiro, N. Dicionário; Reis, F. Homens; Rev. Arq. Públ. Mineiro.

Blog: <https://gloriampm.blogspot.com/2015/12/antiga-escola-de-horticultura.html>

Documentário Em nome da razão, 1979.

Documentário Holocausto Brasileiro, 2016.

JORNAL

Jornal Itajubá Notícias, de 05 de junho de 2006: Escola Especial é reformada e recebe novo nome.

APÊNDICE A - CADASTRO DE TODAS AS ESCOLAS ESTADUAIS DA REDE DE ENSINO MG

Barbacena – Centro Estadual de Educação Especial Maria do Rosário
Barbacena - São Vicente de Minas – Escola de Educação Especial Flor Amarela
Carangola – Escola Estadual de Educação Especial Walton Batalha Lima
Timóteo – Escola de Educação Especial CRE-SER
Conselheiro Lafaiete - Escola Estadual de Educação Especial Professora Maria Corrêa Coutinho
Conselheiro Lafaiete - Entre Rios de Minas – Escola de Educação Especial Moleque Sabido
Divinópolis - Escola Estadual de Educação Especial Helena Antipoff
Divinópolis/ Lagoa da Prata - Escola Estadual de Educação Especial Helena Aparecida
Divinópolis/ Itapecerica - Escola Municipal de Educação Especial Antonietta Junqueira Netto Cordeiro
Divinópolis - Luz - Escola de Educação Especial Estrela Dalva
BH – Centro de Educação Especial Sérgio de Freitas Pacheco
BH - Escola Estadual de Educação Especial Doutor João Moreira Salles
Ouro Preto - Acaiaca – Centro de Educação Especial João Pedro de Souza- (APAE)
Ibirité – Centro de Educação Especial Fazenda do Rosário
BH - Nova Lima - Escola Municipal de Educação Especial Ana Souza
Contagem – Escola Municipal de Educação Especial Antônio Lemos
Para de Minas – Escola de Educação Especial Doutor Lage - APAE
São Sebastião do Paraíso - Itamogi - Escola Municipal de Educação Especial Elisa Lana Minto
Itajubá - E.E.E.E. Novo Tempo
Maria da Fé – Educação Especial Renascer
Juiz de Fora - São João Nepomuceno – Escola de Educação Especial Girassol
Manhuaçu - Escola Estadual de Educação Especial Pearl White Slaib Fadlala
Muriaé - Escola Estadual de Educação Especial Walter Vasconcelos

Ituiutaba - Escola Estadual de Educação Especial Risoleta Neves
Patos de Minas - Escola Estadual de Educação Especial Sizenando Amaral
Patos de Minas - Carmo do Paranaíba – Escola de Educação Especial Infantil – APAE Carmo do Paranaíba
Uberaba – Centro de Orientação e Pesquisa em Educação Especial
Uberlândia - Escola Estadual de Educação Especial Novo Horizonte
Ubá - Visconde do Rio Branco - Escola Estadual de Educação Especial Antônio Gouvea Lima
Montes Claros – Centro Pedagógico de Educação Especial Capelo Gaiivota
Montes Claros – Escola Especial Vovó Clarice
Nova Era - Bela Vista de Minas – Núcleo de Educação Especial Dona Zeni Lage Magalhães de Oliveira
Teófilo Otoni – Escola de Educação Especial da APAE de ITAMBACURI

Nota: atualizada em 18 de outubro de 2023.
Fonte: Estado de Minas Gerais (2023)¹⁴.

¹⁴ Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/escolas/lista-de-escolas/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

ANEXO A - A HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL BRASILEIRA

1988 - Constituição Federal do Brasil - CF/88;

• **Governo Collor de Melo:**

1990 – A SESPE foi extinta e a sua função foi assumida pela SENEb, Secretaria Nacional de Educação Básica, que criara a Coordenação de Educação Especial; Participação do Brasil na Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien – Tailândia;

1991 – desativada a Coordenação de Educação Especial;

• **Governo Itamar Franco:**

Final de 1992 – recriada a Secretaria Nacional de Educação Especial;

1993 – compromisso com a Educação para Todos retomado pela Educação Especial;

1994 – publicada a Política Nacional de Educação Especial, SEESP/MEC, revisão dos principais conceitos, análise da situação, fundamentos axiológicos, objetivo geral, objetivos específicos e diretrizes gerais;

Publicado o documento “Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais”, resultado da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”, realizada na Espanha; inclusão de bem dotados;

Participação na elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos;

• **Governo FHC:**

1996 – nova LDB e participação na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

2001 – Parecer CNE/CEB N.º 17 e Resolução CNE/CEB N.º 02.

2002 – início das “Políticas de Editais” – competição, mercado, e exclusão.

Entre 2000 e 2003 – Projeto “Educar na Diversidade nos Países do MERCOSUL”, coordenado pela Secretaria de Educação Especial do MEC e desenvolvido na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

2003 – Criação do Conselho Brasileiro para Superdotação – ONG que agrega instituições, pesquisadores e pais interessados na área..

2003- Programa de Apoio à Educação Especial – PROESP- iniciativa da SEESP, em parceria com a Capes.

2003 – Criação de Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS.

• **Governo Lula:**

2004 – Centros de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAPs e Núcleos de Apoio e Produção Braille- NAPPB

2004 – Criação do Projeto INCLUIR – visa promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade, conforme determinação do Decretos nº 5.296 de 2004 e nº 5626 de 2005.

2005 – Criação e Implantação dos NAAH/S – Núcleo de Atividades para Altas Habilidades/Superdotação.

2007 – Lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação: Índice de qualidade; Provinha Brasil; Transporte Escolar; Gosto de Ler; Brasil Alfabetizado; Luz para Todos; Piso do Magistério; Formação de Professor; Educação Superior; Acesso Facilitado; Biblioteca na Escola; Educação Profissional; Estágio; Proinfância; Salas Multifuncionais; Pós-Doutorado; Censo pela Internet; Saúde nas Escolas; Olhar Brasil; Mais Educação; Educação Especial; Professor Equivalente; Guias de Tecnologias; Grandes Educadores; Dinheiro na Escola; Acessibilidade; Cidades-Pólo e Inclusão Digital.

2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, documento deixa de usar a expressão necessidades educacionais especiais e passa a referir-se a alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

2009 – Resolução CNE/CEB Nº 4, de 2 de outubro de 2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

• **Governo Dilma**

2011 – Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências.

2012 – sancionada a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. O Projeto de Lei do Senado (PLS) Nº 168/2011, de autoria da

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), foi presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e estabelece os direitos fundamentais da pessoa autista, equiparando-a à pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, e cria um cadastro único dos autistas, com a finalidade de produzir estatísticas nacionais sobre o problema.

2013 – LEI Nº 12.796, DE 4 DE ABRIL DE 2013 – Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

2015 – LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Nota: Quadro - Sinopse organizada e atualizada pela Professora Cristina Maria Carvalho Delou, Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) - Adaptação da Autora para compreensão do período histórico de 1988-2015.

Fonte: Site da UFF (2023)¹⁵.

¹⁵ Disponível em: <http://escoladeinclusao.sites.uff.br/origem-e-cronologia-da-educacao-especial-no-brasil/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

ANEXO B - CAPA DE UM DOS TRABALHOS ENCONTRADOS NO ESTADO DA ARTE DA UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E
INCLUSÃO SOCIAL

LANA FERREIRA DE LIMA

**INCLUSÃO SÓCIO-EDUCACIONAL E DIVERSIDADE: DEBATE
CONCEITUAL E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO-LEGAL NO BRASIL APÓS
1988.**

Belo Horizonte
2012

SOBRE A AUTORA E ORGANIZADOR

AUTORA

MARIA ISABEL SILVA DE MORAIS - Doutora em História da Educação – Universidade Federal de Uberlândia – UFU; Mestre em Fisiologia e Biofísica – UNICAMP; Graduada em Fisioterapia, Assistente Social na Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI – mismorais@unifei.edu.br

ORGANIZADOR

ARMINDO QUILLICI NETO - Doutor em Educação – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Mestre em Filosofia PUC/Campinas; Graduado em Filosofia e Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia - UFU – armindo@ufu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

- Acesso 52, 53, 55, 61, 78, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 164, 165, 166
- Alunos 12, 14, 18, 19, 32, 33, 37, 42, 67, 78, 86, 92, 94, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 113, 123, 126, 130, 131, 134, 135, 142, 144, 145, 165
- APAE 15, 20, 39, 40, 42, 82, 83, 88, 94, 126, 138, 141, 142, 160, 161, 162
- APAEs 40, 41, 42, 137, 138, 139
- Atendimento Educacional Especializado 35, 36, 37, 38, 165

C

- Constituição 15, 16, 17, 18, 30, 31, 35, 117, 118, 142, 148, 164
- Crianças 12, 27, 29, 34, 62, 63, 68, 76, 82, 96, 127, 134, 157
- Cuidado 28, 90, 130, 131, 132, 142, 144, 152
- Cultural 12, 20, 24, 25, 33, 48, 50, 51, 54, 59, 66, 75, 80, 88, 90, 92, 97, 118, 120, 140, 143

D

- Deficiência 3, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 48, 66, 73, 83, 90, 91, 92, 97, 110, 113, 116, 118, 119, 122, 123, 127, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 155, 156, 158, 165, 166
- Desafios 3, 92, 105, 119, 124, 127, 133, 139, 142, 143, 153
- Direitos 17, 20, 28, 29, 31, 36, 37, 82, 86, 90, 118, 124, 128, 133, 136, 140, 143, 166
- Diretrizes 16, 30, 32, 35, 36, 37, 39, 94, 100, 149, 165
- Discriminação 6, 16, 19, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 37, 38, 80, 82, 83, 90, 97, 123, 124, 127, 132, 133, 138, 140, 141, 144, 145, 153, 156

E

- Educação 12, 13, 15, 16, 17, 19, 23, 25, 26, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 47, 48, 49, 51, 52, 58, 59, 61, 67, 68, 69, 71, 82, 89, 90, 91, 92, 97, 108, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 166
- Educação especial 9, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 61, 66, 67, 71, 75, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 100, 102, 118, 134, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 151, 154, 157, 158, 161, 162, 164, 165
- Ensino 11, 15, 23, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 49, 51, 53, 58, 64, 69, 91, 92, 100, 105, 126, 127, 128, 130, 135, 136, 147, 148, 149, 153

Escola 12, 16, 17, 18, 21, 23, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 51, 61, 66, 67, 69, 71, 84, 85, 86, 87, 88, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 156, 157, 158, 160

Escolas 17, 18, 19, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 51, 61, 67, 69, 92, 94, 117, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 132, 134, 137, 138, 139, 143, 148, 151, 155, 157, 162

Estudantes 9, 13, 16, 18, 35, 36, 37, 63, 64, 82, 83, 102, 103, 105, 106, 110, 111, 113, 143

Exclusão 6, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 42, 73, 80, 83, 89, 90, 97, 116, 119, 123, 124, 127, 132, 133, 138, 140, 141, 144, 145, 153, 155, 164

F

Formação 12, 16, 17, 18, 19, 23, 31, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 48, 50, 51, 54, 56, 58, 61, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 75, 76, 79, 81, 82, 95, 101, 111, 113, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 127, 129, 130, 131, 134, 135, 138, 139, 142, 144, 150, 153, 166

H

Habilidades 11, 12, 32, 33, 36, 37, 38, 51, 92, 103, 119, 128, 129, 136, 145, 165

História 11, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 33, 38, 40, 42, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 66, 71, 72, 75, 81, 83, 86, 90, 91, 92, 96, 98, 105, 110, 111, 113, 117, 120, 125, 126, 128, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 154, 155, 156, 158

Historiografia 5, 9, 15, 32, 43, 44, 46, 47, 48, 137

I

Inclusão 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 44, 47, 73, 80, 91, 94, 113, 116, 127, 128, 129, 133, 139, 153, 156, 158, 164

Inclusiva 14, 21, 23, 25, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 134, 148, 149, 165

Itajubá 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 40, 41, 42, 43, 49, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 87, 88, 92, 94, 95, 100, 102, 107, 111, 113, 116, 120, 121, 122, 125, 126, 129, 130, 137, 138, 139, 141, 142, 145, 153, 154, 160, 161, 169

L

Legislação 17, 18, 22, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 46, 100, 140, 142, 143, 158

M

Mantiqueira 14, 16, 19, 22, 23, 24, 28, 42, 48, 54, 73, 74, 75, 80, 82, 89, 90, 93, 123

Mulheres 29, 51, 62, 63, 66, 82, 90, 122, 129, 130, 131, 132

N

Necessidades 33, 34, 35, 36, 38, 92, 122, 127, 128, 129, 133, 139, 165

P

Pedagógicas 6, 42, 46, 48, 49, 82, 88, 102, 105, 113, 125, 127, 128, 143, 144,
145

Política 32, 35, 37, 137, 148, 149, 150, 157, 164, 165

Positivismo 18, 120, 121, 122, 123, 133, 134, 151, 152

Professores 18, 36, 37, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 92, 99, 105, 106, 108, 110,
122, 130, 131, 144, 150, 153

Psicologia 12, 39, 120, 133, 134, 135, 142, 147, 150

S

Saúde 11, 12, 13, 25, 28, 29, 39, 78, 90, 109, 118, 121, 123, 124, 132, 134, 136,
139, 153, 155, 156

Sociedade 22, 28, 40, 48, 50, 51, 82, 89, 90, 117, 118, 120, 123, 124, 127, 129,
133, 134, 138, 139, 141, 147, 152, 156, 157

Socioambientais 16, 18, 23, 72, 73, 75, 82, 83, 86, 90, 116, 123, 144

Sujeitos 6, 17, 18, 22, 61, 97, 99, 106, 118, 124, 140, 142, 143

T

Território 18, 21, 36, 40, 57, 80, 89, 123, 124, 125, 126, 142, 144, 147, 157

V

Valores 20, 51, 61, 81, 92, 118, 120, 128, 138

